

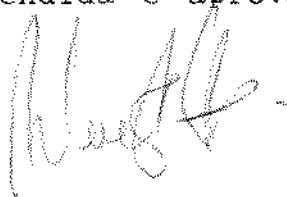
FRANCISCO VERARDI BOCCA π /B 63

DESÍGNIOS DA SEMIOLOGIA

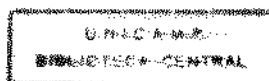
Uma reflexão sobre a autonomia das formas
na pesquisa dos fatos humanos.

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do
Prof. Dr. Arley Ramos Moreno. π /n.c

Este exemplar corresponde à redação final
da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em
.30./11./94. .



Outubro de 1994.



AGRADECIMENTOS

Quero exprimir os meus agradecimentos às instituições e pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho:

À Fundação de Apoio ao Ensino e a Pesquisa (FAEP da Unicamp) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ao meu orientador Prof. Dr. Arley Ramos Moreno, aos membros da banca, Prof. Dr. Lauro Frederico Barbosa da Silveira, Prof. Dr. Sirio Possenti, Prof. Dr. Luiz Benedicto Lacerda Orlandi.

Aqueles que contribuíram com seus préstimos: Naidés, André, Eugenio e Odissea.

ÍNDICE

-ÍNDICE.....	02
-APRESENTAÇÃO.....	05
-CAP.I. A LÍNGUA: OBJETO PRÓPRIO DA LINGÜÍSTICA.....	16
1.1 Delimitação do tema.....	16
1.2 A dupla face do signo lingüístico.....	23
1.3 A dicotomia <i>Langue</i> (Língua) - <i>Parole</i> (Fala).....	34
1.4 A <i>langue</i> em diferentes substâncias.....	45
1.5 A ciência geral dos signos: Semiologia.....	48
-CAP.II. A SEMIOLOGIA DE GRANGER.....	54
2.1 Delimitação do tema.....	54
2.2 Por uma Semiologia científica.....	57
2.3 A determinação de MODELOS para os fatos humanos.....	76
2.4 Tripartição da proposta semiológica.....	82
2.5 Semiologia III ou interpretação filosófica.....	90
-CAP.III. OS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO COMO OBJETOS PRÓPRIOS DA SEMIOLOGIA.....	99
3.1 Delimitação do tema.....	99
3.2 A concepção semiológica dos Semiólogos da Comunicação.....	101
3.3 Discutindo os argumentos dos Semiólogos da Comunicação.....	118
3.4 Conclusão.....	126
-CAP.IV. ROLAND BARTHES: UM SEMIÓLOGO NÔMADE.....	132
4.1 Delimitação do tema.....	132
4.2 <u>Mitologias</u> : primeiras práticas semiológicas.....	136
4.3 Discutindo a proposta de focalização semiológica.....	

do mito.....	144
4.4 O realce da lingüística.....	148
4.5 A moda como semiologia particular.....	153
4.6 Uma reflexão sobre o que foi dito.....	157
4.7 O pós-estruturalismo de Barthes.....	163
4.8 A hermenêutica como nova fase da Semiologia.....	167
4.9 Conclusão.....	174
-CAP.V. A PROPOSTA SEMIOLÓGICA DE JEAN MOLINO.....	179
5.1 Delimitação do tema.....	179
5.2 A produção de modelos explicativos do fato musical....	183
5.3 Uma análise semiológica.....	190
5.4 O simbolismo em seu nível da produção.....	200
5.5 O simbolismo em seu nível receptivo.....	201
5.6 Molino e o saussurismo.....	206
5.7 Conclusão.....	214
-CAP.VI. INTERPRETAÇÃO DAS ATIVIDADES SEMIOLÓGICAS DE TRADIÇÃO SAUSSURIANA NA PERSPECTIVA DE G. G. GRANGER.....	218
6.1 Delimitação do tema.....	218
6.2 Saussure na perspectiva de Granger: Semiologia II.....	220
6.3 Leitura dos Semiólogos da Comunicação na perspectiva de Granger.....	223
6.4 Leituras de Barthes na perspectiva de Granger.....	229
6.4.1 Delimitação do tema.....	229
6.4.2 <u>Mitologias</u> : ciência ou interpretação?.....	230
6.4.3 <u>Sistema da Moda</u> ou análise estrutural.....	232
6.5 Leituras de Molino na perspectiva de Granger.....	238

6.5.1 Delimitação do tema.....	238
6.5.2 Nível neutro ou semiologia científica.....	239
6.5.3 Níveis de produção e de recepção.....	242
-CONCLUSÃO.....	247
-BIBLIOGRAFIA.....	261

APRESENTAÇÃO

Partindo-se do pressuposto de que um texto jamais prescinde de um pretexto, temos no estudo dos signos e da relevância que representam nas culturas humanas, um motivo suficiente para deles nos ocuparmos. A importância de estudá-los aumenta quando verificamos que dentre todos os animais, são os homens os principais utilizadores de signos. É verdade que outros animais reagem a determinados fatos que funcionam como signos, mas sem jamais atingir a complexidade e a elaboração encontrada, por exemplo, na fala humana, em sua escrita ou mesmo nas artes em geral. Adicione-se que a civilização humana, em nosso entender, depende de signos, isto é, viabiliza-se em parte pela construção e uso de sistemas de signos e também que a inteligência humana é inseparável do funcionamento deles; desde que admitamos ser impossível não identificar a vida mental com tal funcionamento.

Sabemos que hoje se estudam os signos com muito afinco e de muitos e variados pontos de vista, que podem ser psicológico, sociológico, filosófico, lingüístico, entre outros. Por isso cumpre-nos situar nosso campo de pesquisa.

O objetivo de nosso trabalho, como anunciado no sub-título desta dissertação, é o de investigar "o que aconteceu" com a noção de autonomia das formas, relativamente à nossa matriz que é a teoria saussuriana da linguagem e através do instrumental teórico oferecido por Granger enquanto

sistematização da doutrina saussuriana, que nos permitirá apreciar as três correntes semiológicas tomadas como exemplos de aplicação da semiologia saussuriana, a saber, Semiologia da Comunicação, representada por Mounin, Prieto e Buyssens, Semiologia da Significação, representada por Barthes e, finalmente, a proposta semiológica de Molino. Toda esta tradição insere-se em um período que vai dos primeiros quinze anos do presente século (publicação do CURSO DE LINGÜÍSTICA GERAL) até os dias atuais, incluindo publicações recentes de Granger e Molino.

Reitere-se que nosso objetivo é o de promover uma reflexão sobre a concepção de ciência humana na perspectiva da herança saussuriana francesa, como elaboração de formas autônomas que representem abstratamente o fato ou experiência tematizada. Tal proposta, que está presente em Saussure e recebe sistematização e ampliação em Granger, será apresentada nos capítulos I e II. Quanto à exemplificação, será apresentada nos três capítulos seguintes, enfocando os semiólogos citados no parágrafo anterior, pela ordem. Por fim, no sexto e último capítulo apresentaremos um balanço desta tradição, valendo-nos do instrumental teórico oferecido por Granger, isto é, na medida em que Granger permite-nos esclarecer e situar tais correntes, na perspectiva de elaboração de formas autônomas representativas dos fatos humanos.

Ocupar-nos-emos inicialmente de Ferdinand de Saussure, tomando-o como ponto de partida (ou referência) pelo que representou de inovador, no que diz respeito à sua

época, isto é, quando comparado ao desenvolvimento da lingüística enquanto histórica, comparada, em suma, relativamente às tendências anteriores. Em outras palavras, Saussure formulou questões fundamentais que os lingüistas anteriores deixaram de formular. Juntamente com as questões formulou respostas que, como veremos, revolucionaram a maneira pela qual se estuda a linguagem natural e, posteriormente, os demais fatos culturais.

A presença original de Saussure efetivou-se quando em 1878 publicou Memória Sobre o Sistema Primitivo das Vogais nas Línguas Indo-européias, onde demonstra que entre as diferentes formas do "a" existentes no sistema vocálico Indo-europeu havia um deles com dupla função, a de vogal e consoante. A novidade foi abordar este "a" como elemento integrante de um todo, isto é, em relação ao sistema do qual faz parte e não o analisar em sua substância fônica, como até o presente momento se fazia. Tratava-se, já na ocasião, de uma maneira inusitada de conceber o objeto da lingüística e da promulgação de um novo método que, indiscutivelmente fundamentou a lingüística em princípios e métodos desconhecidos ou pouco consolidados à procura de uma racionalização que permitisse a ordenação e classificação dos fenômenos lingüísticos.

Contudo, devemos atentar para o fato de que a estruturação dos fenômenos lingüísticos ocorre relativamente a fatos simbólicos, o que de antemão permite-nos questionar a

possibilidade de que delas se faça ciência, ou ainda, a dificuldade de realizá-la, pois em um empreendimento desta natureza o cientista depara-se com dificuldades de diversas ordens, dentre elas, a própria diferença de natureza que tais fatos apresentam relativamente aos fatos naturais, tanto quanto aos objetos das ciências chamadas formais.

Como consequência desta peculiaridade temos que, para os fatos simbólicos, o modelo formalizável das ciências naturais não se aplica, pelo menos sem ressalvas. Quando muito, podemos dizer que a idéia de uma ciência dos fatos humanos teria uma inspiração nas ciências formais ou naturais. Um tal ponto de vista que acabou sendo chamado de estruturalista, promove uma investigação relativamente aos fatos humanos, que não se apóia nos elementos em si, em suas partes isoladamente, mas nas relações recíprocas e solidárias que mantém, pois considera que a variação dos elementos pode ser organizada em referência a elementos constantes (ou invariáveis) presentes em tais fatos.

Trata-se não de recusar para os fatos humanos o projeto de formalização, já em curso para os fatos naturais, mas, sim, o de conferir-lhe um estatuto, isto é, erigir-lhe uma especificidade. Um tal empreendimento visa promover junto aos fatos humanos, como a linguagem natural, um propósito de contrução de formas autônomas que os explique, que, abstratamente os represente. Trata-se, pois de assumir este desafio, de promover seu intento.

Assim, teremos a oportunidade de, ao longo do primeiro capítulo desta dissertação, expor a concepção saussuriana de estruturação de um sistema simbólico como a linguagem natural, onde propõe o que chamou de *langue* e, mais ainda, uma indicação de que esta noção possa ser extrapolada para os demais fatos simbólicos, os não-lingüísticos, que julga passíveis de estruturação. A pretensão de Saussure é coroada pela proposta que elabora de uma ciência, chamou-a de Semiologia, que se encarregaria do estudo dos signos (dos sistemas simbólicos) no seio da vida social e cultural.

Investigar o que é ou o que constitui a Semiologia saussuriana pode contribuir, em nosso entender, para formular uma resposta à questão "o que é uma ciência do homem?", ou ainda, "quais são suas condições?". Para tanto, é preciso, partindo-se da compreensão da proposta semiológica de Saussure, procurar concebê-la de maneira mais precisa possível, reconhecendo nela a "voz do precursor". O problema da realização ou não de uma tal ciência passa, então, partindo da própria compreensão da proposta saussuriana, pela análise de seus continuadores que buscaram e buscam uma formulação conseqüente e precisa, isto é, um acabamento daquilo que em Saussure apresentava-se apenas sob uma forma profética. Estaremos, assim, acompanhando as conseqüências da adoção do ponto de vista estruturalista saussuriano por parte de seus continuadores.

Assim, a presente dissertação tem por meta reconhecer, apresentar e discutir a noção de *langue*, buscando, pelo método de

comparação e contraposição, seus desdobramentos nos autores da tradição por Saussure inaugurada, isto é, autores como Barthes, Mounin, Prieto, Buyssens, Molino entre outros que lhe deram vida. Estamos conscientes de que o desafio de explorar a noção de *langue* bem como seus desdobramentos conduz, em um âmbito mais amplo, à questão "o que vem a ser a Semiologia" e num plano mais circunscrito, "o que vem a ser uma ciência do homem". Vai, pois, ser a partir do interior dos quadros traçados por Saussure e da sua retomada por parte de Granger, com seus desdobramentos teóricos, que investigaremos as respostas propostas para tais questões. De onde procuraremos vislumbrar a possibilidade de formulação e o amadurecimento de uma concepção de ciência do humano, enquanto elaboração de formas autônomas que o represente, tal como se apresenta nesta tradição semiológica francesa.

Cumpre-nos assim evidenciar tanto a continuidade como a independência (ou distinção) que há entre a proposta semiológica de Saussure e a de Granger. A primeira, enquanto proposta de produção de formas abstratas é, de certa maneira, derivada de sua lingüística, que é a ciência específica da linguagem natural, enquanto a proposta semiológica de Granger, procurando obter formalização, elabora as bases do que poderíamos chamar uma ciência positiva dos fatos humanos. Resumidamente, podemos dizer que estaremos usando as noções grangerianas para compreender os desdobramentos das noções saussurianas nos seus seguidores ou continuadores.

Desde já podemos antecipar que seus seguidores ocupam-se de fatos simbólicos que vão da linguagem natural às artes em geral. Esta diversidade, ao mesmo tempo que evidencia semelhanças e identificações entre as correntes, permite observar as práticas ou atitudes dos semiólogos envolvidos e indicar as diferenças e possíveis pontos comuns entre eles. Na diversidade de posturas e concepções semiológicas, encontraremos a própria dicotomia presente nos pós-saussurianos entre semiologia da COMUNICAÇÃO e semiologia da SIGNIFICAÇÃO. Tal dicotomia, veremos adiante, é decorrência da própria diversidade de posturas teórica e metodológica dos semiólogos diante dos diferentes fatos simbólicos.

Desta diversidade, teremos dentre os semiólogos aqueles que priorizam em sua análise do fato a retenção do código e elegem como objeto de análise fatos como sinais de trânsito, por exemplo, cujo sentido é dado por uma intenção que é a de comunicar e, por isso, serão chamados Semiólogos da Comunicação. Para estes, a escolha de determinados fenômenos simbólicos é importante para a possibilidade de uma semiologia científica. Neles, a intencionalidade fundamenta a opção por uma análise estrutural de cunho científico. Ocupam esta tendência Mounin, Prieto e Buyssens. Serão apresentados ao longo do terceiro capítulo desta dissertação.

Dando continuidade, apresentaremos no quarto capítulo a proposta estruturalista de Saussure ganhando consistência nas primeiras obras de Roland Barthes. Este, contudo, ao longo de sua

carreira de semiólogo, gradativamente assume a condição de hermeneuta dos fatos humanos, abandonando a vertente formalizante, abandonando a busca do código, privilegiando possíveis interpretações. Acompanharemos sua transformação na medida em que algumas de suas obras forem sendo apresentadas e analisadas. No quinto capítulo, visitaremos a concepção semiológica de Jean Molino, aplicada à música, cujo objetivo é o de inserir a musicologia como vertente semiológica de caráter saussuriano. Sua empresa será também averiguada e avaliada relativamente à noção saussuriana de semiologia, uma vez que sua atitude acrescenta à noção saussuriana de língua dois outros níveis, que são o da produção e o da recepção do fato simbólico, ampliando, assim, a própria noção de fato simbólico.

De Molino interessa-nos seu ponto de vista, que funda, como dissemos, nova concepção do simbólico, agora tri-partite. Procuraremos compreender sua intenção de estender para os dois níveis suplementares do fato simbólico a noção saussuriana de corte sincrônico e de sistematização destes.

Por fim, o quadro esboçado em linhas gerais nesta apresentação e que será desenvolvido no percurso do texto, anuncia um exame dessas concepções que, embora aparentemente ou em certos casos, divergentes, constituem propostas de soluções para as dificuldades de estruturação, isto é, de se fazer ciência dos fatos humanos. Por isso, nosso trabalho pode ser considerado como uma reflexão sobre a concepção de semiologia no interior desta tradição saussuriana e, conseqüentemente, sobre a

autonomia das formas na construção de uma ciência dos fatos humanos. Com este propósito, foi inserido um sexto capítulo, no qual promovemos uma interpretação das atividades semiológicas de tradição saussuriana, apresentada nos capítulos anteriores, assumindo a perspectiva saussuriana e interpretando-as na perspectiva que Granger permite-nos fazê-lo. Neste capítulo, fazemos uso do instrumental teórico que Granger nos fornece a partir de uma formulação precisa e conseqüente que faz da doutrina saussuriana. Este instrumental revela-se de grande auxílio, na medida em que esclarece contornos, limites e aplicações das teses de Saussure. Oferece-nos Granger um instrumental, podemos dizer agora, que permite organizar claramente o estatuto da semiologia no interior desta tradição. Contudo, por este instrumental estar, ele próprio, inserido na tradição francesa, representa um exemplo privilegiado da própria concepção sobre a qual procuramos refletir.

Além disso, a importância de propor-se uma resposta para "o que é uma ciência do homem", que doravante substituiremos por "o que é uma ciência dos fatos humanos", é que na medida em que avança, revela o ser humano como arquiteto de suas próprias condições de existência, isto é, de seus próprios utensílios de comunicação e expressão. Falamos ao assim conceber, de uma "segunda natureza" dentro do reino da natureza.

A dualidade acima sugerida, que contrapõe um reino natural a um reino simbólico, entendido aqui como reino da cultura humana, é-nos autorizada de longa data (50 a.C.) por

Cícero em Da Natureza dos Deuses, II, 60, quando reconhece que "pelo uso das nossas próprias mãos criamos dentro do reino da natureza uma segunda natureza para nós mesmos". Ora, uma ciência humana, ou dos fatos humanos, não pode, nestas circunstâncias deixar de ser aquela que busca compreender, digamos, os materiais de que é feito este chamado segundo reino, compreender seu mecanismo, seus códigos, descrevê-los, construir modelos autônomos de seu funcionamento, construir uma língua no dizer de Saussure, construir um objeto no dizer de Granger, enfim elaborar uma ciência dos fatos humanos.

Contudo, a construção destes modelos explicativos dos fatos humanos é uma consequência da concepção de fato simbólico, da definição do que vem a ser um fato simbólico e do enfoque que merece. Desde já, devemos antecipar que tal concepção apresenta-se peculiar em cada autor aqui estudado, justamente o que nos propomos demonstrar ao longo dos capítulos.

Com base no que vem sendo dito, podemos também antecipar o aspecto artificial, isto é, a característica de construto que define todo modelo científico dos fatos humanos. Queremos dizer que a estrutura ou objetivação visada corresponde a um produto de operações orientadas em uma determinada direção, isto é, nasce de um ponto de vista ou de uma hipótese de trabalho que instaura uma objetividade. Aqui reside o intento da produção de objetos e, conseqüentemente, de modelos visando à apreensão do fluxo dos fatos humanos.

A noção de modelo, aqui sugerida, apresenta como

característica a própria recusa em considerá-lo como algo definido em si (como em um projeto ontológico, por exemplo). Podemos dizer que o projeto saussuriano insere-se na consideração do devir, da historicidade, justamente por conta do que representa um momento de estabilidade artificial (apreendido metodologicamente) não se tratando de opor o sensível ao inteligível na perspectiva de serem estes dois "mundos" distintos, nem de extrair do sensível sua imobilidade, mas de construir uma forma (que é histórica) que represente abstratamente os fatos regionalizados e recortados do vivido.

Os modelos semiológicos, em nossas perspectiva, deverão explicitar, relativamente aos fatos estudados, uma estrutura sincrônica (a partir de uma processualidade diacrônica) devendo ser considerado provisório ou revizável, mesmo depois de ter-se mostrado potente para a compreensão dos fatos humanos. Trata-se de uma objetividade a não ser estranhada quando se trata da construção de uma "chave de leitura" de fatos vividos pelos homens, pelos seres que com sua própria cultura elaboram indefinidamente para si novas culturas. Trata-se do homem, do cientista, que elabora modelos explicativos de sua própria criação.

A característica aqui atribuída ao modelo científico, relativo aos fatos humanos, enquanto ponto de vista que funda seu objeto, compenetra-nos e esperamos amadurecer isto ao longo do texto, de que *nihil est... simul in vectum et perfectum*.

1. A LÍNGUA: OBJETO PRÓPRIO DA LINGÜÍSTICA

1.1 Delimitação do tema

Iniciaremos este capítulo reafirmando a opção pela doutrina saussuriana, justificada, entre outros motivos, pelo reconhecimento do ponto de referência que constitui na evolução da ciência lingüística. O interesse também é manifestado pela condição de ciência piloto das ciências humanas, como ciência estrutural, que a lingüística assumiu com Saussure. Por último, nosso interesse reside na sua proposta de instauração do ponto de vista semiológico, isto é, do enfoque que dá aos fatos humanos como sistemas simbólicos.

A verificação ou acompanhamento de sua doutrina, isto é, dos pontos fundamentais de sua teoria, exigiu-nos uma exposição interpretada de seu ponto de vista semiológico. Realizamos, assim, uma prática idêntica à daqueles para quem Saussure serviu de inspiração. Sua influência gerou, como veremos, atividades semiológicas que aqui identificaremos como de tradição saussuriana.

O plano deste capítulo apresenta de partida a preocupação de realçar as bases com que Saussure reconstituiu a lingüística de seu tempo. Tendo como objetivo alçá-la a uma instância de autonomia, promoveu sua clara distinção relativamente a outras ciências que possam, em algum aspecto,

reivindicar a linguagem como um de seus objetos, tais como a psicologia, a sociologia etc..

Para tanto, Saussure insistiu e partiu da iniciativa de estudar a linguagem em sua imanência, em sua porção interna; para ele, a primeira etapa de uma ciência da linguagem, que é um fato humano, deveria ser o estudo do funcionamento interno de tal fato e não o estudo de sua evolução histórica. Esta perspectiva instaura a oposição entre lingüística sincrônica e lingüística diacrônica.

Tal ponto de vista fez de Saussure o pai da lingüística moderna, em razão do que se pode atribuir-lhe o mérito de organizador de um estudo sistemático que muito contribuiu para a realização da lingüística do século corrente. Esperamos, por intermédio da exposição de suas iniciativas no campo da lingüística e de seu ponto de vista semiológico, destacar sua contribuição também relativa à compreensão das próprias instituições humanas, inclusive as não-lingüísticas.

Enquanto lingüista, Saussure procurou definir a condição de possibilidade para que a lingüística pudesse constituir-se como ciência autônoma. Isto requisitiu a determinação da natureza do objeto de estudo de tal ciência, que só pode ser conhecida e definida a partir do conhecimento e da definição de seu objeto de estudo.

A prioridade desta tarefa acabou por demarcar um ponto de inflexão na história da lingüística, o que

diferenciou Saussure de seus antecessores. Neste sentido, a ordem expositiva dos conceitos, que adotaremos, visa a apresentar a construção ou definição do mencionado objeto da lingüística, já que ele não se oferece explicitamente.

Para reconstituirmos seus desígnios e sua estratégia, comecemos por recapitular sua advertência de que no plano ou nível do físico, a linguagem natural poderia, como muitas vezes o foi, ser considerada e estudada a partir da maneira pela qual os signos são produzidos pelo aparelho vocal. Também neste nível, poder-se-ia estudar as influências, no aparelho auditivo, das ondas sonoras. Poder-se-ia ainda traçar relativamente à linguagem natural seu histórico, que ordenasse e descrevesse cronologicamente as variações das formas lingüísticas.

Os planos ou níveis de tratamento da linguagem natural acima mencionados, dos quais se ocuparam seus antecessores, foram recusados e preteridos por Saussure pelas razões que estaremos apresentando ao longo deste capítulo. Estas razões poderão ser compreendidas a partir de sua proposta de instaurar um novo ponto de vista semiológico. Tal ponto de vista reconhece na linguagem a multiplicidade como um aspecto da prática, como um fato humano em exercício que deveria ser estudado a partir de um ponto fixo que representasse um princípio de unidade do fluxo que é o exercício lingüístico. Foi justamente a instauração desse novo ponto de vista que influenciou a ciência lingüística, bem como as concepções de

ciência dos fatos humanos deste século.

Saussure viabiliza sua investigação postulando o princípio básico de que a linguagem natural possui uma natureza psíquica mostrando que toda pesquisa física da linguagem não dá conta de esclarecer suficientemente seus mecanismos internos. Neste sentido, coloca fora de sua perspectiva básica os aspectos acústicos da linguagem, por exemplo. Assim, a colocação em perspectiva do princípio de unidade do exercício linguístico deve ser atingida a partir da recusa não só dos mencionados aspectos físicos mas também opondo-se (pela via do corte sincrônico) aos aspectos históricos do próprio exercício lingüístico.

As objeções ao nível físico de estudo da linguagem revelaram-se importantes, em parte, por exigir do lingüista que se questione relativamente ao que está tentando descrever em seu trabalho, com o que exatamente lida e o que examina. Mais explicitamente, interrogar-se sobre a natureza dos princípios ou das leis gerais que operam nas línguas, descrevendo-as sincronicamente.

Posto o inédito da perspectiva saussuriana, procuraremos descrever o percurso de Saussure rumo à conquista do objeto próprio da ciência da linguagem, a lingüística. Neste percurso, depararemos com a distinção entre o que veio a ser identificado como a "matéria", de um lado, e como o "objeto próprio" da lingüística, de outro. Trata-se do par terminológico que ordenaremos sob o nome de substância e

forma. A distinção ajuda a enaltecer a impossibilidade de o "objeto próprio" ser confundido com a multiplicidade de manifestações da linguagem natural.

Tal objeto deve ser algo determinado e determinável, uma parte, digamos, formal da linguagem. Quanto à parte material desta, pode ser aqui definida como o conjunto de todos os fatos do exercício da linguagem que, de certa forma, serão considerados lingüísticos.

Com o recurso da concepção bi-partida da investigação lingüística, introduzimos agora a identificação do plano da fala com o conceito de substância e com o de forma o plano que Saussure instaurou.

Assim considerada, a matéria ou substância comporta um grau de multiplicidade e dispersão tal que sua organização torna indispensável e imprescindível a delimitação de sua forma. Foi com o intuito de postular e promover esta organização, de ordenar esta matéria heteróclita que é a linguagem humana, e também para sanar as dificuldades decorrentes da diversidade dos fatos da linguagem que Saussure introduziu os conceitos que veremos adiante.

A reflexão saussuriana, em nosso entender, parte do princípio de que uma observação seguida de uma afirmação de que algo varia, exige a admissão de um ponto de referência, um princípio unificador, ou ainda um ponto fixo que autorize a identificar na variação observada uma variação que ocorra em relação ou em referência a algo fixo. Sendo assim, a

diversidade, o heteróclito da linguagem só pode ser identificado com a parte material desta, com os fenômenos históricos, com a fala. Neste ponto de vista, a multiplicidade passa a ser concebida como réplica, como desdobramentos de um mesmo ponto referencial, de uma mesma identidade.

Com a recusa de estudar a linguagem quer seja sob diversos pontos de vista ao mesmo tempo, ou ainda, sob a escolha de um aleatoriamente, Saussure evita que a linguagem natural pareça-nos um aglomerado de fatos sem ligação entre si. Nestes termos, a instauração do objeto próprio da lingüística implica a conquista de um princípio de unidade, implica a introdução de ordem em um conjunto que, aparentemente, não se presta facilmente ou prontamente a uma classificação segura, por pertencer a diferentes domínios, como o fisiológico, o psicológico, entre outros, que, caminhando em direção à dispersão dificulta a obtenção de sua unidade. Esta, uma vez obtida, passa a ser o ponto de partida na compreensão dos fenômenos lingüísticos.

Assumindo tal desafio, Saussure investiga a unidade da linguagem apontando para uma parte ou algo, como já dito, determinável ou mesmo essencial desta, caracterizada por ser um princípio de unidade e também de classificação entre os demais fatos humanos. Lugar este, diga-se, bastante caro a toda ciência humana do século XX.

Procedendo à investigação da construção desse *locus*, apresentaremos deliberadamente a afirmação saussuriana de

que "não é a linguagem que é natural ao homem mas a capacidade de construir uma língua, vale dizer, um sistema de signos distintos correspondentes a idéias distintas." (Saussure 1915, p.18). Embora nesta passagem o tema central seja o enfoque da capacidade lingüística como "natural" ao ser humano, já é ela uma prudente exposição anunciadora do objeto próprio da lingüística, o que nos auxilia na compreensão da organização de seu objeto. Auxilia-nos também na medida em que nela o signo é já destacado como o fato central da linguagem, na medida em que a língua é nesta oportunidade descrita como um sistema de signos. Trata-se, doravante, de apontar para o destaque que a noção de signo, ou a própria teoria saussuriana dos signos, terá na construção do objeto próprio da lingüística.

Uma vez, como foi visto, já tendo Saussure relegado a segundo plano os aspectos físicos da linguagem, propõe-nos que acima dos diversos modos de expressão, exista uma faculdade mais ampla e mais geral que é a responsável pela coordenação dos signos. Neste sentido, por questões metodológicas e, até mesmo, de coerência expositiva, passaremos a investigar a construção do objeto da lingüística a partir da compreensão da natureza do signo lingüístico, o que estaremos realizando no próximo tópico.

Em seguida, discutiremos as noções de língua e fala, a tentativa de aplicação da noção de língua em diferentes fatos humanos para, por fim, penetrarmos na concepção do

ponto de vista semiológico de Saussure, que culmina com a proposta que elabora de uma ciência geral dos signos, que será de capital importância para os propósitos desta dissertação, que é o de verificar sua contribuição e seus desdobramentos relativamente à construção de uma ciência dos fatos humanos.

1.2 A dupla face do signo lingüístico

De início, estabeleçamos com Saussure que o signo ou unidade lingüística é um ente de dupla face, constituído de dois termos e que os termos implicados no signo são ambos psíquicos, interligados em nosso cérebro por um vínculo de associação.

Nesta condição, o signo lingüístico é descrito como a união de um conceito, que é o primeiro termo, com uma imagem acústica, que é o segundo termo. Trata-se, como descrito, de uma entidade psíquica de dupla face "cujos elementos estão intimamente ligados e um reclama o outro." (Saussure 1915, p.80)

Nos parágrafos acima, foi apresentada deliberadamente uma sobrecarga de conceitos, a saber, o caráter psíquico do signo, sua dupla face, uma referência aos componentes do signo e suas ligações. Esta densidade exige esclarecimentos que procuraremos oferecer a seguir.

Para explicitar o caráter psíquico do signo, devemos compreender a imagem acústica como fora de qualquer

realização pela fala, que é uma prática reconhecidamente física, material. Esta condição evidencia a recusa em defini-la como som material, mas sim, como impressão psíquica desse som. Por sua vez, o conceito ou idéia não apresenta dificuldades em atribuir-lhe o mesmo caráter psíquico e, portanto, imaterial.

Ainda no CURSO, Saussure propõe, visando a uma melhor distinção entre as partes componentes do signo, que designemos suas três noções, que são as de conceito, imagem acústica e signo, por outros nomes que apresentem a propriedade de evitar um possível impasse ou controvérsia terminológica do tipo: ser a imagem acústica tomada pela designação total do conjunto que é, para todos efeitos, o signo.

Com esse propósito, Saussure manteve o termo signo para designar o total e substituiu conceito e imagem acústica por significante e significado . Os dois novos termos adotados, justifica Saussure, "têm a vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte." (Saussure 1915, p.81). Com o que, espera-se sanar as ambigüidades possíveis.

O signo lingüístico, assim definido em sua duplicidade, exhibe características que requerem explicitações. Começemos pela associação de suas partes constitutivas, isto é, pelo fator de união do significante ao significado. Taxativamente, como entendemos em Saussure, o laço que une o significante ao significado é arbitrário.

Com a introdução da noção de arbitrariedade, abre-se

espaço para exposição de um seminal princípio da teoria saussuriana da linguagem, justamente no que diz respeito à qualidade essencial e fundante do signo lingüístico. Encontra-se, ao longo do CURSO, este princípio atuando na base de toda investigação teórica elaborada por Saussure e sabemos ser inúmeras e importantes suas conseqüências. Em verdade, funciona mesmo como ponto de partida, como princípio unificador da teoria saussuriana da linguagem.

Como pode-se perceber, tal princípio ocupa um papel de destaque e dele obtém-se muitas ramificações e conseqüências pois, no princípio de arbitrariedade do signo é que podemos identificar a própria realidade lingüística. O mérito maior de Saussure, além de tê-lo revigorado (posto que já havia sido concebido anteriormente), foi o de ter apontado para as diversas ramificações e conseqüências relativamente ao signos lingüístico e aos demais sistemas simbólicos.

A arbitrariedade do signo lingüístico remete, em especial instância, para a verificação da possibilidade do objeto próprio da lingüística poder ser explicitado de maneira imanente, isto é, de seu interior. Esta sim pode ser considerada uma conseqüência verdadeiramente inédita e próspera extraída por Saussure de sua particular noção de arbitrariedade do signo, trata-se justamente da conseqüência que pretendemos demonstrar ao longo deste capítulo.

Com arbitrário, quer-se dizer que não ocorre uma ligação natural ou necessária entre os termos do signo,

entre significante e significado, quer dizer que não ocorre uma dependência de caráter pré-lingüístico que presida ou promova a união dos termos.

Nosso autor exemplifica contrapondo a idéia de "mar" à seqüência de sons /m/-/a/-/r/ que lhe serve de significante, onde não é detectada nenhuma ligação interior ou necessária. As partes unidas poderiam ser igualmente bem representadas, faz-nos ver Saussure, por exemplo, por outra seqüência qualquer de sons. Tal realidade é facilmente verificável pelo fato de um mesmo objeto poder ser denominado diversamente em diferentes idiomas. Reconhece haver entre o conceito e a seqüência de sons a ele associados, uma espécie de equivocidade, isto é, uma ausência de relação natural.

Contudo, uma observação faz-se necessária: esperamos que o termo arbitrário não seja aqui tomado por algo da ordem do ocasional ou do fortuito, pois significante e significado nunca dependem da livre escolha do falante em termos absolutos, não se tratando, assim, de uma subjetividade plena. Apenas ocorre que significante e significado não apresentam relação natural ou necessária. A arbitrariedade tomada no sentido de plena subjetividade estaria comprometendo, uma vez admitida, o fator de estabilidade da língua.

A mencionada ausência de ligação necessária pode e o faz, funcionar como fator de estabilidade da língua, uma vez que, sendo imotivada a associação, igualmente não haverá motivos necessários para dissociações. Além disso, não devemos

esquecer que as combinações possíveis (dos termos) são estipuladas pelo coletivo, pelo aspecto social da língua. O grau de alteração, no caso de admitir-se operações individuais e subjetivas, pode colocar e, freqüentemente, coloca, uma combinação fora dos limites da língua, deixando de pertencer a esta.

Não obstante, registre-se que o caráter arbitrário é condição de estabilidade tanto quanto condição de mudança do signo lingüístico, pois a arbitrariedade do signo permite a passagem de um estágio a outro da língua. Isto nos permite inclusive compreender melhor a postulação de uma lingüística sincrônica, isto é, uma lingüística que se ocupe de um determinado campo da língua em um período circunscrito e não dela em seus desdobramentos históricos e circunstanciais.

Em verdade, há casos em que os signos mostram-se motivados ou não arbitrários, constituindo exceções não, suficientemente, numerosas. Trata-se dos casos de onomatopéias em que os sons do significante mostram-se miméticos. Todavia, na regra, pode-se dizer que todas as línguas possuem signos arbitrários como elementos basilares, por isso não nos ocuparemos de exceções cuja importância não ameaça o corpo doutrinal que procuramos descrever e analisar nesta ocasião.

Retomando, o princípio de arbitrariedade apresenta, como foi dito, inúmeras conseqüências, dentre elas, a recusa de um ponto de vista, muitas vezes, freqüente, de que a língua é uma simples nomenclatura, onde cada comunidade lingüística adotaria arbitrariamente um termo qualquer para designar um

conceito que exista anteriormente à própria língua. Na perspectiva saussuriana, tal ponto de vista não é procedente, pois, caso fosse a língua simplesmente uma nomenclatura para um conjunto de conceitos válidos universalmente e pré-existentes, seria muito mais cômodo e fácil do que se mostra traduzir um termo de um idioma para outro. Se assim fosse, o trabalho de tradução consistiria somente na substituição de termos e não de conceitos, já que estes tenderiam a uma equivalência.

Ao apontar para esta realidade, estamos atribuindo à língua a importante função de organizar e articular o mundo de maneira sempre peculiar à cada um dos povos, uma vez que ela não nomeia categorias pré-existentes na consciência humana mas articula e engendra as categorias que são próprias à cada uma das comunidades lingüísticas. Doravante, assumiremos a noção de que a linguagem natural não é uma nomenclatura e que seus significados não são noções estáveis, pontuais e anteriores ao idioma, antes conceitos mutáveis e contingentes que variam de um idioma para outro e tanto quanto possível de um estado para outro no interior de cada idioma.

Com o que foi dito, estamos autorizados a conceber que a associação das partes do signo pode tomar qualquer forma desde que o sistema aceite, o que equivale a reconhecer que não há nenhuma essência fundamental de sentido que deva ser retida para que determinado significado possa ser considerado o significado próprio de determinado significante. Com isto, a noção de arbitrariedade do signo lingüístico vai

gradativamente ocupando sua dimensão mais plena na teoria saussuriana da linguagem.

Em suma, a constatação anterior da arbitrariedade relativa à ligação ou associação das partes do signo leva-nos a investigar e a buscar compreender dentro da teoria saussuriana da linguagem, o que propriamente define o significante e o significado. A busca da compreensão da relação entre significante e significado, arbitrária como já vimos, aprofunda ainda mais a noção de arbitrariedade quando aponta para o arbítrio também presente na própria conformação do significante e do significado isoladamente, antes mesmo de relacionarem-se para compor o signo. Quisemos dizer que cada um dos componentes do signo é ele próprio arbitrário, isto é, arbitrário quanto à própria escolha ou definição do significante, o mesmo prestando-se ao significado.

Assim, queremos dizer que uma língua pode eleger arbitrariamente seus significantes dentro de múltiplas possibilidades, dentro de um *continuum*, inclusive dividindo e organizando este *continuum* de possibilidades e alternativas de maneira bastante desimpedida. Com o que chega-se à constatação particularmente importante na teoria saussuriana da linguagem de que, nem significante nem significado são entidades autônomas e independentes, isto é, entidades definidas por algum tipo de essência.

Diante do que vem sendo constatado, resta-nos reconhecer que os termos de um signo, se não são definidos essencialmente,

o são de outra maneira. Este truismo conduz-nos a outro princípio muito importante que deverá ser agora introduzido: o princípio da opositividade, isto é, significante e significado são entendidos como entidades cuja característica é serem "essencialmente" relacionais ou diferenciais, para usar a terminologia saussuriana. Achamo-nos assim diante de mais uma importante consequência da noção de arbitrariedade, uma vez que admitimos serem os componentes do signo relacionais e opositivos porque revelam seu caráter arbitrário.

No CURSO, Saussure afirma que os termos ou entidades lingüísticas são puramente relacionais quando se refere a eles como "uma série de diferenças de sons combinados com uma série de diferenças de idéias." (Saussure 1915, p.139), e completa na mesma página dizendo que no sistema de uma língua, "há apenas diferenças, sem termos positivos", pois quer se considere o significado ou o significante, a língua não comporta nem idéias nem sons pré-existentes ao sistema lingüístico. Antes, comporta diferenças conceituais e diferenças fônicas que são resultado do sistema de que emergem, que os engendra. Isto nos permite mais uma vez concluir que significante e significado, por serem arbitrários, são também relacionais.

As últimas afirmações feitas merecem uma advertência, pois, como atesta Saussure, em uma língua "dizer que tudo é negativo só é verdade em relação ao significante e ao significado tomados separadamente: desde que tomemos o signo em sua totalidade, achamo-nos diante de algo positivo em sua

ordem." (Saussure 1915, p.139). Isto quer dizer que, uma vez que tenhamos identificado as relações e oposições que delimitam os significantes por um lado e os significados por outro, temos dados que podem ser tratados como entidades positivas, quais sejam os próprios signos lingüísticos.

Pelo que foi dito, devemos considerar que os signos são entidades que emergem da rede de diferenças e oposições que constitui o sistema lingüístico e, devido a isso, pode-se dizer que o signo lingüístico emerge de um trabalho de constituição arbitrário mas que é, ele mesmo, positivo em sua ordem.

Como vimos, um sistema lingüístico pode ser definido como uma série de diferenças de sons combinados com uma série de diferenças de idéias. Esta confrontação cria um sistema de valores e é tal sistema que constitui o vínculo entre os elementos no interior de cada signo. Chegamos agora a uma nova noção, a de valor ou função, que justifica dentro da oposição dos elementos do signo, a conformação do signo em sua "forma acabada", positiva.

A noção de valor, ou o valor propriamente, é aqui definido como a relação de um termo com os demais termos. Um elemento lingüístico só se define por sua interdependência com outros termos, por sua função no interior do sistema que é determinada por regras cuja totalidade constitui a língua. É, pois, a noção de valor que amadurece a noção de positividade.

Para ilustração da noção de valor, foi escolhido

por Saussure o jogo de Xadrez, visando esclarecer o princípio de funcionalidade que rege os componentes de um sistema. As várias peças do jogo têm importância para o jogador quando revestidas de um valor ou função que as regras do jogo conferem-lhes. Isto quer dizer que fora das condições estipuladas para o jogo, uma peça pode ser substituída (materialmente) por qualquer outra. Tal substituição é possível mesmo no interior do jogo, desde que o mesmo valor ou função seja concedido para a peça substituta, o que conserva desta forma a identidade da peça substituída. Nesta ótica, não há qualquer interesse material ou substancial pelas peças, como não havia em Saussure pelos sons da fala.

Uma vez tendo alcançado as noções de arbitrariedade, de opositividade e de valor, podemos em definitivo, considerar os signos como partes de um sistema, como entidades que relacionam-se e delimitam-se dentro de um sistema, sistemicamente. Portanto a identidade de uma unidade lingüística, é o seu lugar e função no sistema a que pertence.

Assim, ficam expostas as noções de arbitrariedade, opositividade e valor, cuja ordem de apresentação, esperamos, tenha-nos auxiliado na delimitação e compreensão do já anunciado objeto próprio da lingüística. Devemos, por isso, reconhecer o ganho qualitativo que é a visualização da distinção da linguagem natural relativamente às suas manifestações físicas de um lado e seu aspecto relacional e opositivo por outro.

Fica, desta forma, estabelecido que a língua é uma forma e não uma substância. Diz Saussure que "nunca nos compenetrámos bastante desta verdade, pois todos os erros de nossa terminologia, todas as maneiras incorretas de designar as coisas da língua provêm da suposição involuntária de que haveria uma substância no fenómeno lingüístico." (Saussure 1915, p.257). A concepção corrigida foi historicamente utilizada pelos antecessores de Saussure. A nova concepção, por sua vez, leva à investigação de uma "totalidade", proclamando que o todo sobrepõe às partes. A concepção utilizada coloca-nos dentro do estruturalismo.

Para finalizar este tópico, foi na distinção entre um sistema (que determina as unidades lingüísticas e relaciona-as) e suas manifestações efetivas e materiais, que Saussure atingiu a oposição crucial entre *langue* e *parole*. A *langue* é o sistema de uma linguagem como já foi dito, que cria signos e os relaciona; trata-se de um sistema de formas. A *parole* é a fala real, como também já foi dito, os atos de fala tornados possíveis pela *langue* e que atualizam a *langue*.

Dada a importância da distinção e dos conceitos que gera, dela nos ocuparemos na próxima seção deste capítulo, sem perder de vista o objetivo de delinear os contornos do objeto próprio da lingüística num primeiro momento. Em seguida, cumpre-nos examinar a "extrapolação" da noção de sistema para os demais fatos humanos, os não-lingüísticos. Vale acrescentar que a proposta saussuriana de tais modelos explicativos dos fatos

humanos, como a *langue*, será, nos próximos capítulos, analisada em diferentes autores chamados pós-saussurianos, isto é, verificaremos em que medida estes concebem e interpretam a sistematicidade dos diferentes fatos humanos, proposta por Saussure.

1.3 A dicotomia *Langue* (Língua) - *Parole* (Fala)

Começemos por anunciar a falta de necessidade em definir exaustivamente as características específicas da fala (ainda que a ela aplique-se a noção de valor), visto que, o interesse principal na distinção operada é o de isolar o objeto próprio da investigação lingüística que é a língua. Sempre considerando que a língua deveria ser, como queria Saussure, o primeiro interesse do lingüista.

A dicotomia parece-nos importante, pois configura-se como o distinguir uma instituição de um conhecimento, isto é, distinguir um sistema subjacente viabilizador de comportamentos lingüísticos diversos e distintos. Para o lingüista, de posse da distinção, a análise do sistema proporciona a elaboração de modelos que representam tão somente formas e possibilidades de combinações das unidades lingüísticas. Claro está que, de modo geral, as combinações particulares e circunstanciais são observadas no estudo da fala, que se caracteriza, sobretudo, por seu aspecto discursivo.

O aspecto discursivo da fala, coloca-se em parte

como dependendo da vontade individual do falante na seleção das combinações a serem realizadas, tendo em vista a mensagem que o falante deseja transmitir. Contudo, a escolha efetuada pelo falante está, como já vimos, submetida às exigências e limites do sistema lingüístico, da língua enquanto instituição social. Com isso, o falante opera as combinações no propósito de exprimir seu pensamento segundo o código da língua. Fica assim apontada a face subjetiva do falante, no que diz respeito à seleção de operações possíveis, o que anuncia a possibilidade de mudança e a face restritiva do sistema lingüístico sob o qual o falante opera, o que anuncia a possibilidade de estabilidade do sistema.

Partindo-se do que tem sido dito, fica claro que o estudo da fala distingue-se do estudo da língua, sendo necessário decidir-se por um ou por outro, por uma lingüística da fala ou uma lingüística da língua. De fato, não se pode estabelecer uma valoração que as hierarquize em importância, nem mesmo tal hierarquia faz-se imprescindível, uma vez que o ganho conceitual real foi a própria distinção em dois campos distintos de pesquisa lingüística. O próprio Saussure afirma que "esta é a primeira bifurcação que se encontra quando se procura estabelecer a teoria da linguagem. Cumprir escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo, devem ser seguidos separadamente." (Saussure 1915, p.28)

No entanto, no capítulo IV do CURSO, Saussure reconhece a existência de uma interdependência envolvendo língua e fala, inclusive reconhecendo uma estreita ligação e

implicação. Na verdade, nada constitui impedimento para separá-las, inclusive de considerar o estudo da fala apenas como auxiliar para a compreensão da língua e vice-versa. Por isso, não se deve entender a separação efetuada por Saussure como uma bifurcação entre duas coisas opostas. Trata-se de uma divisão metodológica que permite a identificação da língua como código e da fala como realização deste código, fundando a distinção rigorosa entre código e mensagem, ou mais adequadamente ao nosso propósito, código e uso do código.

Atendendo à prioridade autorizada, o cientista da língua, ao fazer a análise de um sistema lingüístico não irá descrever atos de fala, mas determinar as unidades e regras de combinações que constituem o sistema lingüístico. Ao estudar uma língua como um sistema de signos, isto é, de signos postos em conjunto, está-se tentando identificar-lhe os traços essenciais, os elementos que são funcionais dentro do sistema em que signos são criados e distinguidos entre si. Justamente agindo assim é que o lingüista separa o essencial do acidental, o social do individual.

Na medida em que o lingüista toma a linguagem natural enquanto sistema de relações, isto é, enquanto forma e não substância, ocupa-se precisamente do que cada indivíduo assimila socialmente quando aprende um idioma. Assim, a língua é, já no dizer de Saussure "um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada

cérebro." (Saussure 1915, p. 21).

Com isso, Saussure instaura uma lingüística que ocupa-se de valores e relações. O caráter sistêmico atribuído à língua impõe que seus estudos desenvolvam-se sobre um plano de contemporaneidade e de coexistência funcional, plano este chamado por Saussure de sincronia, que se opõe ao plano da diacronia.

O ponto de vista sincrônico é obviamente essencial para a distinção *langue/parole* e também para a própria noção de sistema. O estudo de um sistema, que deve ser diferente do estudo diacrônico que é marcado por sua referência a uma evolução temporal, deve ser marcado por uma inexistência de referência ao tempo histórico.

Esta alternativa apontada por Saussure que põe em prática a bifurcação entre fatos sistêmicos (a-históricos) e fatos históricos em lingüística. O estudo dos fatos sistêmicos empresta à lingüística o caráter estrutural de explicação do fato lingüístico. Mais adiante, veremos que o mesmo aplica-se à formulação de modelos explicativos dos demais fatos humanos e não somente aos lingüísticos.

Fica com isso estabelecida a distinção entre uma lingüística externa e outra interna, isto é, uma vez tomado o sistema como referência, seriam externos os fatos relativos à existência material ou temporal de um idioma, mas que, no entender de Saussure, não afetam seu organismo interno, seu sistema. Por sua vez, a lingüística interna ou sincrônica,

seria aquela cujo objetivo seria definir justamente quais são os elementos constitutivos de um estado ou fase da língua. Chamamos de estado ou fase da língua um espaço de tempo ou intervalo que pode variar, contanto que em sua duração não ocorram demasiadas alterações no sistema.

Sintetizando, por ter sido uma vez tomado o signo em sua arbitrariedade, sua ausência de motivação foi "compensada" pelo caráter opositivo que apresenta, isto é, pela relação que é estabelecida entre suas partes segundo a função ou valor que cada uma delas assume. Sendo assim, quando imbuídos do propósito de estudar, definir e identificar signos, devemos considerar os sistemas de relações e distinções que os criam, que proporcionam sua geração. Em atenção a este propósito, repete-se, foi isolado um sistema de formas que subjaz ao comportamento ou manifestação lingüística real.

Tal sistema de formas, que é a língua, assim entendida como uma instituição coletiva que o indivíduo assimila, pertence, nesta perspectiva, com mais propriedade ao coletivo do que ao indivíduo propriamente. Nestes termos, um significado assume uma existência que é interpessoal, isto é, pertence a todos em cada um, seu fundamento não é o falante mas o sistema do qual emerge. Assim é que a configuração do signo não pode ser atribuída à subjetividade, à vontade individual, mas ao que chamaremos aqui de consenso social.

É, pois, do caráter arbitrário e sistêmico do signo que deriva o aspecto social da língua. Está claro que o

consenso social aqui mencionado não deve ser confundido com um puro convencionalismo tácito, o que romperia com a condição de autonomia do sistema. Inclusive por isso evitamos o uso da expressão convenção. Aqui o sistema passa a ser mais que a consciência individual, passa sim, a ser a fonte geradora do significado, que deixa nestas circunstâncias de ser psicológico.

A esta altura, a concepção saussuriana já pode facilmente ser compreendida como uma alteração de foco, isto é, um voltar a atenção às relações, atenção antes dada aos objetos, o que caracteriza um movimento de trânsito do objeto (das coisas mesmas) às estruturas, já que nesta concepção são as relações que criam e definem os objetos; este é o movimento da produção dos significados e dos significantes e por conseguinte dos signos.

Devemos deixar claro que em nossa concepção, a mencionada passagem dos objetos às estruturas, ou ainda, a própria noção de língua, não constitui um ponto de partida arbitrário, simplesmente metodológico, mas como vimos, integra o programa científico elaborado por Saussure, em consequência da própria (detecção da) natureza arbitrária do signo linguístico, que está na base de sua teoria da linguagem.

Notadamente, ao conceber e estudar a língua, que é por parte do indivíduo uma aquisição de algo que lhe advém do exterior (em razão do que constitui a parte social da linguagem) não lhe cabendo individualmente modificá-la ou

recriá-la, pois trata-se de um contrato (consenso social) entre os membros de uma comunidade, o lingüista não poderia deixar de estudar relações e distinções, uma vez que se ocupa de estruturas e não de objetos.

Assim procedendo, depara-se com os dois tipos principais de relações, a saber: as relações sintagmáticas e as relações associativas, segundo as quais o sistema lingüístico pode ser entendido. A introdução destas duas noções, que esclarecem sobremaneira o aspecto sistêmico da língua, constitui o tema de que nos ocuparemos nos próximos parágrafos.

Há uma esperança de que os termos dessas relações possam ampliar a compreensão de um sistema lingüístico, por ocasião do que procuraremos defini-los metaforicamente como a ossatura da língua. Com esse propósito acompanharemos a apresentação que Saussure faz do CURSO, como se segue: "as relações e as diferenças entre termos lingüísticos desenvolvem-se em duas esferas distintas, cada uma das quais é geradora de certa ordem de valores; a oposição entre estas duas ordens faz compreender melhor a natureza de cada uma. Correspondem a duas formas de nossa atividade mental, ambas indispensáveis para a vida da língua." (Saussure 1915, p.142)

Detalhando a citação do parágrafo anterior, temos de um lado, no discurso, termos que estabelecem entre si, por ocasião de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear e seqüencial da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Tais combinações

evidentemente apoiadas na extensão, podem ser denominadas sintagmáticas. Os sintagmas compõem-se sempre de duas ou mais unidades consecutivas. Assim, colocado em um sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao termo que o precede e ao que o segue.

Por outro lado, fora do discurso, as palavras que apresentam algo de comum associam-se na memória e assim são formados grupos dentro dos quais ocorrem relações. As relações paradigmáticas são oposições entre elementos que podem substituir uns aos outros. Estas coordenações, está claro, não apresentam por base a extensão, antes, fazem parte do anunciado tesouro interior que constitui a língua ou o repertório de cada indivíduo, ou ainda, de todos os indivíduos.

Pode-se assim dizer que a relação sintagmática existe em presença, repousa sobre uma seqüência efetiva de termos. Contrariamente, a relação paradigmática repousa sobre uma seqüência virtual, presente na memória. Estamos, pois, diante de um princípio estrutural básico em que cada termo é definido por seu contraste com os demais termos, seja na extensão do discurso ou na virtualidade da memória.

A introdução das noções de sintagma e paradigma reforçam a importância da língua ter sido definida como um sistema de relações, pois, nestas condições, somos levados à constatação de um novo princípio a que Saussure deu grande importância. Trata-se da constatação de que a língua pode ser realizada em diversas substâncias sem alteração de sua natureza

básica, isto é, sem deixar de ser sistêmica. O que realmente autoriza a promover esta "extrapolação" da noção de sistema para outras substâncias que não a lingüística, é o fato de que o lingüista estuda um sistema de regras coletivas, principalmente, e não necessariamente um conjunto de seqüências sonoras ou gráficas.

Esta constatação conduz a algo importante dentro do contexto desta dissertação e para explicitá-lo recorreremos ao argumento de Saussure: "a língua, assim delimitada no conjunto dos fatos da linguagem, é classificável entre os fatos humanos." (Saussure 1915, p. 23) Sendo assim, ao analisar a língua, analisa-se um fato social. Esta constatação é fundamental e dela decorre, guardadas as devidas proporções, o posterior uso da noção de sistema imputada aos demais fatos humanos. É a própria noção saussuriana de Semiologia que, nesta constatação, ganha contornos definidos e pode, por isso, ser finalmente introduzida. A noção de fatos humanos como fatos simbólicos, por analogia à linguagem natural, assume a base da concepção de uma ciência dos signos no seio da vida social.

O que doravante assume maior importância são as relações e distinções que tenham sido regradas, ou ainda, que tenham sido dotadas de significado por uma sociedade. Com o que consideramos que o lingüista, no caso específico da linguagem natural e o semiólogo, no caso dos demais fatos sociais, estudam sistemas de convenções sociais (aqui entendidas como hábitos e consentimentos

coletivos).

Sentimo-nos autorizados a reconhecer que Saussure nos forneceu a concepção de uma forma que chamaremos "vazia", cuja matéria é ou pode ser, nestes termos, variável. Disto concluímos que a noção de *langue*, enquanto forma, pode ser aplicada a diferentes substâncias que venham a "encaixar-se" nela. Nos sistemas que doravante definiremos e chamaremos semiológicos, apenas as formas são comuns e não os conteúdos, que podem variar, uma vez que constituem a porção substancial que é "moldada" pela forma.

O mérito ou virtude da teoria saussuriana da linguagem, foi o de ter colocado as convenções sociais (bem como os fatos sociais) no centro da investigação lingüística, isto é, de propor um estudo delas sob o destaque dado ao signo. Sugere-nos a consideração da linguagem natural, enquanto um dos fatos humanos, como um sistema de valores determinados socialmente.

Por fim, parece oportuno introduzir a seguinte questão: a concepção acima exposta permite de fato a extensão da noção de sistema para outros fatos sociais que não a linguagem natural? A interrogação justifica-se na medida em que a referência a outros fatos sociais não-lingüísticos, pode conduzir a uma generalização indevida e indiscriminada. Não podemos esquecer que o próprio Saussure distingue a língua enquanto instituição social de outras como as políticas, jurídicas e religiosas, cujos "significados" não são dados a partir do seu interior, mas a partir de um convencionalismo que o sobrepuja.

Esperamos estar claro que o que aqui chamamos uma extrapolação da noção de língua, enquanto forma, para os demais fatos humanos (não lingüísticos), não implica uma generalização desavisada. Antes, entendemos que a questão percebida por Saussure é que os signos na medida em que compõem fatos humanos, não compõem ou relacionam-se a partir de um único sistema. É neste sentido que a língua é considerada o sistema da linguagem natural e não de outros fatos simbólicos. Isto implica que outros fatos constituem outros sistemas. Assim, deve ficar claro ao semiólogo que os fatos humanos, pela diversidade que apresentam, constituem inúmeros sistemas de signos e, ao destes ocupar-se, terá como tarefa explicar seus mecanismos, suas diferenças e igualdades.

Nestes termos é que a língua deve ser considerada o sistema exclusivo da linguagem natural. Pode ainda permanecer como padrão geral da semiologia, pois é ela que bem expressa a natureza semiológica do sistema postulado por Saussure. Só neste sentido pode ser extrapolada aos sistemas não lingüísticos, enquanto forma, enquanto princípio de unidade de signos, enquanto referência.

A língua, ou ainda, a noção de sistema, passa a ser o critério de distinção das instituições semiológicas (sistêmicas) das que não são. Em verdade, o que aqui aparece como um desígnio de "extrapolar" a noção de sistema para outros fatos sociais que partilhem de seus caracteres, é o reconhecimento de que a característica sistêmica

atribuída à linguagem natural manifesta-se ou pode manifestar-se em outros fatos humanos. A noção de língua pode ser realizada, nesta perspectiva, em diferentes substâncias, uma vez que é forma. Esta concepção instaura seu ponto de vista semiológico.

Com o propósito de dar a atenção que merece, no próximo tópico consideraremos a instituição lingüística como uma parcela das instituições semiológicas e investigaremos a tarefa da semiologia de identificar e reunir as demais parcelas.

1.4 A *Langue* em diferentes substâncias

Como já foi anunciado no tópico anterior, Saussure fez-nos ver que a língua é uma instituição social, porém diferente de outras instituições como as políticas, jurídicas, religiosas etc.. Para distingui-la destas caracterizou-a em seu principal traço, em sua característica peculiar "um sistema de signos que exprimem idéias", (Saussure 1915, p. 24), sendo por isso comparável aos ritos simbólicos, também aos sinais militares e de trânsito, formas de polidez, entre outras. Comparável às instituições simbólicas e distinta das instituições jurídicas, políticas e religiosas que, apesar de sociais não partilham da natureza semiológica e, por isso, não constituem sistemas de signos, embora sejam compostas de elementos significativos.

Referimo-nos às instituições jurídicas, políticas

e religiosas como não sendo constituídas de signos que exprimem idéias, uma vez que as características pertencentes à língua em particular e aos sistemas semiológicos em geral, nelas inexistem. Referimo-nos à condição saussuriana de que o signo semiológico seja aquele que escape sempre a uma vontade individual. Nas instituições distinguidas, seus signos bem como seus significados apresentam-se constituídos por um convencionalismo tácito, extrínseco e não sistêmico, portanto. É nestes termos que anunciamos anteriormente que a semiologia prognosticada por Saussure se modela na lingüística.

Retomando, queremos dizer que a característica que foi atribuída à língua em particular está agora sendo atribuída a outros fatos humanos que não a linguagem, fatos que devam e possam ser identificados e concebidos como sistemas semiológicos. Isto exige que se investigue, relativamente aos sistemas não lingüísticos, se são realmente autônomos, se se encontram realmente no mesmo plano da língua (com a mesma organização simbólica). Assim, o semiólogo ao classificar e definir as unidades dos diferentes sistemas aponta se seu funcionamento revela um caráter semiológico.

Nestas circunstâncias, o arbitrário presente na concepção de sistema fornece um princípio de "classificação" ou distinção dos diferentes sistemas simbólicos. Assim, os ritos, os costumes, os códigos de trânsito e militares, entre outros fatos, poderão ser analisados, discutidos e classificados segundo a

oscilação (presença ou ausência) de seu grau de arbitrariedade, o que vai definir também sua identificação como sistêmico, segundo os padrões saussurianos. Só assim poderá o semiólogo ocupar-se convenientemente do conjunto dos sistemas que sejam fundados sob o arbitrário do signo.

Disto, cremos poder dizer que as ações humanas ou fatos simbólicos que preencham as condições de sistematicidade, fazem exprimir significados, no sentido de Saussure. Agora, o que se solicita é uma atividade rigorosa que analise tais fatos e torne explícitos os sistemas em que se apóiam, que estude o sistema subjacente em cada fato ou conjunto de fatos da cultura. Isto se justifica, pois, em virtude da concepção das ações humanas como atos portadores de significados, claro está que devem organizar-se segundo um sistema a ser explicado pela atividade semiológica.

Reiterando, a disciplina que recebeu o nome de semiologia basear-se-ia na suposição de que na medida em que as ações ou produções humanas comportam significado, isto é, na medida em que funcionam como signo, deve haver um sistema subjacente de convenções e distinções que torne possível tal significado.

Assim procede a identificação de outras práticas não-lingüísticas à linguagem natural, como sistêmicas. Outras instituições deverão apresentar também seus respectivos e próprios sistemas. Com isso Saussure aponta para a idéia de que as várias atividades humanas dotadas de

significado tenham algo em comum e, por isso, se quisermos determinar sua natureza, devemos tratá-las não isoladamente, mas tomando todas estas atividades como sistemas semiológicos.

Estamos assim diante de um ganho conceitual em ciências humanas, isto é, da aquisição da idéia de estrutura articulada, que é originalmente lingüística. A lingüística estrutural teve o mérito de "transformar" os fatos lingüísticos vividos (a massa heteróclita dos fatos vividos) em estrutura, em um sistema abstrato definido por elementos em relação de reciprocidade, com o objetivo de discernir e descrever suas relações sistemáticas. Assim, o sistema que com Saussure passou a ser o verdadeiro objeto de estudo, passa a sê-lo também para outras disciplinas das chamadas ciências humanas.

Pode-se agora conceber com mais segurança uma ciência "que estude a vida dos signos no seio da vida social", (Saussure 1915, p. 24); Saussure a chamou de Semiologia, do grego *Semeion*, signo. Com isso, fica evidente o papel de destaque conferido por Saussure à perspectiva semiológica em qualquer estudo conseqüente dos fatos da cultura humana. Justamente o que passaremos a analisar no próximo tópico.

1.5 A ciência geral dos signos: Semiologia

Antes de considerarmos os pormenores acerca da proposta semiológica faz-se oportuno antecípar que as reflexões saussurianas até aqui apresentadas, preparam o terreno

conceitual para o estudo das maneiras pelas quais se organizam as experiências humanas, especificamente, aquelas de que se ocuparam Roland Barthes, Luiz Prieto, Eric Buyssens, Jean Molino, como moda, códigos de trânsito, música etc., inclusive para o estudo das concepções que estas produziram relativamente ao caráter sistêmico dos fatos culturais de que se ocuparam.

A ciência semiológica desenvolvida (como veremos) pelos autores citados acima, teria o encargo de nos ensinar, como indicou Saussure, em que consistem os signos, que leis regem-nos. Seria, portanto, o estudo dos diferentes sistemas, ou ainda, "o estudo dos signos no seio da vida social", enquanto a lingüística, matriz da proposta semiológica, ocupar-se-ia apenas da linguagem natural que é um sistema dentre os sistemas de signos possíveis, isto é, que é um fato social no conjunto dos fatos sociais e, por isso, terá seu lugar determinado no interior da ciência geral dos signos que é a semiologia. Assim entendida, a lingüística seria apenas uma parte desta ciência geral: "as leis que a semiologia descobrir serão aplicáveis à lingüística e esta se achará destarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos." (Saussure 1915, p. 24)

Uma vez entendido o lugar da lingüística no interior da semiologia, resta-nos compreender a importância da primeira para a segunda, pois sabe-se que Saussure considerou a língua um sistema especial no conjunto dos fatos semiológicos, ou ainda, considerou a lingüística como fornecedora do modelo para o estudo dos demais sistemas semiológicos, considerou-a *le patron*

général da semiologia. Como dissemos, apontou o caráter especial da língua e também atribuiu aos lingüistas a tarefa de definir o que realmente faz da língua um sistema especial.

Contudo, ainda no CURSO, Saussure esboça uma resposta ao atribuir à natureza arbitrária do signo linguístico uma característica especialmente clara e evidente, o que proporcionaria a todos uma boa compreensão da questão semiológica. Os signos não-lingüísticos, sabemos, por oposição aos lingüísticos, podem parecer aos observadores como naturais, o que, muitas vezes, acontece. Tomando o signo linguístico como modelo, como padrão, sua arbitrariedade reconhecível deve compelir o observador a atentar para a base igualmente arbitrária dos signos não-lingüísticos. Assim é que a arbitrariedade do signo linguístico ajudar-nos-ia a ver tal característica nos demais sistemas simbólicos. Nisto se justifica a consideração de que a linguagem natural deve ser o sistema que melhor cumpre o ideal semiológico, o que assevera seu caráter de sistema simbólico exemplar.

Ora, uma vez que fossem naturais, ou mesmo, quanto aos signos que se apresentam como naturais, devemos considerá-los como não sistêmicos, ao menos nos termos saussurianos. Contrariamente, pesquisamos os fatos sistêmicos buscando as "convenções" em que se apoiam e, assim, teremos a oportunidade de descobrir o sistema subjacente que os constitui. Vimos que só a natureza arbitrária do signo leva a pensar a respeito do sistema de diferenças funcionais que criam signos;

assim também, em se tratando de signos não-lingüísticos, focalizar-se-ão as diferenças significativas, isto é, diferenças e oposições que geram significado. Também nestes casos, chega-se ao estudo de signos em relações e não isoladamente, em um sistema de distinções, de signos postos em conjunto. Assim, quanto aos signos não-lingüísticos, faz-se necessário realçar a característica arbitrária que compartilham, ou devem compartilhar, com os signos lingüísticos.

Finalmente, quanto à relevância dada ao sistema lingüístico com relação aos demais sistemas, Saussure foi categórico ao afirmar que "a língua é apenas o principal destes sistemas" (Saussure 1915, p. 82) e completa na mesma página: "o mais completo e o mais difundido sistema de expressão", onde o caráter arbitrário do signo é explicitado com mais evidência que em outro sistema qualquer.

Outro aspecto bastante importante que merece ser comentado ainda neste tópico é o relativo ao campo semiológico ou, mais propriamente, ao campo de aplicação da ciência semiológica, que constitui de fato um vasto campo de pesquisa, pois, se determinado fato social tem significado dentro de uma cultura é um signo, constitui, por isso, um campo de investigação semiológica.

Na ótica apresentada, a semiologia vem a incluir muitas atividades humanas como a música, culinária, arquitetura, cinema e muitas outras, desde que correspondam às exigências de sistematicidade prescrita por Saussure, desde que insiram-se

em sua perspectiva semiológica.

A prática, seja do lingüista, do antropólogo ou sociólogo, deve visar tornar explícito o conhecimento implícito que capacita as pessoas em uma dada sociedade a "comunicar" e "compreender" comportamentos.

Parece-nos apropriado dizer agora que onde há signo, há sistema a ser explicado. Claro que não nos esquecendo de que isto vale apenas quando se trata de signos no sentido definido por Saussure. De fato, sabemos e já anunciamos anteriormente, que nem todo conjunto de elementos significativos constitui sistema à la Saussure (arbitrário, opositivo e diferencial).

Fica, portanto, estabelecido o princípio que orienta a "extrapolação" da noção de sistema para outros fatos humanos, o que justifica e assegura a existência da semiologia, enquanto ciência que visa classificar os diferentes sistemas e definir seus princípios de unidade.

Vai, pois, ser justamente a concepção de fatos culturais sistêmicos, levados a cabo pelos chamados pós-saussurianos e suas respectivas concepções de modelos explicativos desses sistemas que nos interessará investigar nos próximos capítulos. Nestes estaremos buscando descrever a interpretação que tais autores elaboram relativamente à doutrina saussuriana. Procuraremos apontar para algumas conseqüências em que recaem, para a posição antagônica que, muitas vezes, acabam assumindo relativamente ao inspirador.

Antes porém, como anunciado na apresentação,

acompanharemos no capítulo dois a sistematização que Granger oferece-nos relativamente às teses de Saussure e de seus desdobramentos, na concepção de semiologia, enquanto ciência dos fatos humanos.

2. A SEMIOLOGIA DE GRANGER

2.1 Delimitação do tema

Neste capítulo, remeter-nos-emos a várias obras de Granger com o intuito de coletar nestas sua concepção de Semiologia bem como seus pressupostos, obtendo sua contribuição para a questão dos desdobramentos da Semiologia de tradição saussuriana que investigamos ao longo desta dissertação.

Vale acrescentar que a contribuição de suas teses, bem como o interesse ou motivação em buscá-las, derivam da relação que pretendemos estabelecer com autores como Saussure, Mounin, Barthes, Prieto, Buyssens e Molino que assumem os papéis de pesquisadores e realizadores da ciência semiológica.

A investigação proposta, relativa à concepção de Granger tem o objetivo de verificar o estatuto de tal ciência que, como sabemos, recebeu de Saussure o direito à vida. Nossa contribuição seria então a de oferecer via Granger um amadurecimento relativamente aos contornos e limites de tal ciência, uma vez que nele encontramos uma concepção ampliada de Semiologia que nos permite organizar e compreender melhor as diferentes práticas semiológicas de tradição saussuriana francesa por nós enfocada nos capítulos seguintes.

Acompanharemos em Granger o processo definatório da

ciência humana onde transparecerá sua preocupação que não é a de demonstrar tal ciência como efetivamente existente mas a de mostrar que tem direito a existir, que seu lugar está amadurecido e assegurado. Com esta intenção, Granger propõe e realiza um ir além dos proféticos dizeres saussurianos construindo ou sugerindo os fundamentos de tal ciência.

Retrospectivamente, sabemos que as afirmações de Saussure, relativamente à ciência que prognosticou, apresentam um caráter inacabado. É pois, também, em virtude do dito aspecto na concepção de tal disciplina que foi despertado em Granger o interesse em precisá-la. Está claro em sua obra que a busca de uma compreensão ampliada da Semiologia passa pela distinção que promove desta como ciência dos fatos humanos e como filosofia. Concepção que procuraremos esclarecer ao longo deste capítulo.

Em tal percurso, sobressairá o aspecto estrutural que, ao longo de sua obra, postula para toda ciência, seja ela aplicada à natureza ou aos fatos humanos. Do interior da concepção estruturalista, Granger proporá uma objetivação do vivido ou da experiência, que equivale a transpô-lo em termos de uma estrutura que a põe em relação de reciprocidade. Nestes termos, aqui apenas preliminarmente expostos, é-nos sugerida como condição para a objetivação científica, a elaboração de estruturas, cujos componentes podemos chamar de invariantes abstratos, que seriam os construtos correlativos e representativos do vivido ou da experiência humana. Tais

noções, capitais para a compreensão deste capítulo, serão detidamente analisadas nas páginas seguintes.

A noção de objetivação acima mencionada, sob a forma de estruturação é, diga-se, o resultado da construção de modelos abstratos da experiência vivida. Sua importância decorre do fato de Granger ter construído e alçado a categoria OBJETO como o próprio fundamento do pensamento científico. Isto nos autoriza a promover uma equivalência relativa entre as expressões "pensamento objetivo" e "pensamento científico".

Apesar de sua notória importância, não será exclusivamente do processo de objetivação que se constituirá a Semiologia grangeriana. Queremos dizer que sua concepção de Semiologia, além de abranger a investigação das condições de possibilidade de organização científica da experiência humana, apresenta também uma vertente filosófica.

Esta, sem apresentar os mesmos procedimentos e propósitos da ciência - que em Granger será apresentada sob dois aspectos distintos: Semiologia I e II - é apresentada como sendo um procedimento para a compreensão das experiências humanas distinto da ciência, como instrumento autônomo e peculiar de organização destas. Nestes termos, é ela também uma prática semiológica, o que justifica nosso interesse em dedicar-lhe parte deste capítulo.

Passemos agora à apresentação das investigações prometidas.

2.2 Por uma Semiologia científica

O trabalho de Granger, no que concerne a ser uma reflexão epistemológica sobre a ciência, apresenta-se especialmente dirigido para a experiência humana, isto é, voltado para a análise das práticas científicas que tomam por tema fatos humanos. A tomada de tais fatos como tema de uma prática científica, deve apresentar como meta a elaboração de objetos, isto é, partilhar desse "movimento geral" que é a categoria OBJETO, fundamento do pensamento científico, aqui também identificado como pensamento formal.

Tal prática, na perspectiva grangeriana, contraria e desfaz a concepção de que o pensamento objetivante, seja nas ciências naturais seja nas humanas, possa ser uma atitude espontânea, uma atitude natural que se desenvolve sem a mediação da cultura, isto é, auto-regulada, auto-organizada diante das experiências. Tal perspectiva, da ciência como construto, abre espaço para diferentes domínios do conhecimento objetivo, para diferentes possibilidades de organização do pensamento objetivo, que, desta forma não é dado, *a priori*, mas construído em face do que se quer conhecer cientificamente.

Para explorarmos convenientemente a noção de conhecimento objetivo ou científico, visando, desde já, à fundamentação de uma Semiologia científica, comecemos por

amadurecer a noção de OBJETO, cuja constituição é a própria meta de toda prática científica, representando a fundamentação da Semiologia, enquanto ciência, nas duas vertentes propostas por Granger.

Ilustrativamente, encontramos em uma obra de 1950, Lógica e Filosofia da Ciência, Granger definindo de maneira bastante geral, a noção de objeto como sendo "tudo o que é procurado por um pensamento, seja qual for o seu grau de realidade, de autenticidade ou materialidade. O teorema de Pitágoras, uma quimera, o sentimento do infinito, podem, eventualmente ser objeto." (Granger 1950, p. 51)

Assim definido, àquela época, o objeto ou o pensamento objetivo é apresentado como um modo de encadeamento de idéias, sendo que a maneira e prática de relacioná-las é que é qualificada de atitude científica. Nesta ótica, o produto metodologicamente abstraído das idéias relacionadas, não pode ser concebido como se tivesse sido dado ou apresentado imediatamente aos sentidos, o que já prefigura uma distinção entre pensamento objetivo e subjetivo - este último entendido como uma contemplação estética, por exemplo, cuja prática não visa à estruturação de invariantes abstratos. Tal distinção, faz do pensamento objetivo uma condição indispensável para a constituição do que será definido como ciência: uma atividade cuja finalidade é a elaboração de objetos por intermédio de modelos abstratos.

Ainda acompanhando a evolução da definição de objeto,

isto é, da construção do conceito objeto, encontramos por volta de 1969 em Proposições Para um Positivismo, uma concepção de objeto como algo oposto ao fenômeno, este último apresentado como resultado da organização perceptiva, enquanto o objeto o é da organização lingüística. Neste artigo, a noção de objeto é apresentada do interior de uma teoria do conhecimento.

Com isso, Granger estabelece metodologicamente que a primeira instância de organização de uma experiência vivida ocorre pela percepção, perceptivamente, e que uma segunda instância, incidindo sobre o fenômeno percebido, ocorre pela linguagem, isto é, trata-se de um vivido sendo organizado simbolicamente pela linguagem.

Assim, temos, do interior de tal teoria do conhecimento, um fenômeno perceptivo, que é já uma primeira organização da experiência, embora confusa e imediata e um segundo nível, ou momento de organização que é a formulação de modelos abstratos, onde reside a prática científica.

Deve ficar claro que os dois níveis de organização devem ser imanentes, permanecendo sempre no interior da experiência possível, não sendo concebível um tipo de organização que provenha de um "lugar exterior" à própria experiência. Dito isto, assumiremos que é o segundo nível que vai interessar-nos, mas para que o compreendamos melhor, vejamos mais detidamente no que consiste o primeiro nível.

A organização perceptiva da experiência humana é de certa forma breve e facilmente atingível, enquanto

que a organização que a sucede dá-se num processo longo, laborioso e móvel. Assim concebidas as organizações, a ciência pode ser situada na esfera da continuidade, não da percepção, mas da linguagem.

Assim, a primeira organização simbólica da experiência vivida tem como resultado o que Granger chamou de fenômeno e constitui, em seu pensamento, a primeira redução da experiência, isto é, a primeira articulação do vivido, o que já constitui um trabalho, uma operação do sujeito, que promove uma primeira sistematização da experiência, sem que possa neste nível ser considerado como procedimento científico.

Tomamos a liberdade de defini-la como uma organização primitiva da diversidade da experiência vivida, sem ainda abstrair dela invariantes estruturados, ou como diz Granger na pag. 32 de P.P.P "ilhas radicalmente autônomas". Nestes termos as condições de possibilidade da ciência não correspondem às condições da percepção, embora sua concepção já apresente uma sistematização da experiência.

Ora, a passagem deste primeiro nível para o segundo, promovendo o fenômeno a molelo, constitui, esta sim, uma empresa conscientemente determinada e não espontânea do sujeito frente a uma experiência. Em verdade, o pensamento científico é aqui definido como realização de estruturas, como pesquisa e definição de invariantes abstratos que opõem-se ao fenômeno. Antecipadamente diremos que a noção de invariante não tem aqui o propósito de sugerir qualquer tipo de imobilidade

ou mesmo de essências imutáveis.

Quanto à estabilidade do modelo, relativizada ao final do parágrafo anterior, diz Granger, "é relativa ao sistema que ele define; ela é provisória e antecipadamente definida pelas condições nas quais se efetua num momento dado da história de redução dos fenômenos.", (Granger 1969, p. 34) e completa na mesma página da mesma obra: "o objeto nunca é mais que uma figura provisória da objetividade, mas é posto por essência como norma e projeto de conhecimento."

Deve-se ainda esclarecer que da organização lingüística não se segue necessariamente a ciência, uma vez que a organização lingüística pode, além de científica, ser artística, filosófica, entre outras. Nestes termos, a linguagem só é condição necessária da ciência na medida em que possibilita e realiza a construção de modelos estruturais, isto é, quando comanda a constituição de objetos.

Do que vem sendo dito, conclui-se que a percepção não pode ser o fundamento da ciência, mas, tão somente, algo sobre o que a linguagem aplica-se, exercita-se, com toda flexibilidade que o caráter histórico da experiência humana apresenta. Com isso, passamos a entender em que sentido pode o objeto ser considerado sincrônico: como um momento de estabilidade relativamente à historicidade da experiência. Encontramos aqui a noção de objetivação com forte identificação saussuriana e daqui decorre seu estatuto de produção de formas autônomas representativas da experiência ou vivido.

Assim, a determinação de objetos e a construção de modelos abstratos ficam definidas como a própria atividade científica, evitando que outros tipos de organização da experiência vivida, como os já mencionados (artísticos, filosóficos, míticos etc..) sejam tomados por científicos. Ficam marcadas, assim, as duas distinções que procuramos demonstrar. Por um lado, a fronteira entre percepção e ciência, isto é, entre fenômeno e objeto, que ocorre no próprio processo da construção do pensamento científico. Por outro lado, há que se distinguir, no próprio interior da organização lingüística, a distinção entre construção de objetos e as demais atividades que não constituem objetos ou modelos, como as artes, os mitos etc..

A concepção de ciência que procuramos apresentar deve agora explicitar a distinção que permitirá a compreensão da proposta de construção de MODELOS FORMAIS e de SISTEMAS SIGNIFICANTES (mais adiante apresentadas), isto é, compreender as possibilidades que, em Granger, permitirão um tratamento científico dos fatos humanos, isto em razão de suas peculiaridades.

Quisemos anunciar no parágrafo anterior que, diferentemente do fato natural, o fato humano, enquanto fenômeno, apresenta-se dotado de organização peculiar, isto é, encontra-se inserido em um contexto valorizado, envolto por ideologias e, por isso, nunca neutro. Queremos dizer que apresenta significações que lhe são próprias e

imediatas.

A organização que aludimos, está claro, é a sua organização latente, por razão do que podemos chamar-lhe proto-científica, dado que antecede ao trabalho de abstração de invariantes a serem organizados estruturalmente em termos de objeto. Assim considerando, o que há de peculiar nas ciências humanas e que Granger mostra-nos ao longo do capítulo V de Pensamento Formal e Ciências do Homem é que o cientista aponta para fatos já providos de sentido, o que pode seduzir o cientista a manter-se somente no plano dos acontecimentos vividos. Tal sedução faria da atividade científica tão somente uma explicitação do proto-objeto que é o vivido, de suas significações primevas. Isto manteria o cientista na esfera da logomaquia e no limite da reflexão sobre as significações de uma experiência qualquer.

Queremos dizer que a justificativa para o procedimento científico reside no fato de que mesmo considerando que "o conhecimento do fato humano não possa abstrair o caráter simbólico de seu objeto, de modo algum implica na necessidade de se restringir à exploração das significações dos fatos como se apresentam nas consciências de cada sujeito." (Lahud 1972, p.107) Romper este obstáculo, seria romper a dificuldade de se construir uma ciência positiva do homem. Estamos, assim, buscando uma forma legítima e autêntica de objetivação dos fatos simbólicos.

Contudo, a redução estrutural da experiência humana, aqui entendida como alternativa à simples reflexão sobre o

vivido, deve-se dizer, não pode ser confundida com a que o cientista natural realiza relativamente aos fatos que investiga. Este realiza seu trabalho liquidando toda significação relativa ao fato que tematiza, liquidando toda possibilidade ou resquício de simbolismo que possa conter, o que caracterizaria, no caso de uma experiência humana, um excluir sua característica peculiar. Nestes termos, o recorte científico dos fatos humanos assume uma particularidade, uma dificuldade adicional pois, o que chamamos, ou podemos chamar, de um sistema bruto de significações que é o vivido, deve ser, pelo cientista, transposto em termos de modelo abstrato.

Assim, a elaboração de modelos constitui a determinação de uma forma original que deve ser sobreposta às formas do vivido. Trata-se de uma operação relativamente ao fenômeno humano na tentativa de superar sua diversidade e a dificuldade específica que é a riqueza simbólica de suas formas.

Podemos agora dizer que o pensamento científico, em ciências humanas, na perspectiva que procuramos elaborar (com Saussure e Granger) deve ser formal; seu objetivo é elaborar sistema de formas. Queremos dizer que a ciência humana segue sendo formal, isto é, construindo sistema de formas em uma linguagem e não diretamente sobre os dados sensíveis. Nesta perspectiva, a concepção de progresso ou evolução formal consiste num depuramento, numa ascese que promove um ganho de formalização crescente.

Por decorrência disso, trata-se de

uma formalização peculiar e que merece explicitações, a começar por uma definição da participação da linguagem no que diz respeito à elaboração das formas estruturais. Começemos por considerar que a forma dada ao objeto científico não diz respeito diretamente ao seu conteúdo sensível, mas a uma linguagem, o que faz a mediação entre a percepção do fenômeno e o objeto científico.

A respeito disto, ao longo dos capítulos V e VI de Filosofia do Estilo, Granger discute "o problema das significações" e "sintaxe e semântica" respectivamente. Nestes, linguagem natural, enquanto instrumento de formalização científica, é definida como se apoiando na oposição da semântica à sintaxe, tendendo à supremacia da sintaxe; seu processo em direção a uma sintaxe mais sutil e precisa determina o nível de objetivação ou formalização em que uma ciência encontra-se. A linguagem torna-se formal e, é por esta que nos interessamos, na medida em que articula com prioridade ligações sintáticas (que expressam a ligação dos signos entre si) e refere-se menos a conteúdos semânticos, contrariando ou invertendo a própria característica da linguagem natural.

A almejada linguagem formal, que promoverá a ascensão do recorte fenomênico a objeto estruturado deve, como dito acima, ser sintática ao máximo, designar relações estruturadas de um certo tipo que reduza progressivamente sua função semântica. Contudo, pode apenas caracterizar um predomínio da

sintaxe, uma vez que seus monemas nunca estão completamente encerrados numa estrutura combinatória bem definida, isto é, são significantes que nunca deixam de fazer referência ao mundo.

Contudo, queremos aqui registrar que a linguagem natural aplicada às ciências naturais pode promover, sem constrangimentos, a sintaxe em detrimento da semântica, uma vez que sua formalização promove, com o auxílio da linguagem matemática, por exemplo, a estrita relação entre signos sem a remissão ao vivido, evitando qualquer referência ao mundo, sem prejuízo da formalização. Contudo, a ciência humana, diferentemente, lida com fatos que não podem ser completamente redutíveis ao formalismo sintático de uma linguagem.

Os conteúdos tematizados pelas ciências da natureza, por serem empíricos, não se apresentam em um universo valorizado, não apresentam significações (se ocorrerem podem ser suprimidas). Queremos dizer que seus temas não estão eles mesmos organizados sistemicamente (que não são simbólicos), podendo ser tematizados por simbolismos que os descrevem segundo modelos formais.

Ora, esta diferenciação entre fato natural e fato simbólico, tão cara ao nosso propósito, é sustentada por Granger tendo em vista a concepção saussuriana de *langue*, que é o sistema da linguagem natural, vejamos como isso funciona. Em Saussure, a língua corresponde a um propósito de objetivação da linguagem natural, que é um fato humano. Enquanto objeto da lingüística, faz parte da linguagem natural

a oposição entre sintaxe e semântica, o que não permite que seja constituída como sistema absolutamente formal (sintático), pois é, diz Granger, "inseparável da prática num sentido infinitamente mais coercitivo do que uma álgebra poderia sê-lo". (Granger 1968, p. 202)

Concebemos assim, que uma estruturação opera um recorte de um vivido, por exemplo, uma fração de uma mensagem dita por um orador. Neste recorte, reduz tudo aquilo que "acompanha" a mensagem, que a sobrecarrega ou sobredetermina, também chamado redundância. Reduz-se assim, de uma linguagem falada, o que não é língua. Assim procedendo, o cientista alcança crescente estruturação na medida em que, como dissemos, reduz ou isola as sobre-determinações, alcançando, com isso, um crescente predomínio das formas sobre os conteúdos.

Assumimos assim, que neste caso a sobreposição de uma sintaxe a uma semântica é sempre virtual, o que faz com que a língua seja um objeto semi-formal; a oposição entre sintaxe e semântica é mantida no interior da linguagem natural, pois a neutralização dos aspectos históricos em nada elimina a dimensão semântica e mesmo poética da linguagem natural.

O que evidencia o caráter semi-formal da língua é que nela, "uma organização do sentido começa com a sintaxe no modo das estruturações rígidas e se completa com a semântica", (Granger 1968, p. 202) onde os dois tipos de organização imbricam-se e suprem-se um ao outro. De onde podemos concluir que, neste caso, não podemos conceber uma

sintaxe totalmente desligada de uma semântica, uma vez que a sintaxe refere-se à estrutura de uma cadeia de discursos com suas constantes e suas variáveis, enquanto a semântica faz referência a conteúdos extra-lingüísticos.

Isto quer dizer que relativamente a uma experiência humana (similarmente à linguagem natural) não se pode atingir nunca uma formalização absoluta, com total eliminação do aspecto semântico, sob risco de mutilar a especificidade da experiência humana. Queremos dizer que um fato humano, como a linguagem natural, por exemplo, pode ser expressa por uma meta-linguagem que seja quase-formal, mas não totalmente formalizada, justamente porque a linguagem natural, que tomamos aqui como exemplo de fato humano, comporta esta oposição irreduzível da sintaxe à semântica. Decorre deste quadro, o motivo de uma Semiologia científica, enquanto meta-linguagem de fatos humanos, não poder ser exclusivamente formal.

Em Proposições para um Positivismo assistimos a Granger propor a construção de um simbolismo cuja predominância da sintaxe é progressiva, contudo considerando que os laços deste mesmo simbolismo ou desta linguagem com a experiência é que vai respaldar seu êxito. Nestes termos, a formalização total no caso dos fatos humanos permanece como um horizonte nunca atingível ou apenas um propósito virtual. Queremos dizer que uma ciência humana não pode ser completamente formalizada e permanecer eficaz.

Está claro que em Saussure, a língua aponta para uma

predominância de leis formais, promovendo e definindo uma estrutura. É importante ressaltar que apesar do corte sincrônico, que visa reduzir organizadamente as vivências, as palavras ou signos da linguagem natural continuam a possuir conteúdos semânticos, a fazer referências ao mundo sensível, por sua própria condição de simbólica.

Como vimos, um modelo, em ciências humanas é quase-formal porque opera com um tipo específico de simbolismo, reconhecido peculiarmente como imerso em um contexto valorizado. Todavia um modelo está sujeito a revisões históricas no interior de cada ciência humana, isto é, pode ser modificável a partir de seu interior, num movimento crescente de formalização promovido pelo cientista a partir do quase-modelo elaborado inicialmente. Lembremos que a revisão dos modelos aludida é também procedimento comum das ciências naturais.

Com isso, na concepção de Granger, a elaboração de um discurso científico deve evitar "trafegar nas águas" da pura tematização do vivido, bem como não pode ser um algo sem relação com a experiência. O discurso científico, no caso dos fatos humanos, deve ser uma alternativa ao universo fechado de abstrações que é bem ilustrado no simbolismo lógico-matemático, assim como uma alternativa à pura tematização do vivido, como a mitologia ou a arte por exemplo.

Queremos dizer que o recorte do fenômeno que é o objeto, pode permanecer articulado ao vivido. Claro que o modelo abstraído do vivido deve deste ser isolado, todavia, ao

mesmo tempo, deve ser articulado a ele, ou como diz Granger deve permanecer isolado "exceto em alguns pontos de passagem exatamente reconhecidos, e de que nos fornecemos a maneira de controlar o seu tráfego". (Granger 1969, p. 34) Queremos dizer que a objetivação em ciências humanas refere-se também ao aspecto vivido do seu objeto. Em verdade, tanto nas ciências naturais como nas humanas há referências aos objetos do mundo, sendo que nas ciências humanas essa referência é ao vivido, isto é, aos aspectos ideológicos, culturais, estéticos, entre outros, do seu objeto.

A noção de modelo que procuramos apresentar mostra-o como histórico, isto é, um modelo construído deve ser suficiente para descrever e, até mesmo, prever o fluxo histórico dos fatos que representa, sem o que deverá ser submetido a revisões que serão assim permanentes. Neste caso, um modelo abstrato quando se mostra potente deve permitir, a exemplo dos modelos das ciências naturais, explicitações, representações, descrições e até previsões quanto aos diferentes estágios destas experiências. Sobre isto, diz-nos Granger que "um modelo abstrato posto em correspondência com o fenômeno, deve permitir previsões quanto aos diferentes estágios desse fenômeno". (Granger 1969, p. 41)

Daqui podemos apreciar a proposta grangeriana, externar novamente sua vocação saussuriana, ao reconhecer não somente sistemas simbólicos fechados, como os expressos pela lógica, que nada dizem a respeito de uma experiência vivida, atingindo

pelo completo isolamento uma competência universal, mas também a possibilidade de produção de sistemas simbólicos representativos de fatos semânticos. Ora, a linguagem natural é um aspecto da prática vivida e a ela deve permanecer de alguma forma associada, sem o que nada dirá do mundo.

Os fenômenos de comportamento humano, na medida em que são submetidos ao desígnio de objetivação, oferecem-se a dois tipos de objetivação, que Granger chamou de construção de **MODELOS FORMAIS** e construção de **SISTEMAS SIGNIFICANTES**.

Antes porém de examinarmos as propostas de modelização, que são de cunho estritamente científico e a proposta filosófica, como vias semiológicas, salientemos que na doutrina grangeriana, o trabalho de objetivação de um fato simbólico traz consigo o binômio **SENTIDO/SIGNIFICAÇÃO**, conceitos que merecem explicitações para que as propostas de modelização e de filosofia dos fatos humanos possam ser melhor compreendidas.

Os mencionados conceitos, pretendem ser ilustrativos da própria natureza dos sistemas simbólicos. Inicialmente consideremos que o **SENTIDO** refere-se aos elementos do sistema que são dados, efetivamente, constituindo sistemas "fechados"; já a **SIGNIFICAÇÃO** refere-se aos sistemas onde a totalidade dos elementos é sempre virtual, constituindo sistemas "abertos". Esta dupla característica é, na verdade, concebida como simultaneamente presente em toda sistematização simbólica, podendo ser aplicada a qualquer conjunto de fatos humanos, inclusive a linguagem natural.

Por hora, vejamos como o esquema de Peirce, ao qual Granger recorreu, permite ilustrar a distinção que Granger estabelece entre sentido e significação. A apresentação desta distinção, presente no capítulo V de Filosofia do Estilo reproduz a definição peirceana de signo como "algo ligado, sob certo aspecto, a um segundo signo, seu objeto, de tal modo que relaciona uma terceira coisa (seu interpretante) com este objeto de modo a relacionar uma quarta coisa e assim por diante *ad infinitum*." (Granger 1968, p. 136)

Esta concepção de signo, que Granger considerou suficientemente ampla para esclarecer a noção de signo lingüístico e de signo em geral, autoriza-nos a considerar o fato humano como signo que reenvia a um sentido (objeto ou idéia) e admite uma seqüência de interpretantes postos em ligação com o sentido pelo signo.

Queremos dizer que o ponto de partida de uma atividade científica é a própria experiência tomada em seus fragmentos como signos. A análise, que se pretende científica destes signos permite, então, segundo a interpretação do esquema de Peirce proposta por Granger, uma objetivação estrutural da experiência que define a relação do signo com seu objeto: define o SENTIDO na acepção de Granger, além de permitir também uma sistematização da cadeia de interpretantes (que definem as significações na acepção de Granger) admitidos pelo fato simbólico que é aqui tomado pelo signo.

Nesta perspectiva, Granger adotou a relação semiótica do signo com seu objeto como uma relação intra-simbólica de sentido por seu aspecto "estável", pela relação canônica que um símbolo, por exemplo, trava com seu objeto. Complementarmente, adotou a relação do signo com seu interpretante como uma relação ilustrativa de seu conceito de significação, por seu aspecto "interpretativo", por uma relação que pode ser inclusive psicológica.

A partir destas colocações, podemos perceber em que termos o intercâmbio semiótico dos componentes do triângulo peirceano sugere o conceito de dupla remissão (o signo remete intra-simbolicamente -sem referência a um vivido- e extra-simbolicamente -com referências a vividos) que interessa a Granger. Sugere que o signo remete, por um lado, a uma estrutura que a ciência deve fazer surgir ao desprender relações por intermédio de expressões formais. Sugere, por outro lado, que o signo remete a uma experiência vivida que, sem entrar no jogo das estruturas, constituem não estruturas, mas apenas sistemas.

Esclarecendo que a noção de sistema, em sua perspectiva, apresentada ao longo de sua obra, especificamente no capítulo V de Filosofia do Estilo, não seria propriamente uma estrutura, mas o que podemos chamar apenas de "uma qualificação da estrutura" (Granger 1968, p.161) que, contudo, mantém-se distinta desta. Melhor seria designar sistema como um conjunto articulado de idéias e nunca de invariantes

abstratos. A elaboração de sistemas, na perspectiva em que a compreendemos, não pode dar origem e nem equivaler a estruturas em sua plena acepção da palavra, uma vez que seu intento é o de inserir a experiência humana numa perspectiva "aberta", não regionalizada e nem circunscrita como o campo definido pelas estruturas formais.

Retomando, queremos dizer que, de posse dos conceitos de sentido e significação, a prática científica deve corresponder ao desígnio de objetivação, que caracteriza toda ciência, e, para tanto, deve romper com a imbricação entre sentido e significação. Queremos dizer que o conhecimento científico deve processar-se como uma modalidade de conhecimento que se manifeste no quadro da estrutura e, no caso da Semiologia, no quadro do sentido.

Estamos, por ocasião do que vem sendo apresentado nas páginas anteriores, apoiados na seguinte idéia: o fato humano pode ser organizado, por um lado, restringindo-se ao seu sentido, e, por outro, à sua significação. Por isso mesmo, o fato humano deve ser estudado na perspectiva científica através de seu sentido, excluindo a sua significação, reconhece Granger, uma vez que é possível excluí-la.

O que caracteriza o movimento de objetivação, isto é, o assumir o sentido, coincide com o esforço de Saussure ao distinguir língua de fala, de promover um corte sincrônico visando à produção de modelos semi-formais. Nestes termos, a exclusão progressiva das significações deve

ocorrer, uma vez que ela é possível.

Com o que vem sendo dito, podemos compreender em que termos o estudo dos fatos humanos envolve uma Semiologia, a saber na medida em que a experiência humana é apreendida como significativa. Nesta circunstância, uma atividade do tipo Semiologia da arte, do cinema, entre outras, é concebida como elaboração de sistema significante, sistema este passível de uma estruturação semi-formal de sentido. Comportam também os estudos dos fatos humanos uma sistematização das significações, identificada com a filosofia considerando o abismo que distingue os dois procedimentos, como veremos mais adiante. Veremos também, em que acepção pode-se aplicar uma Semiologia estritamente formal, até agora recusada, aos fatos humanos, em que circunstâncias e a que fatos.

Assim, o lugar e a importância do sentido aparecem com nitidez aos olhos de Granger quando observa no capítulo V de Filosofia do Estilo que, alguns pesquisadores, como Lévi-Strauss, dirigem suas pesquisas em direção a uma objetivação do fato humano tomando-o como sistema significante. O alcance de uma objetivação nestes termos é o que interessou a Granger e o que nos interessa doravante.

Retomaremos agora, após a apresentação das noções de sentido e significação, as noções de MODELOS FORMAIS e SISTEMAS SIGNIFICANTES, anunciadas nas páginas anteriores deste capítulo. Com isso, estaremos acompanhando a formulação da descrição dos

tipos de modelização dos fatos humanos admitidos por Granger.

2.3 A determinação de MODELOS para os fatos humanos

Vimos, já suficientemente, que em Granger a atividade científica consiste exatamente na determinação de objetos, o que equivale a construir modelos abstratos dos fenômenos. Recorreremos a uma citação de Granger onde se lê: "chamo aqui modelo um conjunto abstrato, posto em correspondência com um fenômeno operatoriamente definido e permitindo previsões quanto aos estágios deste fenômeno." (Granger 1969, p.41) Ora, destarte o que se chamou de modelo nada mais é do que uma representação abstrata, ou melhor, uma redução organizada do vivido, organizada no sentido de que o transmutar o fenômeno percebido para a condição de objeto descrito é resultado de um trabalho de simbolização, de uma operação lingüística.

Quanto aos modelos ou esquemas de redução do vivido, no que dizem respeito aos fatos humanos, não podem ser de um único tipo, antes, os fatos humanos podem ser organizados segundo uma superposição de vários tipos de modelos que corresponderiam a organizações diferentes da representação que se quer elaborar do vivido. Granger descreve-nos em sua obra Por um Conhecimento Filosófico, entre as páginas 135 e 140, dois tipos de modelos abrangentes que podem ser produzidos pela ciência, a saber: um estritamente formal que pode se subdividir em ENERGÉTICO e

INFORMACIONAL e um segundo padrão de modelização, chamado modelo SEMIÓTICO, que é também a produção de sistemas significantes objetivados, ou ainda, produção de quase modelo. Esta referência a dois padrões de modelos demonstra em Granger uma recusa em reduzir o procedimento científico à elaboração de um só tipo de objeto, isto é, reduzir a ciência pela unificação de seu objeto a partir de um tipo exclusivo de modelo abstrato. Antes, Granger concebe, mantendo a categoria objeto como paradigma geral do pensamento científico, uma pluralidade nas construções dos modelos. Nestes termos, podemos compreender que, a despeito da categoria objeto ser única, cada tipo de ciência propõe um tipo de modelo, que pode ser, como já vimos, formal ou semi-formal.

Assim, concebe os dois tipos de modelos citados, que a ciência pode usar para objetivar a experiência ou vivido. O primeiro deles, é de caráter estritamente formal. Trata-se da elaboração de estruturas abstratas no sentido estrito, cujos elementos estão determinados por leis sintáticas, organizados segundo relações de reciprocidade; tal modelização deve realizar-se em um ou mais níveis.

Uma modelização efetuada em apenas um nível recebe de Granger o nome de energética, assim chamada por analogia com máquinas onde trafegam energias e forças. Nesta modelização, é admitida uma homogeneidade relativa aos seus fatores de determinação, onde um único plano é concebido como "palco" para

composição de seus efeitos. Vejamos um exemplo extraído da física newtoniana, onde o movimento de um corpo qualquer é tomado como objetivável. Tal movimento ocorre por determinação de uma força aplicada que recebe oposição de uma força de inércia, que reage. Podemos, neste caso, reconhecer a dita homogeneidade dos elementos em questão. Pode-se ainda reconhecer que ambas aplicam-se ou exercem-se sobre uma mesma superfície que é abstrata, isto é, um espaço fora do qual nada se supõe de determinante para a produção do sistema e representação do objeto. Provavelmente, o que se concebe ou admite-se é a desconsideração das forças "mais fracas", assumindo que elas causam efeitos desprezíveis. Assim, temos fatores (forças) homogêneos atuando sobre um único plano, os quais correspondem aos modelos de inspiração na mecânica de Newton.

Por outro lado, Granger concebe também modelos formais que não apresentam, como no anterior, um único plano com elementos homogêneos, mas em pelo menos dois níveis; trata-se dos modelos formais que chamou, na mesma obra, de informacionais, estratificados, ou ainda, cibernéticos, que constituem subdivisões dos modelos formais. Neste caso, as denominações são dadas por analogia com as máquinas cibernéticas, nas quais circulam informações, com um nível sobreposto ao outro. Aqui, por haver transmissão de informações, seu protótipo é a retro-carga ou *feed-back*.

O segundo tipo de modelo, também chamado semiótico, visa à produção de sistemas significantes ou quase-modelos. É

exclusivamente concebível para os fatos humanos ou de cultura. Neste modelo começam a aparecer elementos heterogêneos e níveis ou planos diversos de estruturação. A linguagem natural, por exemplo, admite um modelo semiótico, onde, por ser relativa ao uso e produção de "signos", apresenta não apenas um aspecto sintático, mas também semântico. Queremos dizer que, neste caso, a modelização não supõe uma mesma superfície abstrata onde todos os acontecimentos possam realizar-se. Em verdade, supõe uma superposição de simbolismos distintos que impossibilita a formalização completa.

Para ilustração, consideremos ainda o caso da linguagem natural, onde com os monemas, no sistema de primeira articulação, introduzir-se-ão as referências extra-lingüísticas, ausentes no sistema suporte, o fonemático ou segunda articulação. Os monemas, enquanto nível superior de articulação (já que chamamos aos fonemas de articulação de base) apresentam-se, como dissemos, carregados de referências extra-lingüísticas, o que caracteriza uma superposição de simbolismos distintos. Queremos dizer que a linguagem natural, assim como também a música e demais sistemas simbólicos que apresentem pelo menos dupla articulação com um sistema suporte formalizável, como também os simbolismos que não são dotados de sistema suporte, mas que apresentam referências semânticas, são todos apenas semi-formalizáveis, isto é, são irredutíveis a sistemas simbólicos formais, a formalizações estritas. Para uma segunda ilustração dessa modelização são

também lembrados por Granger os sistemas de organização dos mitos de Lévi-Strauss. Também podemos tomar uma referência que faz a uma proposta de semiologia dos programas eleitorais, presente no capítulo V de Filosofia do Estilo.

O exemplo dos programas eleitorais trata da iniciativa de construir modelos abstratos relativamente aos diferentes tipos de programas eleitorais de uma campanha política. Para tal, Granger propõe um projeto semiológico sugerindo um recenseamento exaustivo dos temas, isto é, dos elementos que comporão o modelo, onde eles apareçam como invariantes combinatórios ou fazendo aparecer "constelações" de elementos "idênticos", isto é, construindo com eles um sistema de oposições.

Nestes termos, estaria sendo construído um modelo visando uma organização de nível superior, pois tomou-se como material significante os próprios "textos políticos" que apresentam um sentido lingüístico, isto é, os temas destacados passam a ser relacionados como elementos quaisquer, a despeito de suas "significações" anteriores. A organização promovida deve produzir sentidos, isto é, deve gerar um sistema de correlações internas ou, "uma rede cujos nós são os elementos dos diferentes programas eleitorais identificados sob representações variadas." (Granger 1968, p. 116)

Temos então, desde já, dois motivos para a caracterização de tal modelização como semi-formal: aplica-se sobre fatos que, primeiramente, distinguem-se pela função que têm de significar e, posteriormente,

pela superposição de planos ou níveis que os distinguem dos fatos suscetíveis de modelização energética que apresentam um único nível.

Retomando o exemplo dos programas eleitorais, o trabalho de estruturação materializa-se na correspondência explicitada entre os diferentes programas eleitorais, na coordenação dos elementos destacados em um todo estruturado visando esclarecer a determinação mútua deles. Tal procedimento, permitiria que programas, à primeira vista distintos, identificados à luz do código obtido, veiculassem o mesmo sentido. Assim procedendo, ter-se-ia destacado o código que alça a aparente diversidade dos programas eleitorais em sistema significante, ou ainda em quase-modelo, assumindo a condição de autonomia, de entidade autônoma. Neste caso, obter-se-ia uma forma autônoma que represente o fato estudado pelo rompimento do obstáculo da imersão do fato humano num universo valorizado. Sem esta atitude, não há ciência, segundo Granger.

Quisemos, nos parágrafos anteriores, esclarecer que fatos humanos de cultura, pela própria natureza que apresentam e que já foi descrita neste capítulo, prestam-se a um tipo de objetivação, a semi-formal, que conduz aos sistemas significantes aqui identificados e exemplificados com o conceito de língua de Saussure, com os sistemas dos mitos de Lévi-Strauss e o dos programas eleitorais do próprio Granger.

Pois bem, uma vez apresentados os dois tipos gerais de

modelos, passemos a apresentação dos três conceitos de Semiologia de Granger. São eles, Semiologia I, II e III.

2.4. Tripartição da proposta semiológica

Os três conceitos de Semiologia constituem uma sistematização proposta por Granger para situar as diferentes atividades semiológicas, isto relativamente aos diferentes tipos de modelos que empregam. Na perspectiva científica apresenta os conceitos de Semiologia I e II. Semiologia III é concebida relativamente à atividade semiológica quando esta não emprega e não elabora modelos, mas apenas interpreta, isto é, quando a atividade semiológica insere-se na perspectiva filosófica.

Tais formas constitutivas de organização dos fatos humanos são comuns em uma propriedade essencial: a de se referirem a atividades semiológicas. Semiologia I, II e III referem-se a enfoques dos fatos humanos segundo suas relações semióticas de sentido e significação.

A introdução dos três conceitos mencionados passa a exigir um tratamento individualizado dispensado a cada um deles. Justamente o que será realizado doravante.

Introdutoriamente pode-se dizer que Semiologia I, enquanto procedimento de objetivação rigorosa, visa à construção de modelos formais *stricto sensu*. Quanto à Semiologia II, não

visa à construção de modelos estruturais como a Semiologia I, mas apenas quase-modelos, isto é, explicita uma quase-estrutura subjacente ao fato humano. Por fim, a Semiologia III, despojada completamente de qualquer intenção de objetivação, é apresentada como uma reflexão ou interpretação filosófica, como um comentário ou leitura interpretativa das significações da experiência. Este último nível semiológico, distinto dos dois anteriores, não visa à objetivação dos fenômenos em formas de estrutura, antes realiza a organização do vivido em sistemas de significações.

Pormenorizadamente, comecemos pelas duas vertentes científicas, reservando para um tópico posterior a Semiologia III que corresponde à vertente filosófica, isto é, ligada à filosofia e não à ciência.

O método semiológico de modelização formal, Semiologia I, visa ao fato humano enquanto objeto, isto é, neste caso, o fato humano já é ou deve ser de alguma forma um sistema simbólico formal onde seus signos são definidos por relações recíprocas, o que acaba por constituir um universo simbólico que pode ser chamado de "fechado", devido à reciprocidade ou mutualidade de seus membros.

Por sistema simbólico formal, entendemos com Granger, um sistema que, apresentando ou não uma única articulação, apresenta uma supremacia da sintaxe sobre a semântica. Trata-se portanto, de um tipo particular de sistema simbólico, como a lógica e a matemática. A presença de um número finito de significantes, somado a um número fixo (determinado)

de regras que concatenam estes elementos, acabam por definir, segundo Granger, um sistema simbólico formal.

Nestes termos, Semiologia I refere-se a uma ciência formal, que elabora uma meta-estrutura que seja homogênea ao formalismo (a matemática por exemplo) que toma por tema, sobre o qual se aplica. Trata-se da aplicação de uma rede lingüística formal sobre outra, sem que nesta passagem ocorram contaminações semânticas, extra-lingüísticas. Trata-se de um procedimento de objetivação que visa formalizar um fato humano (como a matemática ou a lógica, por exemplo) que já é um sistema formal. Nestes casos, a formalização atinge ou deve atingir seu nível sintático mais elevado, pois incide sobre uma estrutura já sintática, isto é, que apresenta uma vocação sintática em detrimento da semântica.

Ora, o modelo que se pensa construir relativamente a tais fatos humanos deve aplicar-se, a exemplo dos modelos energéticos, sobre um fato que apresenta um único plano ou nível e onde pode também ser admitida uma homogeneidade relativa aos seus fatores de determinação, a exemplo de como foi definido o modelo energético.

Podemos dizer que uma prática científica, segundo os padrões de procedimento de Semiologia I, tem como seu objeto algo puramente sintático. Tal prática, nestes termos, não parte do que chamamos aqui de fato humano, que não possui ainda um sentido organizado sintaticamente, mas que tem por função significar.

As matemáticas, tomadas por exemplo, "falam" uma língua rigorosa, da qual pode-se excluir ou exclui-se todo "encavalamento", toda sobredeterminação. Assim, a matemática e a lógica evidenciam uma bem sucedida prática do pensamento formal.

Queremos dizer que na matemática, em razão de seu caráter mediato em relação à prática, o ideal de formalismo é atingido pela redução "máxima" das significações, da semântica. Por ocasião do que, a noção de gramaticalidade assume um valor estrito.

Semiologia I, como concebe Granger, insere-se na alçada da ciência na medida em que, como já foi dito, refere-se à elaboração de meta-estruturas homogêneas ao formalismo que toma por tema. Há ainda, registre-se aqui brevemente, a concepção apresentada no final do capítulo V de Filosofia do Estilo, de que esta pretendida formalização, na medida em que é realizada imperfeitamente (refere-se aos casos goedelianos) onde a estrutura não é dominada completamente, possa "tocar" a filosofia. Aqui, abre-se a possibilidade de uma filosofia formal, pois Semiologia I é também concebida como filosofia da matemática, por exemplo. Pode-se dizer, diz Granger "que ela descobre um aspecto paradoxal e misterioso da estrutura que formaliza, aspecto segundo o qual esta estrutura não está, por assim dizer, absolutamente objetivada." (Granger 1968, p.167)

Concluimos que Semiologia I pode ser considerada

ciência na medida em que formaliza um fato simbólico já estruturado sintaticamente e que pode também ser considerada filosofia, pois "toca-a" na medida em que, ao apontar para as imperfeições da estrutura que toma por tema, relaciona-a com a prática.

A segunda maneira de objetivação, Semiólogia II, é a que opera o que Granger chamou de sistemas significantes, que tem por meta transmutar o vivido ou experiência numa estrutura-objeto; trata-se de um tipo de procedimento científico que, como já indicamos anteriormente, aplica-se ao fato humano quando este está imediatamente imerso no vivido, remete imediatamente à experiência. Não se trata da experiência que podemos chamar de perceptiva apenas, mas sim a que poderíamos chamar simbólica, isto é, os fatos humanos são fatos significantes e seu tratamento científico consiste em objetivá-los enquanto tais.

Tal procedimento científico caracteriza-se pela elaboração de um "corpo" abstrato que represente o fenômeno a partir de seu interior sem admissão de influências provenientes do exterior do modelo. Deste enfoque, a relação que se apreende do interior do modelo é a relação de sentido, obtida por meio da construção de modelos semi-formais. A construção destes, devido ao "fechamento", deve excluir as significações (a exemplo de Semiólogia I) optando pela formulação progressivamente sintática.

Este segundo nível de objetivação que promove a

constituição de sistemas significantes também se opõe enquanto empresa científica, à hermenêutica filosófica. Assim situada, passaremos nos parágrafos seguintes, à definição de seu processo.

Uma Semiologia científica dos fatos humanos, considerando que a ciência é construção de objetos, no entender de Granger, deve operar a redução das significações, sem o que não se constituirá como ciência. Vai ser pois, da construção de sistemas significantes, de fatos humanos tomados em suas dimensões significantes, isto é, enquanto experiências vividas compreendidas como significativas, que se ocupará a Semiologia II. O que equivale dizer que, ilustrativamente, elaborar uma análise semiológica de um cartaz publicitário ou uma fotografia de imprensa por exemplo, apresenta-se como algo bastante diverso de interpretar suas significações.

A produção de tais "estruturas abstratas" (Semiologia II) implica a busca de neutralizar as significações, o que permite a cada campo científico elaborar objetos que são propostos como projetos de investigação. Nestas circunstâncias, por constituírem pontos de vista, tais objetos são provisórios, o que obrigará o cientista a "ceder" cedo ou tarde, claro que em proveito de uma nova construção, sempre mais adequada, sempre abstrata, pois, como indicamos no início deste capítulo, a estabilidade do modelo é antecipadamente definida pelas condições nas quais foi efetuado num momento dado da história da redução dos fenômenos.

Com o aspecto descrito, Semiologia II é formalização, conquanto que a concebamos como produção de modelos semi-formais. Queremos dizer que, na perspectiva grangeriana, que também é saussuriana, as formas de objetivação deslocam-se permanentemente, visando atualizar-se, corrigir-se, completar-se. Está, enfim, como qualquer campo objetivado da experiência humana, como a língua por exemplo, sujeito a transformações.

Devemos esclarecer que, para Granger, um campo objetivado desloca-se por motivos "internos". Queremos dizer que um modelo é semi-formal, não porque é provisório, mas porque deve atingir, por iniciativa do cientista, uma formalização crescente. Reconhecemos assim, que determinado modelo é semi-formal pela natureza do objeto a que se aplica, porque se aplica a determinado tipo de simbolismo, não porque é provisório. Resumindo, um modelo desloca-se porque deve atingir um ideal de formalização e é semi-formal porque seu objeto não se reduz a relações exclusivamente sintáticas.

Trata-se de um modelo que opera em vários níveis e planos, trata-se do modelo semiótico e não do energético, pois aplica-se a fatos cujos elementos, longe de constituírem-se como fatores homogêneos de determinação, constituem-se, a exemplo dos programas eleitorais, como elementos distintos tais como gestos, imagens, idéias, textos, discursos, ideologias etc..

A experiência humana, objetivável, atinge uma semi-

formalização em função de manter-se "dependente" de uma margem "residual" da objetivação empreendida. Inclusive, Granger propõe uma identificação destes resíduos ou significações como fatos de estilo e sua organização como uma estilística. Aqui reside a contaminação que o pensamento científico experimenta ao aplicar uma rede lingüística sobre outra de natureza semelhante, por ocasião do que, a noção de gramaticalidade nestes sistemas apresenta uma aplicação relativa, isto é, aparece de modo intermediário, com sentido escorregadio.

Nos ditos sistemas simbólicos em geral, o reenvio a um vivido (inexistente nos sistemas formais) faz-se presente; a referência a vividos, presente nas diversas articulações, é inevitável. Por fim, a função semântica, ausente nos sistemas formais cujo sentido é dado entre signos, constitui a contaminação aludida quando se trata de formalizar tais sistemas simbólicos, é o fator responsável pela virtualidade na formalização dos fatos humanos.

Para finalizar, reconheçamos que Semiologia I e Semiologia II, constituem conceitos filosóficos, introduzidos por Granger para situar as ciências humanas relativamente às suas diferentes práticas. Enquanto conceitos, não denominam ou constituem atividades científicas, visam apenas organizar nossa compreensão relativamente aos diferentes procedimentos científicos.

A reflexão relativa ao pensamento objetivo e conseqüentemente às práticas científicas, já apresentada neste

capítulo, deve dar lugar, no próximo tópico, à reflexão relativa à filosofia, trata-se da apresentação do conceito de Semiologia III, que completa o quadro das análises epistemológicas elaborado por Granger onde ciência e filosofia constituem-se em atividades semiológicas visando organizar os fatos humanos e nossas vivências.

2.5 Semiologia III ou interpretação filosófica

O desafio proposto por Granger, logo no início de sua obra Por um Conhecimento Filosófico é o de, como o próprio título indica, caracterizar a filosofia como um conhecimento válido que não dever ser confundido com a ciência. Esta validade pretendida, foi alcançada ou sugerida, rememoremos, segundo um esquema de duas frentes, demarcando a diferença com o conhecimento científico, que foi feita preliminarmente no tópico anterior, em seguida fornecendo o estatuto próprio do conhecimento filosófico.

Assim, veremos que por oposição à ciência, a filosofia, como a caracteriza Granger, nunca chegaria a propor verdadeiros modelos dos fatos humanos e nem mesmo a explicar tais fatos, antes cabendo a ela encontrar seu campo de atuação justamente no contexto mais amplo e abrangente do conjunto total da experiência humana. Daqui conclui-se que a filosofia visa organizar o que aqui foi definido como significações e não como sentidos, uma vez que

sentido diz respeito aos reenvios parciais dos elementos no interior de um sistema fechado. Esta atribuição de organizadora de significações irá gradativamente ganhando consistência ao longo deste tópico.

De início, pode-se considerar a filosofia como uma atividade do pensamento que não tem por meta dar um corpo objetivo ao fenômeno e nem mesmo deduzir ou prever efeitos, que é tarefa da ciência. Contudo, uma argumentação que visa definir o estatuto da filosofia, corre o risco de ter seu desempenho comprometido caso não introduza, para apreciação, o tema que diz respeito à TOTALIDADE e à LOCALIDADE (parcialidade, regionalidade) no tratamento das experiências vividas. Estes dois temas permitirão justamente distinguir e aprofundar a definição de cada uma das duas atividades do pensamento; ciência e filosofia, aqui em questão.

As noções introduzidas, distinguem e atribuem para cada uma das modalidades do pensamento, filosofia e ciência, o ato de buscar o vivido em sua totalidade e em sua regionalidade, respectivamente. Considerando a impossibilidade de uma ciência da totalidade, a busca desta requisita uma filosofia. Ora, o próprio propósito da ciência, como a estamos definindo, é o de promover um campo delimitado de pesquisa. Ela é "local", no sentido de que particulariza um campo a ser objetivado, ocupando-se de regimes bem delimitadas da experiência. Nestes termos, a totalidade da experiência permanece

sempre virtual, sempre inatingível sob o ponto de vista de constituir-se como um corpus redutível a um modelo.

Em Proposições para um Positivismo Granger esclarece que tal *corpus*, que é sempre virtual, uma vez atingido, seria o objeto ou modelo por excelência, o que receberia o nome de "ser", isto é, a promoção de um modelo ao conjunto de uma situação vivida como um todo, teria atingido seu nível mais elevado. Não fosse a impossibilidade (conceitual e metodológica) de tal empresa, uma vez atingida estaria tocando a filosofia, ao apresentar como produto conceitos como "ser", "natureza", "deus". Tais conceitos, não seriam passíveis de formulação rigorosa ou de uma axiomatização, não atendendo, assim, aos propósitos da ciência.

Contudo, é preciso evitar o equívoco de considerar a filosofia como uma super-ciência ou uma ciência da totalidade, uma vez que esta concepção imputaria à filosofia os mesmos métodos da ciência. É importante deixar claro que a filosofia busca, nesta perspectiva, a totalidade da experiência sem resguardar os traços básicos do conhecimento científico.

Assim, Semiologia III, que surge como interpretação filosófica, é a concepção de uma atitude que visa interpretar a relação dos sistemas significantes ou dos modelos formais com a prática. É, portanto, atribuído como função da filosofia explicitar como e em que medida os simbolismos realizam a tarefa de representar a experiência. O resultado desta análise gera conceitos, que não são objetivos, mas

constituem sistemas.

Tal sistematização consiste na tentativa de promover à totalidade a regionalidade dos conceitos objetivos da ciência. Por exemplo, pode-se filosofar sobre um conceito qualquer da psicologia *behaviorista*, apontando para os diferentes aspectos de sua formulação, isto é, expondo as circunstâncias em que o determinismo positivista faz-se presente na relação de estímulo/resposta (ou causa/efeito) sustentada pelos comportamentalistas. Obter-se-ia nestes termos, uma integração do conceito com os pressupostos que o antecedem e com as implicações de sua prática, apontando para os fatores exteriores à sua formulação. Promoveria, tal atitude filosófica, uma transcendência dos "círculos fechados" do conceito apontando para as relações que este possa estabelecer com os elementos da experiência vivida de onde foi abstraído.

Neste sentido, podemos dizer que um conceito filosófico promove uma inverção da palavra de ordem "voltar às coisas mesmas", pois ele é nestes termos, meta-conceito com relação aos conceitos da ciência, da técnica, da arte etc., isto é, longe de elaborar estruturas formais, o conceito filosófico reintegra o conceito que é aplicado à experiência que este organiza e representa.

Estamos dizendo que, a noção de meta-conceito, aqui empregada, qualifica o conceito filosófico como algo que, longe de ter como tarefa designar um vivido ou uma experiência

representando-a em termos de estrutura, tem por função, "fornecer pontos de apoio para uma linguagem que quer falar de conceitos naturais, descobrindo seu "sentido", isto é, construindo uma organização totalizante". (Granger 1988, p.164) É, pois, meta-conceito no sentido de que opera com expressões e representações de um vivido, promovendo uma interpretação do que estes significam. Devemos lembrar que os próprios conceitos de Semiologia I, II e III são filosóficos e constituem a interpretação de Granger relativamente às atividades semiológicas aplicadas aos fatos humanos.

É nestes termos que podemos dizer que a reflexão filosófica produz um sistema de conceitos, o que faz da filosofia, ela também um sistema simbólico. O que distinguiria a filosofia de uma mera reflexão interpretativa exercida sobre um dado imediato da experiência, ou ainda, sobre uma obra de arte qualquer, é justamente o fato de não se referir a um vivido isoladamente enquanto tal mas à sua inserção num contexto global. A apreensão do vivido aqui não é tomada como pontual mas como um trabalho que o põe em relação com outros vividos integrando-os.

Este procedimento de pensar ou organizar a experiência em sua totalidade não pode ser apresentado sem devidas considerações. Relativamente à caracterização proposta por Semiologia III, deve-se pensar que tipo de horizonte norteia-a, ou seja, se é a totalidade que não se presta à objetivação ou se é o pensamento objetivante que é, ele próprio, regional por natureza.

Ora, a totalidade da experiência se instala em diferentes níveis, o que nos permite considerar que conceber uma experiência em sua totalidade não é colocá-la como limite ÚNICO e universal de toda experiência, o que seria aqui também postular um alcance ontológico para a filosofia. Apenas consideramos que associar o conteúdo de uma experiência ao conjunto de uma situação vivida como um todo é prática de filosofia, é considerar e criar um NÍVEL de totalidade. Perceba-se que tal prática tende a incluir sempre uma experiência dentro de uma abrangência cada vez mais ampla. Assim, pela própria conformação em níveis, desta totalidade, conclui-se que a análise filosófica não se presta à objetivação, que é regional.

Ora, uma integração das experiências vividas, ou de conceitos do tipo "tudo o que existe tem uma causa", em um nível mais elevado, como já foi citado anteriormente, pode gestar conceitos como "deus", "natureza", "destino", "essência", "determinação", "necessidade", conceitos que tendem a uma designação da totalidade, do absoluto. É importante ressaltar que esta "integração" pode atingir níveis inferiores ou intermediários de abrangência.

Queremos dizer que uma análise filosófica aplica-se, por exemplo, sobre um conceito natural, ou ainda, sobre um discurso de primeira ordem, por advento do que, devemos reconhecer que os dizeres dos filósofos não remetem a coisas ou atos e, muito menos, a descobertas de essências. Antes, trata-se de um discurso que incide sobre

outro, este sim intencionando uma primeira codificação. Esta codificação, que é inicial, opera como que abandonando certos aspectos da experiência como não pertinentes ou como suprimíveis na perspectiva da objetivação que busca estruturar elementos invariantes.

Deste ponto de vista, a função do conceito filosófico, bem como seu relacionamento com o conceito de primeira ordem aparece-nos como que por decorrência: o conceito filosófico surge da tentativa de organizar este resíduo, estes aspectos suprimidos pelo discurso de primeira ordem, tornando explícita uma possível codificação destes elementos que Granger chamou também de sobre-codificação.

Vimos até agora que a filosofia incide sobre um conhecimento, isto é, constitui um ato de reflexão sobre a experiência humana que de alguma forma encontra-se organizada ao nível da organização objetiva da ciência. Seu trabalho de reflexão consiste no comentário sistemático das significações da organização a que se aplica, já que toda organização objetiva apresenta uma margem residual ou uma sobre-codificação. A noção de resíduo apresentada, é definida por Granger em termos de "estilo", trata-se da organização das significações. De onde se conclui que a condição do estilo é a própria superposição de códigos de organizações que um fato simbólico comporta.

O estilo, aqui não é entendido como um tipo de simbolismo particular, é definido como "uso" do simbolismo. Assim

é que pode-se dizer que toda prática comporta um estilo e que este é inseparável de uma prática. Podemos entendê-lo, quando da sobreposição de uma estrutura a uma situação vivida, como as "arestas que restam", que correspondem a um "extravasamento" da estrutura. Nestes termos, é complementar da estrutura, membro inseparável do ato de formalização. A filosofia encontra aqui sua função como a prática de meditação sobre estas parcelas das ações humanas. Podemos finalizar dizendo que o estilo é um aspecto mais propriamente da prática do que da estrutura e, por isso mesmo, de uma "estruturação" latente, aqui identificada como sistematização apenas.

Ilustrativamente, consideramos o ato de promover uma objetivação de uma mensagem ou um conjunto de mensagens lingüísticas que consistiria em dirigir primeiramente a atenção, enfocando o código principal que rege e permite a formulação da mencionada mensagem; tal código, chamá-lo-emos de língua. Este seria o responsável pela regência das "regularidades macroscópicas" da mensagem, para usar uma terminologia grangeriana. Em seguida, enfocar-se-ia um segundo nível de regularidade, regularidade esta que só pode ser regida por uma espécie de sobre-código. Esta codificação mais "frágil" determinaria as "regularidades microscópicas", em contraposição com as primeiras. Tal sobre-codificação seria imposta pelo emissor à mensagem, devendo ser identificada pelo receptor. É claro que esta sobre-codificação que chamaremos com Granger de

significações, caracteriza o estilo do autor ou emitente da mensagem e uma estilística (que é atividade da alçada de Semiologia III) teria a empresa de organizá-la.

Nestes termos é que podemos compreender o caráter semiológico de Semiologia III, na medida em que seus conceitos são meta-conceitos, elaboram simbolismos interpretativos (que qualificamos de sistêmicos) relativos aos códigos-estruturas da ciência e aos sobre-códigos que os acompanham, realizando uma integração que é, como vimos, promovida e expressa pelo simbolismo elaborado pelo filósofo.

Finalmente, nos próximos capítulos, estaremos estudando os semiólogos que aqui chamamos de pós-saussurianos. Interessa-nos investigar a interpretação e o uso que fazem da doutrina saussuriana, visando identificar as conseqüências de tais interpretações, uma vez que operam a concepção saussuriana do ponto de vista ou da perspectiva de um trabalho científico, de uma prática científica de análise de fatos culturais. Longe de pretendermos julgá-los, interessamo-nos pela autonomia das formas no que diz respeito aos fatos humanos.

Nosso pano de fundo será a concepção de sistema de Saussure e mais os conceitos de Granger que permitem explicitar e organizar o quadro geral da atividade semiológica. Iniciemos pelos Semiólogos da Comunicação.

3. OS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO COMO OBJETOS PRÓPRIOS DA SEMIOLOGIA

3.1 Delimitação do tema

Nos capítulos anteriores acompanhamos a construção do objeto próprio da lingüística, bem como a das bases conceituais de uma ciência semiológica dos fatos humanos, como aparecem em Saussure e em Granger. Cumpre-nos agora investigar a interpretação que autores pós-saussurianos como Mounin, Prieto e Buyssens, realizam da doutrina saussuriana.

Estaremos verificando a doutrina particular que elaboram, bem como os fatos tomados por tema, averiguando, por exemplo, se são sistêmicos no sentido em que definiu Saussure. Sabemos que nem todo conjunto de elementos significativos forma sistema saussuriano. Desta verificação, concluiremos quanto à concepção e procedimento relativamente ao definido por Saussure.

Escolhidos os chamados Semiólogos da Comunicação, como representantes de uma vertente semiológica, para iniciar esta investigação, apreciaremos nestes a concepção semiológica que lhes serviu de fundamento para seus propósitos, que foram, dentre outros, o de alçar a semiologia a um lugar autônomo no campo das ciências dos fatos humanos. Tal propósito deve, na verdade, constituir o trabalho de todo aquele que vislumbre a

possibilidade de levar adiante a ciência prognosticada por Saussure. Consideremos, assim, que os representantes da corrente semiológica aqui visitada apresentam a intenção de situar sua empresa no interior dos quadros estabelecidos por Saussure.

Relativamente à anunciada inspiração saussuriana, será verificado o que nestes semiólogos ou nesta tendência semiológica, manteve-se em conformidade com os pressupostos do inspirador. Tal verificação tem por meta contrapor, de um lado, o que está (ou parece estar) de comum acordo com os postulados saussurianos e, de outro lado, o que não vai além de um uso metafórico da terminologia saussuriana.

Conforme anunciado nos parágrafos anteriores, estaremos investigando os fundamentos e pressupostos da concepção dos Semiólogos da Comunicação, para num segundo momento contrapô-los às concepções saussurianas. Investigaremos em que termos concebem a sistematicidade dos fatos humanos extra-lingüísticos anunciada por Saussure e também como desenvolvem a noção de modelos explicativos destes fatos. Em suma, investigaremos como concebem e operam a noção saussuriana de sistema, ou ainda, a contribuição dada na pesquisa e elaboração das formas autônomas relativamente aos fatos humanos, já que reivindicam a condição de herdeiros de Saussure.

Nosso trabalho neste capítulo, trata-se de verificar a constituição de um determinado programa de cientificidade relativamente aos fatos humanos, empresa dos que propuseram-se construí-lo o que faremos a partir do próximo tópico

assim também, em se tratando de signos não-lingüísticos, focalizar-se-ão as diferenças significativas, isto é, diferenças e oposições que geram significado. Também nestes casos, chega-se ao estudo de signos em relações e não isoladamente, em um sistema de distinções, de signos postos em conjunto. Assim, quanto aos signos não-lingüísticos, faz-se necessário realçar a característica arbitrária que compartilham, ou devem compartilhar, com os signos lingüísticos.

Finalmente, quanto à relevância dada ao sistema lingüístico com relação aos demais sistemas, Saussure foi categórico ao afirmar que "a língua é apenas o principal destes sistemas" (Saussure 1915, p. 82) e completa na mesma página: "o mais completo e o mais difundido sistema de expressão", onde o caráter arbitrário do signo é explicitado com mais evidência que em outro sistema qualquer.

Outro aspecto bastante importante que merece ser comentado ainda neste tópico é o relativo ao campo semiológico ou, mais propriamente, ao campo de aplicação da ciência semiológica, que constitui de fato um vasto campo de pesquisa, pois, se determinado fato social tem significado dentro de uma cultura é um signo, constitui, por isso, um campo de investigação semiológica.

Na ótica apresentada, a semiologia vem a incluir muitas atividades humanas como a música, culinária, arquitetura, cinema e muitas outras, desde que correspondam às exigências de sistematicidade prescrita por Saussure, desde que insiram-se

deste capítulo.

3.2 A concepção semiológica dos Semiólogos da Comunicação

Dentre os autores inseridos na corrente intitulada Semiologia da Comunicação, destacaremos Georges Mounin, Luis Prieto e Eric Buyssens. Estes aspiram definir a possibilidade de uma semiologia científica, partindo de uma concepção semiológica que elabora critérios para a escolha dos fatos simbólicos que seriam adequados para receberem um tratamento científico, isto é, elaboram uma concepção semiológica que visa definir o objeto próprio da semiologia, proporcionando critérios para a escolha dos fatos a serem excluídos e dos fatos a serem incluídos sob a alçada da ciência em questão. Com isso, opõem-se a uma possível tentativa de aplicar-se ou estender-se a toda sorte de fatos simbólicos um tratamento científico.

Assim é que os sistemas extra-lingüísticos, dentre os citados por Saussure no CURSO, como as escritas, alfabetos de surdo-mudos, códigos militares e de trânsito, Braille e Morse, serão considerados pelos Semiólogos da Comunicação como sendo de natureza distinta de sistemas como a moda, etiquetas, cinema, arquitetura, ritos simbólicos, entre outros.

Ao buscarem critérios de distinção, os autores mencionados elegem sistemas que devem fazer parte da

ciência semiológica, distinguem sistemas semiologizáveis, segundo suas próprias bases conceituais, que serão apresentadas individualmente nos próximos tópicos deste capítulo. O que não quer dizer que imputam aos fatos culturais excluídos, como a moda ou os ritos, a ausência da qualidade de simbólicos, antes os consideram como que despossuídos dos requisitos básicos para que possam ser submetidos a uma análise científica de sentido, aqui entendido na concepção de Granger.

Estabelecem, assim, não um tratamento diferenciado para classes diversas de fatos humanos extra-lingüísticos, antes uma condição de impossibilidade de princípios segundo os quais fatos como a moda ou publicidade sejam temas de uma análise científica.

Deste ponto de vista, estão tais autores adequando (reduzindo) a propalada "ciência geral dos signos" à condição de "ciência geral de todos os sistemas de comunicação", opondo-se assim a toda sorte de fatos simbólicos que não apresentem a precípua função de estabelecer comunicação. Assumem assim o critério de "comunicação", de comunicabilidade, como divisor de águas entre os fatos propriamente semiológicos, que se prestam à análise científica da maneira como a concebem, dos fatos que não se prestam a tal análise, por não apresentarem o intuito e as condições para comunicar alguma mensagem que lhes seja própria.

Tais autores criam as bases de uma semiologia que vai de encontro à descrição do funcionamento de todos os sistemas

de comunicação extra-lingüísticos. Do critério de comunicação, que tomaremos como mais geral e abrangente, derivarão outros complementares proporcionando a conformação do fato simbólico e do que vem a ser propriamente o semiologizável nestes autores.

A postura de Buyssens, por exemplo, ao definir em sua obra, Semiologia e Comunicação Lingüística, a semiologia como uma ciência que deva visar à generalidade dos sistemas de comunicação, determina que o ato de comunicar, ou "ato sêmico" como o denominou, deva ser tomado como matéria-prima da semiologia. Assim considerado, o ato comunicativo só o será verdadeiramente ao apresentar-se dotado de uma significação intencional ou premeditada. Tal pressuposto concede à intencionalidade a condição de critério de distinção e definição de um fato simbólico como sêmico ou comunicativo. Do que foi dito, reiteramos que um fato simbólico, na perspectiva semiológica, deve realizar o ideal de comunicação.

A obediência a tal critério é, justamente, o que permite que o receptor de um fato comunicativo possa reconhecer, por intermédio do sinal, a intenção de comunicar-lhe uma mensagem que corresponda a este sinal. Postos desta maneira, os fatos de comunicação devem inexoravelmente estar associados a "estados de consciência", a uma "vontade explícita", portanto. Registre-se que os critérios de "comunicação", de "intencionalidade" e a noção de "estado de consciência" associados ao "sinal" usado, apresentam uma complementaridade encadeada. Justamente o que

estaremos explorando neste capítulo.

Claro está que a intenção do emissor deva ser a de comunicar tal ou tais estados de consciência a outro sujeito, seu interlocutor, por meio de um sinal que comporte os recursos necessários para reproduzir seus estados de consciência (que chamaremos doravante também de psicológicos) no receptor, o mais fielmente possível, completando, assim, a comunicação, que é compreendida como o ato de agir intencionalmente sobre outrem. Assim, um fato simbólico, quando nesta concepção é tomado como ato sêmico, passa a ser depositário das condições ou características estabelecidas pelos critérios que estão sendo aqui apresentados.

A restritividade imposta pelos critérios não impede que, de maneira geral, declara Buyssens, "os fatos nos falam" (Buyssens 1967, p. 28), isto é, representam-nos de alguma forma, com o que reconhece que fatos da cultura indistintamente apresentam algum tipo de significação visando a uma expressão. Tal reconhecimento, entretanto, não o impede de conceber que ao falarem não estão necessariamente comunicando uma mensagem, não possuem necessariamente um significado determinado, o que seria em sua perspectiva uma condição para a análise científica do fato simbólico.

Tal ponto de vista fica evidente quando Buyssens, na obra acima citada, tece considerações sobre as artes em geral, onde as concebe, antes de tudo, como condicionadas pela necessidade de expressão e de manifestação pura e simples do

artista. Distingue-a radicalmente da linguagem, uma vez que, em função de sua concepção, não reconhece na arte a existência ou presença do "que se pareça ao desejo de colaboração, base das semias", (Buyssens 1967, p. 36) o que equivale dizer, não apresentam a intencionalidade de comunicar algo determinado. Não obstante, reconhece que uma obra de arte pode ser utilizada para comunicar, na medida em que passe a exercer um caráter sêmico. Tal concepção já é suficiente para que nem todos os fatos simbólicos recebam ou venham a merecer sua atenção.

Com o que vem sendo dito, fica evidente que "atuar sobre outra pessoa sem querer" não constitui comunicação no rigor que está sendo pleiteado, embora uma ação qualquer possa ser identificada e interpretada, pois jamais deixa de fornecer indício de algo. Ora, o rigor comunicativo, que por sua vez postula a presença de interlocutores, já é ele próprio um obstáculo na relação que possa ser estabelecida entre os Semiólogos da Comunicação e Saussure, uma vez que este último exclui da concepção de língua, além da intencionalidade, a própria presença de interlocutores.

Assim entendido, o fato comunicativo, para os Semiólogos da Comunicação, pode ser pensado como o recurso, como o meio a serviço de uma intenção, de uma vontade, com o que é postulada a existência, por um lado, de fatos produzidos pelos seres humanos, interlocutores que apresentam o propósito de dar a conhecer a outrem um estado de consciência que

encontra-se associado ao fato. Por outro lado, a existência de fatos que não se apresentam sob este aspecto. Os primeiros fatos são representados por "sinais", os seguintes por "índices".

Com tal distinção, a oposição índice/sinal avança-se na elaboração das bases de uma ciência dos fatos simbólicos. Resta-nos agora compreender, entre outras coisas, com que recursos um ato sêmico, que é "a associação entre uma ação perceptível e um estado de consciência que se quer dar a conhecer" (Buyssens 1967, p.45), tomado como meio (como sinal) de transmitir a outrem uma mensagem, pode executar sua incumbência. Trata-se de entender o modo de reenvio do sinal, de como este faz referência a uma mensagem.

Esclarece-nos Buyssens na página 45 de Semiologia e Comunicação Lingüística que é necessário uma "convenção" para que um ato sêmico seja tomado como sinal ou como meio de transmissão da mensagem. É a convenção, portanto, que pode conferir ao ato sêmico uma precisão maior, mais segurança e estabilidade, ou ainda, maior possibilidade de ser entendido pelo receptor como pretende e deseja o emissor.

Assim, atendendo a exigência de esclarecer o modo de execução da tarefa do sinal, foi introduzido o critério da "convencionalidade", aqui entendido como derivado do critério geral de comunicação, que tem por meta definir e distinguir o objeto próprio da semiologia.

Apoiados, agora, nos critérios já introduzidos, podemos dizer que o ato sêmico que não os comportar não será

considerado sinal, mas sim índice. Ocupando segundo plano nesta hierarquia, os índices são aceitos por Buyssens apenas como subsídio para a análise semiológica, pois estes são interpretados, estando sujeitos a variações circunstanciais do intérprete e nunca decodificados como os sinais.

Sintetizando, ao carácter "intencional" acrescenta-se também o "convencional" para que o sinal distinga-se do índice. A introdução deste segundo critério justifica-se, pois a intenção de comunicar exige meios (convencionais) reconhecidos como tais pelo receptor. É justamente este aspecto convencional, que deve estar sempre presente no sinal, que vai permitir o reconhecimento dele como portador de uma mensagem e, inclusive, permitir a decodificação desta mensagem.

Podemos dizer que os fatos humanos que interessam aos Semiólogos da Comunicação são definidos como algo de natureza convencional produzidos voluntariamente pelo emissor para manifestar sua intenção ao receptor. Assim definido, resta ao sinal, enquanto objeto próprio da semiologia, ser decodificado e da maneira que se pretende, a mais unívoca possível, por parte do decodificador. Tal univocidade é esperada ou obtida a partir da posse do "código de comunicação", das regras que relacionam sinal e mensagem.

Registre-se, para efeito de identificação dos autores aqui analisados que, também em Mounin, a exemplo de Buyssens, encontra-se o critério de "intencionalidade" juntamente com o de "convencionalidade", pois o que está sendo postulado como

requisito para a compreensão de uma mensagem e uso de um código, expressa um acordo, uma convenção anterior, uma elaboração prévia das regras de constituição dos sinais e das mensagens. O mencionado critério de "intencionalidade", refere-se a um estado mental, instituindo assim um "psicologismo" presente tanto nas concepções de Buyssens como nas de Mounin. Adiante, veremos que Prieto também partilha deste psicologismo.

A univocidade referida acima é esperada a partir da aquisição do código e do uso deste que supõe-se extensivo às duas partes implicadas no processo de comunicação. Para haver, nestes termos, comunicação, Mounin estabeleceu três condições a serem satisfeitas. Com esta atitude, não está, deve-se reconhecer, também ele recusando ou negando a possibilidade de significação para fatos que não cumpram as tais exigências. Em verdade acredita ser possível aplicar a análise semiológica científica somente aos fatos em que as três condições estejam presentes e atendidas.

Tais condições são limites impostos pelo Semiólogo da Comunicação com o intuito de disciplinar a pesquisa e de constituir um campo de atuação suficientemente definido. Constan de suas exigências, apresentadas no capítulo II (página 42) de sua obra Introdução à Semiologia que no processo de comunicação as partes envolvidas (receptor e emissor) possam trocar de papel, isto é, de posição e que esta permuta possa ser constante, impondo ao fluxo de informação uma única direção com sentido duplo.

Um segundo item, ou exigência, estabelece que a resposta ao estímulo deva ocorrer (ser formulada) segundo código idêntico ao usado pelo emissor, usando ambos o mesmo código que instaurou o processo de comunicação. Por último, o processo completa-se quando o modo estabelecido de decodificar a mensagem permanecer único e imutável, isto é, todas as mensagens devem ser decodificadas sempre por intermédio do mesmo código.

Por conta de tais exigências, Mounin conclui pela inexistência de comunicação *strictu sensu* nas artes em geral. No teatro, por exemplo, justamente pelo "descumprimento" ou ausência das exigências acima mencionadas, o que coloca o teatro e as diferentes modalidades de arte fora dos quadros de uma semiologia científica. O recurso que estamos fazendo a esta consideração de Mounin relativa ao teatro, justifica-se metodologicamente para ilustrar as exigências que elaborou, auxiliando-nos na compreensão da delimitação do objeto e do campo semiológico que buscamos reconhecer nestes autores. O que permanecer fora destes critérios é por Mounin considerado "formas de comunhão e de estimulação" (Mounin 1968, p. 42) quando se refere a um "discurso" como o cinema ou uma pintura, por exemplo.

Considera que neste âmbito o artista instaura ou cria particularmente uma ordem simbólica exprimindo idéias, conceitos, opiniões e valores segundo critérios que manipula com liberdade. Nestes termos, a significação é reconhecidamente posta pelo autor que não necessariamente faz uso de uma "convenção" entre

parceiros ou interlocutores determinados.

Assim, podemos, seguindo seus critérios, verificar que de fato, no caso da peça teatral ocorre uma relação onde os atores e espectadores permanecem sempre em seus papéis, isto é, não trocam de posição, estabelecendo uma relação de sentido e direção única. Também, quanto ao que se pode chamar de respostas do público, do tipo suspiros, risos, inquietações entre outras, constituem respostas que tão somente podemos considerar como elaboradas no interior de outro sistema, de uma linguagem distinta da usada pelos atores. Uma forma de manifestar comunhão, que pode conter uma multiplicidade de significações.

Tais características expõem um desnível, uma incompatibilidade relativamente ao conceito de comunicação que prevê um único código, um único sistema de comunicação para as partes envolvidas. Observa-se, assim, que o modelo de comunicação teatral não corresponde às características fundamentais eleitas por Mounin.

Contudo, há no teatro uma transmissão, que não chamaremos comunicação no sentido próprio, mas relação, pois o ator transmite "alguma coisa" ao espectador, criando uma relação determinada. Quanto a este tipo de relação, diz Mounin, "aqui, sobre um plano semiológico, tudo está por fazer" (Mounin 1970, p. 90) e completa dizendo que nesta relação citada "se transmite qualquer coisa ao espectador". É, pois, esta transmissão que deve ser analisada. Deve-se investigar nela

a presença de uma possível intenção de comunicar e inclusive a possibilidade de univocidade de significados.

Queremos dizer que não há comunicação estrita no teatro e que, sem havê-la, pode-se pensar ainda em comunicação teatral. O problema ou dificuldade, será estudar a natureza e a estrutura desta comunicação. A resposta do espectador, no caso de um *happening*, utiliza a mesma linguagem do ator, a linguagem de representação teatral. Em verdade, devemos reconhecer, o exemplo mencionado sugere mais uma estimulação de ações do ator para com o espectador, do que propriamente o estabelecimento de um processo de comunicação.

Pensamos, por hora, ter deixado claro que a afirmação de Mounin, quanto à inexistência de comunicação no teatro, justifica-se apenas do interior das três exigências, relativamente às quais tenta extrair resultados satisfatórios. Em verdade, sua classificação visa aos fatos de cultura enquanto fatos de comunicação, por acreditar serem estes compreensíveis, quando assim o forem, em referência a códigos explícitos.

Suas observações quanto ao teatro advêm do fato de que postula, como requisito para a comunicação, que a compreensão e uso de um código seja possível quando este for adquirido anteriormente à elaboração e transmissão da mensagem. Quer dizer que o código deve ser de domínio das partes envolvidas antes da elaboração da mensagem; só assim a mensagem poderá ser integralmente, ou o mais integralmente possível, compreendida e, por atender a esta exigência, presta-se a uma análise

semiológica. O modelo explicativo do fato analisado pelo semiólogo passa a ser a própria descrição do código viabilizador do processo sêmico ou comunicativo.

Ainda quanto ao exemplo do teatro, sabe-se que a apreensão do código (na medida em que podemos considerar que haja um para o teatro) é realizada socialmente e, por isso, a intenção de comunicar, caso haja, não pode ser posta em evidência e nem mesmo a mensagem decodificada, mas interpretada segundo as vicissitudes do espectador. A concepção de Mounin não contém nenhuma crítica ao teatro enquanto tal, apenas situa-o, enquanto sistema simbólico, em relação à sua própria concepção semiológica.

Reiterando, Mounin assim concebe, porque na ausência de um código explícito que permita uma estruturação "fechada" e "limitada", ou ainda "bem definida" do sistema, resta apenas a prática não científica, não sistemática de interpretação. Nestes termos podemos reconhecer que a semiologia para Mounin somente será correta e adequadamente exercida quando instaurar a oposição entre os conceitos de índice e sinal. Deve ela manter tal distinção sempre em mente quando pretende exercitar-se sobre um sistema simbólico, alcançando, com isso, uma metodologia adequada para seu exercício.

Por sua vez, Prieto, em Mensagens e Sinais elabora sua concepção semiológica a partir da distinção entre "fatos naturais" e "fatos da cultura", estes últimos de criação eminentemente humana, fornecendo-nos um ponto de vista sobre o

sinal como "instrumento" associado ao ser humano que o teria construído em atendimento às suas próprias necessidades de comunicação.

Assim concebido, o sinal, enquanto instrumento, teria a função de promover a integração do homem com seu meio ambiente cultural. Vale dizer desde já que tal integração foi por ele tomada em seu aspecto comunicativo apenas, claro que consciente de que os instrumentos concebidos em sua totalidade pelos homens não são apenas os sinais e nem servem tão somente para comunicar.

Quanto aos sinais, concebidos por Prieto como artificialmente construídos, noção que é exposta já na introdução de Mensagens e Sinais, visando apenas a operações determinadas, tem a incumbência de transmitir mensagens, exercendo influência sobre outrem. Tal concepção já amplamente partilhada com os demais semiólogos da comunicação, deve agora receber, de maneira inédita, o adendo de que a consequência de terem sido criados artificialmente e de serem usados para a comunicação foi justamente a possibilidade de serem postos em conjunto, de serem agrupados e relacionados.

Foi concebida assim uma sistematicidade (particular à sua concepção) para este tipo de signo e de fato simbólico. Assim, se Prieto considera tanto a criação dos signos como a sistematização destes como fatos humanos, a ciência que nesta ocasião investigamos deve ocupar-se do estudo dos sinais e dos sistemas em que estes se apresentam. Muito embora a noção de sistema aqui referida como um "pôr em relação

artificialmente" comporte significados ou mensagens gerados a partir do exterior do próprio sistema, a-sistematicamente portanto, concepção que será no próximo tópico avaliada relativamente à concepção saussuriana de sistema.

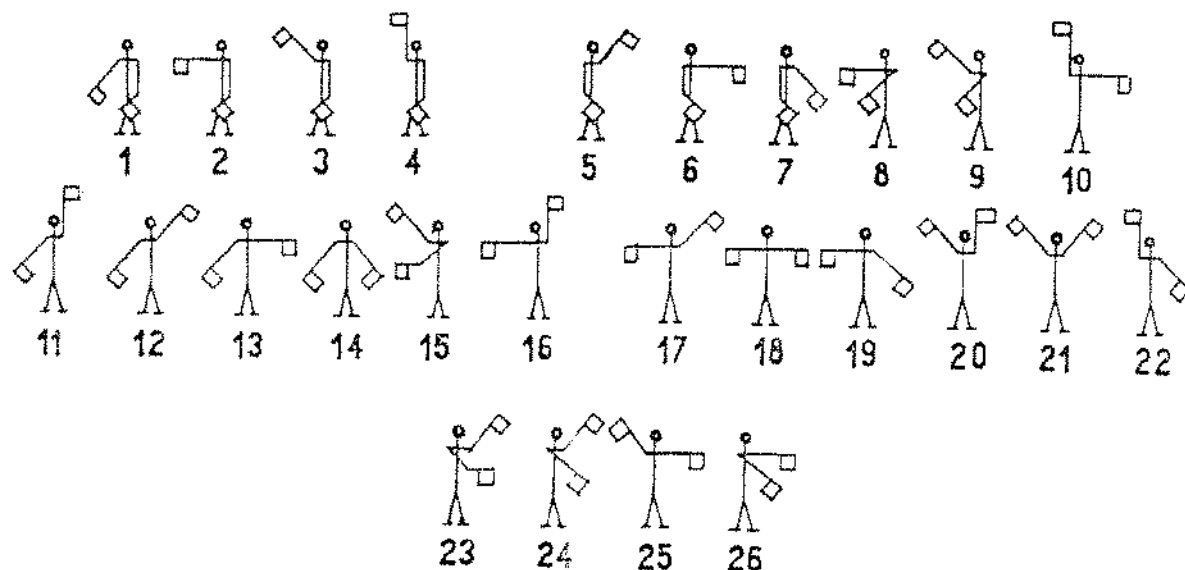
Com esta consideração, Prieto é aqui identificado com os demais Semiólogos da Comunicação, pois, como pudemos perceber, o sinal é para ele parte constitutiva do ato sêmico, que é, como já dito, o ato de produzir um sinal ou um conjunto de sinais, dos quais o emissor vale-se para transmitir uma informação determinada. Dele vale-se o locutor para estabelecer conscientemente uma relação com o receptor que não deve interromper ou obstacular o processo de comunicação mas proporcionar-lhe retorno, uma vez que está ou deverá estar de posse do código que define o sinal e a mensagem a ele associada.

Diz Prieto que, para o sucesso de um ato sêmico, "é necessário e suficiente, de um lado, que o receptor perceba o propósito que tem o emissor de lhe transmitir uma mensagem determinada e, de outro, que ele identifique qual é esta mensagem determinada". (Prieto 1966, p. 16) Tal declaração apresenta-se bastante esclarecedora sobre uma determinação do objeto da semiologia e seu campo de aplicabilidade, bem como evidencia a identificação de Prieto com os demais autores aqui analisados.

Por ocasião de seu alinhamento com os Semiólogos da Comunicação, Prieto compartilha dos critérios já apresentados

que permitem ao sinal poder ser distinguido de outros fatos de cultura que não sejam sinais. Vale destacar que também para ele toda semiologia com pretensões a cientificidade deve apoiar-se na oposição entre sinal e índice, com o que o sucesso de um ato sêmico depende sempre da sintonia das partes envolvidas quanto ao manejo do código, isto é, os envolvidos devem sempre de comum acordo distinguir classes de sinais e classes de mensagens e por fim estabelecer correspondências entre as duas. Somente assim o emissor pode "prever" o resultado de seu ato comunicativo.

Tomemos por exemplo os sinais de "braços" que os marinheiros realizam segurando em cada mão uma bandeira em posições determinadas (entenda-se convencionadas). Tais sinais, segundo descrição de Prieto, na página 84 de Mensagens e Sinais, compõem um código de vinte e seis semas (que são entidades de dupla face, a exemplo do signo lingüístico) composto de um sinal e de uma mensagem, como ilustrados e definidos a seguir.



Sema, enquanto produto da realização ou agrupamento (artificial) de um sinal a uma mensagem, trata-se da união de dois elementos de universos diferentes. Para Prieto, os semas são entidades semiológicas basilares, isto é, fundamentais. Ora, o fundamento do processo de comunicação, em sua acepção, é a junção de um significante a um significado. Assim sendo, sema é a correspondência dos dois campos, como fica muito bem definido ao longo do capítulo III de Mensagens e Sinais.

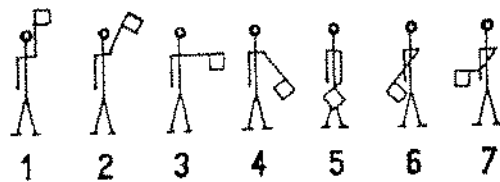
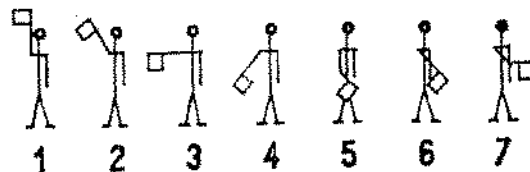
Retomando, quanto aos vinte e seis semas acima referidos e ilustrados, se estabelecermos um paralelo com o signo lingüístico (como definido por Saussure), poderemos descrevê-los da seguinte forma: suas mensagens (ou significados) são as próprias letras de nosso alfabeto latino. Quanto aos sinais (ou significantes), são as posições das bandeiras empunhadas, segundo as determinações do código que as institui e relaciona.



Neste exemplo, o significante é composto por duas classes de sinais com sete em cada (ver esquema abaixo): sete posições para a mão esquerda e sete para a direita (o que proporciona uma economia de doze classes, uma vez que podem ser articuladas até o número de vinte e seis semas que são os

necessários para completar o alfabeto latino). Um tal significante resulta da combinação de uma posição da bandeira da mão esquerda com uma da direita, compondo, assim, vinte e seis semas distintos.

A leitura a distância, por conta do receptor, requer uma identificação da posição da bandeira direita e da bandeira esquerda somadas, como significante do sema cujo significado define-se pela letra "m", por exemplo. Fica assim composta e identificada uma classe de sinais (bandeiras) e uma classe de mensagens (o alfabeto). Por exemplo.



Neste caso, as duas partes envolvidas, estão de acordo quanto ao sinal usado e quanto à mensagem a ele associada. Assim, como diz Prieto "é justamente este acordo que importa para o resultado do ato sêmico." (Prieto 1966, p. 107)

Por fim, acreditamos ter atendido ao desígnio deste tópico ao apresentarmos os argumentos conceituais e metodológicos dos Semiólogos da Comunicação, bem como discorrido alguns exemplos ilustrativos de suas doutrinas. Dando seqüência,

no tópico seguinte, submeteremos as concepções visitadas a uma confrontação com os postulados saussurianos, sem o que não poderemos verificar a filiação pretendida e nem mesmo a contribuição da interpretação que fazem das doutrinas saussurianas.

3.3 Discutindo os argumentos dos Semiólogos da Comunicação

A partir da amostragem dos argumentos dos Semiólogos da Comunicação e dos exemplos comentados no tópico anterior, procederemos neste a uma discussão relativa aos seus aspectos básicos.

Na argumentação apresentada, a semiologia, do ponto de vista proposto pelos autores aqui analisados, foi designada como a ciência que se ocuparia do sinal, distinto do índice por seu caráter intencional, o que quer dizer que o fato de comunicação associado a um estado de consciência é realizado voluntariamente para que o receptor reconheça nele uma intenção de comunicar uma mensagem. O sinal associado a uma mensagem é o meio utilizado pelo emissor para realizar seu intento de comunicar.

Perceba-se o cuidado de no parágrafo anterior termos aglutinado os conceitos-chave que doravante serão comparados com a concepção saussuriana de semiologia e de sistema simbólico.

Começemos reafirmando a predileção dos Semiólogos da

Comunicação pelos sistemas "puros" de comunicação, por eles identificados como sinais de trânsito, código de marinheiros, entre outros. Eles tomam tais sistemas como sendo os fatos pertinentes para o projeto e prática de elaboração de um inventário ou classificação de signos e de regras que os combine. O ponto central que permeia tal predileção aparece-nos como sendo uma confiança na existência de um código convencional supostamente presente nos sistemas de comunicação.

Associada à suposição do código há, como pretendemos deixar claro, a concepção de que apenas tais sistemas, os explicitamente codificados, apresentem-se como adequados para submeter-se a uma semiologia científica, isto é, sejam semiologizáveis.

O enfoque dado aos sistemas simbólicos de comunicação explícita mantém como pressuposto a consideração da linguagem natural como instrumento de comunicação, inserindo-a assim, bem como a lingüística, na alçada da semiologia. A idéia de a linguagem natural ser um sistema de comunicação, está muito presente em autores pós-saussurianos como Martinet, além dos já aqui mencionados, para os quais a linguagem natural é sistema de comunicação por excelência. Contudo, tal consideração não encontra-se explicitada em Saussure, pelo menos da maneira como foi enfatizada pelos seus seguidores, o que suscita e justifica neste momento um esclarecimento relativo a esta consideração.

A escola semiológica aqui em análise, como foi dito, toma a linguagem natural como o mais completo sistema de

comunicação, do qual deve ocupar-se a lingüística. Neste sentido, a lingüística deve fazer parte da semiologia, no que estão de acordo com Saussure. No entanto, é necessário verificar em que medida pode-se encontrar em Saussure a idéia de ser a linguagem natural instrumento essencialmente de comunicação.

Assim considerando, aqueles autores tomam, diferentemente de Saussure, o signo lingüístico por sinal e vinculam seu uso a uma intenção, que é a de comunicar. Concebem a "mensagem lingüística" como veiculadora de um conteúdo lingüístico convencional e intencionado.

Em verdade, foi o próprio ponto de vista semiológico destes que os impingiu a uma retomada da função comunicativa da linguagem natural, isto é, de sua função "primordial" que é a de agir sobre outrem.

Foi, pois, a escolha de certos tipos de signos a saber, o sinal como meio de comunicar, o que está contido em seu ponto de vista semiológico, que restringiu e delimitou sobremaneira o campo da semiologia e com ele o campo das funções da linguagem natural que sabemos ir muito além de instrumentos de comunicação.

De fato, no que diz respeito a Saussure, não procede esta identificação da linguagem natural como sistema de comunicação, bem como a concepção de que os sistemas explicitamente codificados prestar-se-iam melhor à análise semiológica do que os não codificados. Em Saussure, o ponto de vista semiológico configura-se como uma negação de todo

convencionalismo no estudo dos signos, convencionalismo este essencialmente presente nos sistemas de comunicação, isto é, a função de comunicação não é e nem deve ser o único critério colocado *a priori* para a Semiologia.

A presente discussão terá maior proveito se passarmos a discutir os "critérios derivados" deste mais geral que é o de comunicação. Passemos a analisar o aspecto psicológico que permeia a distinção índice/sinal. O próprio critério de distinção do par é de ordem psicológica, o que desde já suscita uma averiguação relativamente à concepção saussuriana.

Vimos que a associação do sinal com a mensagem, sendo o sinal considerado como o meio utilizado pelo emissor para transmitir uma mensagem, instaura uma relação puramente psicológica, pois a mensagem é antes de tudo um estado de consciência deliberado, sendo que o próprio uso ou escolha de determinado sinal evidencia já uma intenção de comunicar, que é igualmente deliberada e voluntária.

Assim descrita, a caracterização do sinal, bem como sua distinção do índice, acarreta várias conseqüências que chamaremos discrepâncias relativamente a Saussure. Em primeiro lugar, a própria distinção entre índice e sinal exige um recurso à consciência do emissor. Em segundo lugar, o estado de consciência que é descrito como o significado ou mensagem é formulado (elaborado) independentemente de sua relação com o significante, no caso o sinal, portanto trata-se de um significado que é dado extra-simbolicamente. Por isso não pode

ser confundido ou tomado pelo significado de Saussure, que é dado como já foi dito, intra-simbolicamente. Por fim, o critério de distinção de índice/sinal, requerendo uma análise da consciência, refere-se a uma vontade, a uma subjetividade do locutor que situa a distinção muito mais ao nível da "fala" do que ao nível da "língua" de Saussure.

Assim procedendo, pode-se dizer que os Semiólogos da Comunicação estão negligenciando uma característica que segundo Saussure, é própria da linguagem natural e dos sistemas semiológicos em geral, isto é, nestas instituições, "o signo escapa sempre à vontade individual ou social, estando nisso seu caráter essencial." (Saussure 1915, p. 25) Tal característica, que está para Saussure claramente manifestada na linguagem natural, deve manifestar-se igualmente em outras instituições como os ritos, os costumes, enfim, em todas as instituições que por tais traços possam ser tomadas por semiológicas.

Nestes termos, o que chamamos nos parágrafos anteriores de discrepâncias por parte dos Semiólogos da Comunicação relativamente a Saussure, refere-se não à restrição do campo semiológico que estes promovem, mas às modificações conceituais relativamente à doutrina saussuriana.

Ora, uma vez tendo os Semiólogos da Comunicação considerado que os fatos simbólicos, enquanto instituições, deveriam estar vinculados a uma vontade, a uma subjetividade, deixam de atingir o objetivo ou meta de Saussure, pois abandonam

assim o que era a própria sustentação da distinção língua/fala, que é a autonomia do sistema. Este sim, enquanto autônomo, constitui-se na principal realidade lingüística, no caso da linguagem natural e semiológica, no caso dos demais sistemas simbólicos que compartilham de sua natureza.

Deve-se recordar que, em Saussure, era a autonomia do sistema que determinava ao significante e ao significado e colocava-os em relação. Por sua vez, os Semiólogos da Comunicação apoiaram a ligação do sinal com sua mensagem na convenção que os capacita para tanto. Ora, sabemos que Saussure diferenciou a língua de outras instituições sociais justamente por esta não ser nem um acordo comum tácito, como os sinais de trânsito, nem um sistema ou instituição que comportasse algum tipo de associação (de suas partes) natural.

Quando Mounin atribui à linguagem natural uma função comunicativa e convencional, nivela-a a instituições como os sinais de trânsito, das quais Saussure procurou distinção. Assim, do interior da perspectiva saussuriana são indesejáveis as conseqüências da adoção do convencionalismo, pois, segundo a interpretação de Saussure que aqui queremos apresentar, o aspecto institucional do signo lingüístico foi caracterizado pela recusa do convencionalismo. Com o que, a retomada deste caráter, por parte dos Semiólogos da Comunicação, desarticula a distinção da instituição lingüística de outras instituições, bem como a oposição língua/fala.

Fazendo recurso dos conceitos apresentados no capítulo dedicado a Saussure devemos considerar que na sua perspectiva o signo é arbitrário, mas não convencional, pois para Saussure a arbitrariedade do signo é justamente a negação de sua convencionalidade, uma vez que enquanto arbitrário escapa sempre a uma vontade que o convencionalismo afirma, isto é, trata-se do arbitrário no sentido que permite ou possibilita pela ausência de referências fixas e exteriores, ou ainda por sua imotivação, a construção autônoma do sistema. Trata-se justamente da possibilidade que o convencionalismo nega por caracterizar-se como influência determinante do sistema, elegendo seus componentes e pondo-os em associação para conformar o signo segundo as regras da subjetividade individual, ou ainda, segundo os interesses de uma comunidade.

Assim, enquanto o arbitrário para Saussure era um postulado metodológico para a produção de sua teoria dos signos, para os Semiólogos da Comunicação o arbitrário situa-se na relação do signo com o estado de consciência; o arbitrário para eles aparece como uma consequência do caráter convencional que estabelece (arbitrariamente) a ligação de um estado de consciência com o sinal, sem uma motivação natural, no que se assemelham ao signo lingüístico.

Para os Semiólogos da Comunicação, o arbitrário desemboca no convencional, é a própria condição "fortuita" da convenção, enquanto para Saussure o arbitrário era a condição de liberdade de ajuste (de conexão das partes do signo). Em Saussure,

o arbitrário não era traduzido em termos de liberdade individual para legislar, mas liberdade para o sistema se auto-regular, auto-definir.

Tal concepção dos Semiólogos da Comunicação acaba por determinar uma produção extra-simbólica para os significados dos sistemas convencionais, o que faz da convenção a própria base do significado e do sistema em que é inserido. Por oposição, em Saussure, o arbitrário retira aos fatores extra-simbólicos o poder de produção de significados, pois, para ele, o arbitrário está na base da recusa de todo dado extra-simbólico, já que a realidade primeira é o sistema; todo signo é considerado apenas enquanto valor, apenas na sua função diferencial e opositiva, lembremos.

Por sua vez, a linguagem natural teria também a determinação do seu significado dado extrinsecamente, caso sua arbitrariedade fosse vinculada a um convencionalismo, como querem os Semiólogos da Comunicação. Tal vinculação é justamente o que Saussure recusa, pois, para ele, o signo, repita-se, escapa sempre a vontade social e individual. Em verdade, a linguagem natural goza apenas de "consentimento" e nunca de uma convenção tácita.

Nesta perspectiva, imputar à linguagem natural o caráter de sistema de comunicação, em conformidade com os demais sistemas de sinais, caracteriza, parece-nos, uma atitude metodológica em desconformidade relativamente a Saussure. Ora, o que Saussure argumentou é que o signo lingüístico apresenta-se arbitrário por não comportar em geral relações

analógicas, naturais ou necessárias entre suas partes. Assim, seu significado, longe de ser dado por uma convenção, é dado sistemicamente, pela opositividade de seus componentes, o que não aparece na concepção semiológica em análise. Da maneira como vem sendo concebidos, tanto o sinal como os sistemas de comunicação estrita, não constituiriam o interesse de Saussure.

No propósito em que este tópico vem sendo desenvolvido, discutindo e buscando desvincular da concepção saussuriana o convencionalismo e o psicologismo presentes nos Semiólogos da Comunicação, conclui-se que o signo em geral, segundo Saussure não é redutível ao ponto de vista da comunicação, uma vez que esta, como está sendo concebida, exige convenção e intenção. Estas duas exigências são, como vimos, formas de interpretar o aspecto arbitrário do signo enquanto o seu arbitrário é resolvido, desta forma, o signo deixa de ser índice para tornar-se sinal.

Apoiado na análise em curso, pode-se dizer que a concepção semiológica analisada, embora pretensamente posta na condição de herdeira de Saussure, apresenta modificações que promovem distanciamentos teóricos, justamente pelos descompassos até aqui apontados.

3.4 Conclusão

Para concluir, recapitulemos que a elaboração do ponto

de vista semiológico empreendida pelos Semiólogos da Comunicação, apresenta a intenção de situá-lo no interior dos quadros estabelecidos por Saussure. Avaliar esta filiação, bem como acompanhar criticamente a esta construção da proposta de uma ciência dos fatos humanos, foi o propósito deste capítulo.

Por isto, deparamo-nos com uma concepção de sistema simbólico que é marcado pelo "fechamento", que poderemos qualificar de rigoroso, além de restritivo. O fechamento aludido ocorre no sentido de que um sinal, no caso, apresenta-se inexoravelmente em correspondência (associado) com seu complemento, a mensagem, que é aquele a que o sinal remete através de um código.

Neste circuito de "cartas marcadas" o que interessa (e é o objetivo da semiologia em questão) é expor o código suposto, sob a forma de sistema. Contudo, o fechamento do sistema tem, nesta concepção, um custo que é o elemento psicológico, isto é, advém dele. Trata-se de um fechamento produzido artificialmente, não constituindo um sistema dotado de autonomia, de uma realidade própria e independente de todo e qualquer sujeito. Temos aqui, em nosso entender, um afastamento em relação a Saussure.

O fechamento descrito apresenta a vantagem de oferecer uma leitura relativa a sistemas regidos por códigos inflexíveis, o que proporciona uma exposição segura dos supostos códigos. Assim concebida, a análise semiológica aplicada a tais categorias de fatos simbólicos restringir-se-ia na realidade à análise de

códigos que não oferecem (ou não parecem oferecer) resistência ou dúvidas quanto à sua intenção de comunicar. Uma vez estando as regras de comunicação explícitas, cabe ao semiólogo apreendê-las e organizá-las.

Em verdade, a introdução de um critério de seleção dos fatos significativos visa esclarecer a impossibilidade (defendida por estes semiólogos) de se estudar cientificamente a diversidade de fatos culturais, buscando definir com clareza os limites de aplicabilidade da semiologia. A própria distinção índice/sinal visa, primeiramente, ao campo de aplicação, para em seguida formular os métodos adequados a serem empregados.

Tal ponto de vista, como se vê, é restritivo porque limita-se a ser aplicado sobre os fatos de comunicação já reconhecidos como portadores da intenção de comunicar, como os diversos códigos em uso social. Nesta particular concepção de sistema, entretanto, o signo não é concebido como uma entidade psíquica que pode ser materializado em diversas substâncias (como a fônica por exemplo), mas como uma entidade psicológica cuja existência está condicionada à vontade consciente do usuário, em especial à de quem formula (convenciona/legisla) o processo e as partes constitutivas deste.

O aspecto fechado do sema faz dele um elemento de um sistema estrutural de base lingüística? A resposta parece-nos ser negativa, uma vez que o sistema de comunicação não se apresenta opositivo ou diferencial, o que determina uma produção

extra-simbólica do significado que, neste caso, não atinge o nível abstrato postulado por Saussure.

Em uma placa de trânsito, por exemplo, podemos dizer que cada cor tem seu significado por oposição, o verde ao amarelo etc.. Contudo não são definidos a partir desta opositividade, mas de uma regra exterior que as coloca numa oposição convencionalmente estável. Tal concepção de sistema goza assim de uma estabilidade e autonomia (se é que podemos utilizar tais conceitos nestas circunstâncias) convencionalizada.

Em Saussure, o sistema apresenta autonomia e independência para gerar seus próprios significados, enquanto o sistema postulado pelos Semiólogos da Comunicação, em nada (ou muito pouco) pode atingir a condição de abstrato. Some-se que a tarefa do semiólogo consiste, em nosso entender, não apenas em apreender o código, mas igualmente em mostrar que tais regras ou códigos constituem sistema.

Quanto à autonomia do sistema saussuriano, sabemos, apoia-se na noção de sincronia, que o situa longe do alcance das variações, do fluxo da história. Por outro lado, apesar de introduzir uma teoria que pretenda-se sincrônica, assistimos Buyssens eleger o aspecto convencional do sinal como o fator que lhe atribui o aspecto sincrônico, justificando que "se os indivíduos não respeitassem a convenção, não haveria sistema de comunicação e nos encontraríamos diante de fatos que nunca se repetem, vale dizer, fatos históricos." (Buyssens 1967, p. 83) Para ele, a sincronia apoia-se na

estabilidade convencional da ligação do sinal à mensagem.

Assim, a aludida tarefa de mostrarem que tais fatos simbólicos formam ou são fruto de um sistema, realiza-se em função da noção particular de sistema que elaboram. Para Mounin, "a noção de sistema implica a presença de signos estáveis de mensagem para mensagem." (Mounin 1968, p. 49)

A argumentação de Buyssens e de Mounin, relativamente à noção de sincronia e de sistema respectivamente, parece-nos muito mais o recurso a um artifício de proteção contra as oscilações históricas, contra o tempo portanto, do que a detecção de um período de estabilidade onde o sistema desenvolve-se. Parece-nos a combinação da construção artificial de um sistema e de um recurso (obediência às regras) igualmente artificial para mantê-lo intacto. Algo distante dos conceitos saussurianos de sistema e de sincronia.

A reflexão a que somos conduzidos, faz-nos ver que os fatos humanos em geral, do ponto de vista de uma ciência que lhes abstraia o sistema e explique seus significados, ficam assim desamparados pela perspectiva semiológica da comunicação estrita, representando por isso um avanço que se pode dizer distinto daquele prognosticado por Saussure.

A concepção dos Semiólogos da Comunicação, apresenta um obstáculo para a ascensão ao nível de abstração requisitado por Saussure. Suas concepções e práticas semiológicas não visam a um sistema puro de valores, mas a uma realidade psicológica e

convencional, que Saussure recusou.

Neste sentido foi que analisamos a filiação dos Semiólogos da Comunicação ao saussurismo e fomos levados a questionar a própria condição de autonomia que, na perspectiva desta corrente, a semiologia ocuparia no campo das ciências humanas.

Podemos agora entender a recusa dos Semiólogos da Comunicação em conceder às artes plásticas, por exemplo, a condição de sistema e, até mesmo de constituírem-se como linguagens comunicativas, pois não há nelas o emprego de signos estáveis (pelo menos explicitamente). Compreende-se assim a conclusão de Mounin de que "é tagarelice falar da linguagem da pintura e da escultura." (Mounin 1968, p. 50)

Concluimos, assim, este capítulo com a esperança de ter exposto a concepção de semiologia presente nos Semiólogos da Comunicação em contraste com aquelas de Saussure que lhes serviu de inspiração. Pudemos, assim, salientar as modificações que realizaram ao interpretarem a doutrina saussuriana na busca de formas autônomas na pesquisa dos fatos humanos.

No próximo capítulo, estaremos realizando tarefa idêntica tomando por tema a obra de Roland Barthes.

4- ROLAND BARTHES: UM SEMIÓLOGO NÔMADE

4.1 Delimitação do tema

O presente capítulo, ao tomar parte da obra de Barthes para análise, assume como tema o debate que tem sua expressão bem definida no primeiro capítulo de Introducion à la Sémiologie de Georges Mounin, quando apresenta uma bifurcação conceitual que nos parece de grande interesse para os estudos dos diferentes sistemas simbólicos extra-lingüísticos. São os conceitos de COMUNICAÇÃO, já apresentados no capítulo anterior e de SIGNIFICAÇÃO, que serviram de divisor de águas entre os semiólogos pós-saussurianos.

Diz Mounin que no CURSO é esboçada uma ciência geral de todos os sistemas de signos, incluindo os extra-lingüísticos, pelos quais os indivíduos comunicam-se. São estes as escrituras, o alfabeto de surdo-mudos, signos militares, entre outros, que satisfazem as exigências da concepção semiológica dos Semiólogos da Comunicação. No entanto, Mounin adverte que as referências feitas aos ritos simbólicos, formas de polidez, costumes, modas, culinária, sempre despertam muitas reservas, pois, nestes domínios, estariam contidos os germens de uma ruptura dentro do desenvolvimento de uma semiologia originalmente esboçada por Saussure.

Ao analisarmos a bifurcação veremos que tal preocupação

para Barthes é irrelevante, a própria distinção comunicação/significação é irrelevante, pois considera que para comunicar basta significar. Com este ponto de vista, a significação recobre a comunicação, instaurando, assim, um ponto de vista de comunidade entre os diferentes sistemas simbólicos, o que relativiza a própria bifurcação.

Por sua vez, o que teria motivado Saussure a listar sistemas simbólicos como os códigos militares, ritos e formas de polidez, teria sido a comparação possível de todos estes sistemas com a língua. Como vimos no capítulo anterior, a idéia básica de Saussure é que as diferentes instituições sociais como os ritos, modas, etiquetas e a própria linguagem natural, compartilham da mesma natureza: são sistemas semiológicos.

A idéia é, portanto, que deve ser possível propor objetos de estudos comparáveis, quanto a serem semiológicos, à linguagem natural, sendo que esta é o principal destes sistemas.

No entanto, do lado do que pode-se chamar de semiologia dos lingüistas, estes têm constituído, sobretudo Buyssens e Prieto, as bases de uma semiologia que tem por meta a descrição do funcionamento de todos os sistemas de comunicação extra-lingüísticos.

Por outro lado, Roland Barthes, em obras como Mitologias de 1957 e mais tarde em Elementos de Semiologia de 1964 e ainda em Sistema da Moda publicado em 1967, desenvolve a análise referente aos sistemas não lingüísticos que priorizam a "farta significação" como os mitos, a literatura, a

propaganda e a moda, que não apresentam por princípio a intenção de comunicar.

Nos Elementos, Barthes fornece-nos uma visão geral do campo de estudo da semiologia e dos instrumentos por meio dos quais pode-se realizar a pesquisa semiológica. Por intermédio desta mesma obra sabemos que em seus primórdios franceses a semiologia tinha uma dupla tarefa: de um lado propor uma teoria geral da pesquisa semiológica e de outro elaborar semiologias particulares, aplicadas a objetos e domínios como a moda, vestuário, propaganda etc.. Os Elementos realizam a primeira tarefa, ficando para Mitologias, Sistema da Moda e outros a elaboração de semiologias particulares.

Assumindo uma motivação saussuriana, Barthes propõe-se manejar os conceitos lingüísticos na construção de uma semiologia buscando inserir-se nesta tradição. Assim é que vale-se de conceitos que já estavam definidos na ciência lingüística, como foram elaborados por Saussure. Mais adiante veremos que a "convivência" de ambos nem sempre foi de concordância.

Foi neste clima que os Elementos propuseram e organizaram um vocabulário, que respaldou sua pesquisa naquele momento, o que fez desta obra um compêndio de conceituações importantes na construção da perspectiva semiológica por ele elaborada.

Sua semiologia tem por objetivo qualquer sistema de signos, seja qual for sua substância, seus limites, imagens, gestos, inscrições, desde que constituam sistemas simbólicos. Com

isso recusa a restritividade da semiologia da comunicação. Isto fica evidente em Mitologias onde utilizou os conceitos lingüísticos que poderiam fornecer-lhe uma nova perspectiva com relação aos fenômenos culturais e abraçou a possibilidade de estudar as atividades humanas como uma série de linguagens.

Nesta obra, considerada como semiológica, recorreu, ainda que de maneira mais tímida, se comparada com Sistema da Moda, à técnica de análise estrutural proveniente da lingüística saussuriana. Ainda nesta obra, seu objetivo confesso foi o de desmascarar a má fé imiscuida no mito contemporâneo, que deve ser pelo semiólogo exposto em seu sistema. A análise presente nesta obra, mais que semiológica, busca ser semioclasta, visa desmascarar a ideologia burguesa dos anos cinqüenta pela via da desconstrução de seus mitos.

Por fim, realizamos por ocasião desta introdução, uma apresentação cujo intuito foi delimitar e expor um quadro que esboça as diferentes perspectivas assumidas pela mencionada bifurcação. A colocação em contraste tem por meta evidenciar as diferenças que estão apoiadas em concepções semiológicas peculiares e não em uma simples opção ou preferência por diferentes fatos simbólicos a serem analisados.

A referência ao "cardápio" dos sistemas, que vai do Morse à culinária, foi um procedimento metodológico de realce dos sistemas e das tendências de maior interesse neste estudo.

Ocupou-se Barthes de sistemas simbólicos como a publicidade, a fotografia, vestuário de moda, entre outros,

manifestando interesse de ordem pessoal por sistemas cuja construção não foi presidida pela intenção primeira de comunicar uma mensagem determinada. No entanto, não o fez de forma homogênea em toda sua carreira; trilhou ou pretendeu trilhar de início os passos do estruturalismo, como proposta de alcançar pelo sentido os códigos implícitos nos sistemas simbólicos. Por fim, desembocou em uma hermenêutica, em uma interpretação dos fatos simbólicos sem os recursos estruturalistas.

Deve ficar claro também que Barthes, em cada fase, teve uma concepção própria de semiologia, isto é, inspirado em Saussure, formulou teorias semiológicas com as quais orientou sua pesquisa. A verificação e o acompanhamento destas concepções compõem o próprio interesse deste capítulo, onde suas fases, bem como suas obras de maior importância e contribuição para nosso propósito serão visitadas.

4.2 Mitologias: primeiras práticas semiológicas

A fase de Mitologias foi propriamente aquela em que Barthes reconheceu como legítima a proposta saussuriana de que a lingüística, que toma a linguagem natural por tema, seria futuramente uma parte da ciência geral dos signos quando esta viesse a se constituir. Uma vez tendo admitido a possibilidade de uma ciência que demonstre com seu exemplo o caráter sistêmico dos demais fatos simbólicos, Barthes adotou sem problemas a supremacia da semiologia sobre a lingüística. Posição

da qual se desvencilhou mais tarde.

Quanto a esta obra, trata-se sem dúvida de um trabalho militante, engajado, de inspiração e, até mesmo compromisso marxista, onde recorreu aos procedimentos de análise legados pela lingüística. Apesar do recurso à lingüística, não podemos dizer que tenha tratado explicitamente o mito contemporâneo, ou a fala mítica, como o chamou, como a linguagem natural, pois reconhece nesta ocasião que o mito depende de uma ciência que seja geral, ciência esta extensiva à própria lingüística.

O que queremos esclarecer com esta insistência em apontar para a supremacia da semiologia sobre a lingüística é que, nestas circunstâncias a língua não é tomada como elemento balizador, como referência, como lente pela qual se enxergam outros sistemas simbólicos. Antes, a noção de língua funciona como inspiração de sistemas ordenadores das diferentes linguagens.

Por enquanto, estabeleçamos que desde já cabe à semiologia, segundo Barthes, explicar as leis que regem os signos dos diferentes sistemas simbólicos. Claro está que inclusive o mito contemporâneo passa a ser um tema da vasta ciência semiológica, com o que fazer semiologia dos mitos é estudar sua significação enquanto sistema simbólico.

Por influência da indicação de Saussure, no conceito barthesiano de mito encontramos o mesmo esquema presente no signo lingüístico. No entanto, a significação do mito não se reduz à do signo lingüístico. Antes, trata-se de um sistema com

características bem particulares. O mito é constituído, define Barthes, a partir de uma matriz que já é uma cadeia semiológica, que já era semiológica antes de passar a fazer parte do mito, de compô-lo; o que alça o mito à condição de sistema simbólico de segunda ordem. Assim, quer seja a linguagem natural, quer as imagens ou objetos em geral que sirvam de base ao mito, o que interessa daqueles é apenas a função significante que possam exercer, isto é, a função de significante que ocupam no mito. Tal função é designada por Barthes como "linguagem-objeto".

Em termos mais explícitos, no mito, que não é definido como um objeto ou idéia mas um modo de significação, o significante é tomado ou como termo final do sistema de onde saiu ou como termo inicial do sistema mítico. Quanto ao significado, este recebe de Barthes o nome de conceito. Por sua vez, o terceiro termo completando o sistema é a própria significação.

Nos termos em que está sendo aqui colocado, o conceito do mito exige mais esclarecimentos. Digamos que de maneira geral o mito é tomado por uma "palavra", uma "comunicação" e constitui uma mensagem. O que incomodou Barthes nesta constatação foi o fato de ser o mito a deformação de um sentido histórico a serviço de uma ideologia.

Para exemplificarmos e ampliar a compreensão do que está sendo chamado de "palavra mítica", recorreremos ao exemplo por ele dado; trata-se da publicidade do sabão em pó Omo. Nesta análise Barthes aponta para a penetração que o detergente, pela via da publicidade maciça, exerceu na vida cotidiana dos

franceses. Assim, é a estratégia, a armação montada pela publicidade que Barthes visa esclarecer.

Para isto, parte de uma comparação das soluções de cloreto de sódio (Cândida) com o detergente em pó Omo. Diz ele que os primeiros "foram sempre considerados como uma espécie de fogo líquido cuja ação deve ser controlada, sem o que o próprio objeto pode ser queimado" (Barthes 1957, p. 29), produzindo assim, continua ele na mesma página, "uma modificação violenta, abrasiva da matéria: tais produtos matam a sujeira". A comparação tem o propósito de destacar que de fato "ao contrário, os pós são elementos separadores: o seu papel consiste em libertar, expulsar a sujeira sem provocar "morte"" (mesma página). As cenas da propaganda mostram a sujeira (representada por um pequeno inimigo débil e negro) fugindo e assim evitando o contato com o detergente, o que resulta numa roupa branca porque livre da sujeira.

Com estes recursos, são atribuídos aos pós detergentes características de "seletivos, empurram e conduzem a sujeira através da trama do tecido, desempenhando uma função de policial e não de militar" (mesma página). Por esta ação liberam a dona de casa de uma ação mais laboriosa e cansativa. Ao apontar para este processo, Barthes mostra a ação desejada pela publicidade que está embutida.

Ainda na linha da revelação dos mecanismos da publicidade Barthes apontou a utilização das noções de profundidade e de espumoso. Nesta, Barthes aponta o recurso à

espuma produzida pelo detergente como elemento e fator de um tipo especial de limpeza desejado pela publicidade. O elemento espuma, utilizado para obter tal resultado, apresenta um significado que, segundo Barthes, é de conhecimento e domínio de todos, isto é, num primeiro momento a espuma é associada ao luxo, podendo ser também associada a uma imagem de proliferação farta, evidenciando a abundância de elementos presente numa porção mínima do sabão utilizado, o que permite supor um produto poderoso e concomitantemente delicado.

Ora, a construção do mito ocorre, na concepção de Barthes, na medida em que o publicitário, tomando a significação descrita da espuma como significante associado ao estado de espiritualidade que tradicionalmente a acompanha como seu significado, a utiliza como elemento significante de um novo sistema; por isso chamado de segunda ordem.

Barthes aponta para a construção do mito, ou sistema de segunda ordem, mostrando como a espuma que "pode ser o signo de uma certa espiritualidade na medida em que considera o espírito capaz de tirar tudo do nada" (Barthes, 1957. p.32), passa a ser no mito (ou na publicidade) significante de uma nova mensagem, agora visando esconder a ação abrasiva do produto de onde saiu; o detergente em pó.

O sentido da primeira significação é, como ele diz, "esvaziado" e tomado como forma, como significante, para, na nova composição, ser associado a um novo conceito. Neste caso, o consumidor é predisposto a imaginar uma relação saudável e

eficiente entre o detergente e o tecido que o recebeu. Desta forma, o publicitário consegue esconder a verdadeira atuação de qualquer detergente que é a de ser abrasivo, "sob a imagem deliciosa de uma substância simultaneamente profunda e aérea, que pode reger a ordem molecular do tecido, sem a atacar". (Barthes, 1957. p. 30)

Isto quer dizer que o mito toma como significante (e esvazia-o) o que já era (em outra cadeia semiológica) signo. Assume assim o papel de meta-linguagem; o mito associa o signo esvaziado (agora tomado como significante) com um novo significado ou conceito, obtendo desta operação o que chamou de significação mítica. A relação entre as duas partes é que constitui a significação, o terceiro termo.

Nestes termos, é-nos adequado concluir pela existência de um sistema simbólico constituído, desempenhando o papel de linguagem objeto para a meta-linguagem que é o mito. Deve ficar claro que este sistema que serve de linguagem objeto para o mito não é unicamente constituído de palavras mas também de gestos, fotos, desenhos etc., que possam percorrer os dois sistemas semiológicos, isto é, ocupar lugares e funções diferentes em ambos os sistemas, seja o de primeira ou de segunda ordem.

O parágrafo anterior tem por meta mostrar o quanto Barthes relaciona o signo lingüístico com os signos dos demais sistemas simbólicos, ainda que não esteja, pelo menos de maneira explícita, pleiteando absoluta similaridade. Queremos deixar

claro que o que está sendo tomado por linguagem objeto independentemente de ser constituído de palavras, gestos, fotos, entre outros segue sempre um esquema lingüístico, isto é, está sempre descrito segundo uma conformação "similar" ao signo lingüístico, analogamente. Isto nos faz concluir que Barthes julgou a teoria saussuriana dos signos lingüísticos como suficientemente geral para explicar, com os seus esquemas, o funcionamento dos signos próprios dos demais sistemas simbólicos.

Não obstante, o mito aparece como um construto em benefício de uma intenção ideológica. Sua ocultação intencional, nos alerta Barthes, tem por objetivo naturalizar o signo, dar-lhe a aparência de naturalidade, como se a imagem (de uma propaganda) provocasse desintencionalmente o conceito.

Quanto ao natural-mascarado mascarando a realidade, Barthes declara que quer "recuperar o abuso ideológico que na minha opinião nele se dissimula." (Barthes 1957, p. 7) Para isso Barthes procurou captar significações de segunda ordem, já que o mito contemporâneo é um modo de promover significações, associações de um significante a um significado sobrecarregado de ideologias.

Somente a análise semiológica do mito permite descobrir o "código" desta linguagem. Por oposição à linguagem mítica, Barthes oferece-nos uma focalização analítica desmistificadora do mito, que busque uma melhor compreensão das significações míticas desmascarando-as, com o que passa-se da situação de

leitor do mito à de mitólogo. Para isto, faz-se necessário focalizar o mito, "o significante pleno, no qual distingo claramente o sentido da forma, e portanto, a deformação que um provoca no outro." (Barthes 1957, p. 149) Assim procedendo destrói a significação do mito, recebendo-o como uma impostura, para usar sua terminologia. Diz ele que, "este tipo de focalização é a do mitólogo que decifra o mito e compreende uma deformação." (Barthes 1957, p.149)

Por fim, um aspecto relativamente à significação fica ainda pendente. Falta-nos melhores esclarecimentos sobre o que respalda a associação do conceito com o seu significante no mito. Para esclarecer este ponto, recapitulemos que, na linguagem natural o signo lingüístico apresenta-se como arbitrário e imotivado.

Por seu turno, na significação mítica nada se apresenta completamente arbitrário, reconhece Barthes. O mito é, em grande parte, motivado, o significante é motivado pelo conceito que representa. Esta motivação, que pode ser analógica, é assim sustentada apesar de o conceito mítico ter à sua disposição uma massa de significantes possíveis que exemplifiquem a mesma coisa. Isto quer dizer que a motivação pode ser escolhida entre várias possibilidades sem que por isso venha a ser considerada arbitrária. Por exemplo, o conceito de "imperialidade francesa", obtido na capa da revista *Paris-Match*, citada em Mitologias, poderia bem ser atingido pela imagem de "um professor francês branco dando aulas a jovens negros atentos." (Barthes 1957,

p.148) Ou ainda outros.

Fica claro que apesar de o conceito mítico poder representar-se em inúmeros significantes e de ele próprio não guardar nenhuma essência, podendo constituir-se, alterar-se ou desfazer-se, a motivação é necessária à própria duplicidade do mito; este joga com a analogia do sentido e da forma: "não existe mito sem forma motivada." (Barthes 1957, p. 147)

Com isso, Barthes descreve claramente as condições que permitem ou possibilitam a produção de signos de segunda ordem ou sistema mítico, fartamente veiculado nos meios de comunicação, e também uma proposta de focalização do mito a encargo do semiólogo, que chamou de análise semiológica. Quanto à primeira descrição, nada temos a acrescentar, já quanto à segunda, cumpre-nos verificar em que medida coaduna-se com a proposta semiológica saussuriana. Verificação que faremos no próximo tópico.

4.3 Discutindo a proposta de focalização semiológica do mito

Verificaremos se em Mitologias a propaganda enfocada recebeu por parte de Barthes um tratamento científico à la Saussure. Verificaremos se o mito, concebido por Barthes como um sistema semiológico segundo, onde o que é signo no primeiro sistema transforma-se em significante no segundo, tem seu significante associado a um significado (ou conceito no caso) no

mesmo sentido saussuriano do termo. Mesmo considerando que a noção de dupla face do signo é mantida por Barthes.

Na verdade, o signo primeiro que é tomado por significante no sistema segundo tem seu novo sentido determinado pelo plano social em que cada mito é construído e vivido, o que confere à sua determinação um sentido circunstancial, histórico e social. Por conta disto, não fica no mito determinado seu sistema, no sentido saussuriano. O que presenciamos por parte de Barthes é tão somente a exposição de um conceito que ele próprio atribui como associado a certo significante. Na análise dos mitos, postula significados segundo sua própria bagagem cultural, sem recensear as regras que promovem ou promoveriam a associação do significante ao significado. Apenas esclarece significados e comenta-os, realizando o que podemos chamar de "comentário livre" relativo ao significado e à sua associação com um significante.

Trata-se, portanto, de um significado reconhecido como de posse comum do "público" e atribuído por Barthes ao significante. Sua determinação é assim extra-simbólica e subjetiva. Não o seria, se tal significado estivesse previsto, estivesse sob coordenação de regras que o determinasse e associasse ao significante, que presidisse seu processo.

Agindo assim, Barthes deixa de estudar o sistema de relações e distinções que, na concepção saussuriana, cria os signos, que proporciona sua geração. Não realiza o recenseamento de regras que promovem a combinação de um conjunto de elementos significantes, isto é, o mito é um "comportamento" que deve

possuir, na concepção de Saussure, um sistema de formas que lhe subjaz. Esta língua é uma instituição coletiva que cada indivíduo assimilou. Nestes termos, que são os de Saussure, o significado assume uma existência impessoal, seu fundamento não é o "usuário", mas o sistema do qual emerge.

Assim, o objetivo da semiologia saussuriana é a aquisição das regras abstratas do sistema que devem ser autônomas, com o que devemos admitir que o trabalho do semiólogo, ou do mitólogo, como queria Barthes, não seria apenas o de designar o significado ou mesmo comentar sua associação com o significante, se é que esta seria uma de suas tarefas, mas o de destacar, abstratamente, sistemas de regras que constituem signos, que engendram e relacionam suas partes. Isto do ponto de vista de um procedimento científico-estruturalista.

Nesta perspectiva, a obtenção do significado do mito exigiria uma combinatória (saussuriana) para que visasse à determinação do significado como obra de uma semiologia científica. Seria necessário postular um ponto de vista que promovesse um certo fechamento do sistema, dado em um período determinado, em uma época ou fase em que o sistema se mantivesse estável, podendo assim estabelecer uma sincronia.

Contrariamente, Barthes insistiu no caráter aberto do significado ou conceito, quer dizer, um significante pode apresentar uma gama bastante ampla de possibilidades de associações, isto é, muitos conceitos podem vir associar-se ao significante em questão. Por exemplo, o sentido da capa de

Paris-Match, já citada, não seria o mesmo se o signo aparecesse na capa de outra revista, em outro local. Quer dizer que a apreensão do sentido de um mito é possível apenas, para Barthes, por meio da integração do mito com seu contexto vivido.

O significado que Barthes postulou para o mito dos detergentes é determinado extra-simbolicamente, pois trata-se de um conceito que está repleto de uma situação vivida, com o que a determinação do sentido passa a ser obra do saber particular de Barthes, que insere tal mito no cenário em que é apresentado. Trata-se de um comentário sutil de uma possibilidade plausível e admissível de um significado para tal significante que, contudo, permanece submerso na experiência vivida sem dela ser abstraído. Nestes termos, a questão que se coloca é que relativamente a uma mesma situação é possível mais de uma interpretação.

Por fim, pelas questões levantadas, como a motivação, reconhecidamente presente na leitura que Barthes faz da significação do mito onde a noção de valor opositivo que é saussuriana inexistente, ou ainda, no próprio caráter histórico e circunstancial do conceito mítico, concluímos pela não promoção, por parte de Barthes, dos desígnios saussurianos.

Neste caso, Barthes manteve-se no nível da fala saussuriana, analisando e descrevendo individualmente as combinações simbólicas do mito e nunca atingindo ou formulando seu sistema subjacente. Por conta disto, cremos ter apontado para as modificações e, até mesmo, adaptações promovidas por Barthes, o que nos impele a concluir pela impropriedade da

identificação e inserção deste trabalho na tradição estruturalista inaugurada por Saussure.

Fica claro que, nesta obra, o recurso aos conceitos do estruturalismo lingüístico "ultrapassaram" as barreiras da intenção estruturalista, sem que com isso estejamos deixando de reconhecer a contribuição por parte de Barthes no campo da compreensão dos fatos simbólicos que procurou descrever.

No próximo tópico, verificaremos o realce dado por Barthes à lingüística em detrimento da semiologia, tomando por tema a obra Elementos de Semiologia.

4.4 O realce da lingüística

Numa leitura de Elementos, publicação cronologicamente posterior a Mitologias, deparamos com o argumento de Barthes quanto à necessidade de generalizar o método lingüístico, de aplicá-lo para além dos estudos habituais concernentes à lingüística. Claro que a extensão postulada abrange um grande universo de linguagens.

De início, sempre tomando Saussure por base, Barthes efetiva a extensão da lingüística relativamente aos diferentes sistemas simbólicos. Com isso, começam a aparecer as "discrepâncias", pois Saussure pensava e, várias vezes o disse, ser a lingüística uma parte da ciência geral dos signos. Apesar disso, Barthes rebate, argumentando que em nossa vida social contemporânea não há outro sistema de signos com a mesma

amplitude que a linguagem natural. Também afirma que a linguagem natural funciona como intérprete os demais sistemas simbólicos e que a palavra pode ser tomada como substituta de toda e qualquer ordem significante, com o que, qualquer empresa semiológica deve levá-la em consideração.

Um destaque desta monta dado à linguagem natural leva-nos a concluir que em sua concepção todos os sistemas simbólicos, de maneira geral, não são suficientemente autônomos para constituírem-se sem o apoio da linguagem natural, isto é, todo sistema simbólico só se torna semiológico quando "filtrado" pela linguagem natural e nunca o inverso.

Confirmando este posicionamento, Benveniste diz-nos que "toda semiologia de um sistema não lingüístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua; instrumento de análise.". (Benveniste, 1974. p.63) Aqui a linguagem natural tem sido tomada como a organização semiológica por excelência, dando a idéia de que é a fórmula exemplar de modelagem semiológica.

Com isso, o que fica claro em sua obra seguinte, que é Sistema da Moda, é que de uma fotografia, por exemplo, só pode ser feita semiologia se explicada com o recurso da linguagem natural. Percebe-se que o sustentáculo de sua prática semiológica passa a ser a relação que se estabelece entre o lingüístico e o não lingüístico. Supondo esta inter-relação é que Barthes fará semiologia da moda, no caso, do figurino de moda.

Foi observando fatos culturais como o cinema,

publicidade, história em quadrinhos, fotografia de imprensa, entre outras manifestações culturais, que Barthes constatou o que identificou como uma dependência destes gêneros em relação à linguagem natural. Percebeu que as imagens não podem dispensar a escritura, que nesta ótica é realçada à condição de fundamento das imagens. O que equivale a dizer que uma substância visual confirma sua significação quando, digamos, repetida lingüisticamente. Mais tarde, veremos, no prólogo de Sistema da Moda, a linguagem natural ser identificada e definida não apenas como modelo do sentido ou significado, mas inclusive e, principalmente, como seu fundamento.

É importante que destaquemos tais concepções, pois marca o seu conceito maior de semiologia, bem como seu procedimento como semiólogo, distinguindo-o do Barthes que conhecemos em Mitologias.

Diz ele nos Elementos que, apesar de todos os avanços em todas as áreas da cultura, permanecemos uma civilização da escrita. Esta idéia o penetrou com tal força que acabou por influenciar sua própria concepção de semiologia e do objeto de análise, que perde sua autonomia diante da linguagem natural. Desde já, a semiologia estaria fadada a "absorver-se numa translingüística", declara Barthes já na introdução dos Elementos, pois só reconheceu o estatuto de sistêmico aos diferentes conjuntos de objetos ou fatos humanos, quando estes "pela mediação da linguagem natural tivessem seus significantes denominados sob a forma de nomenclaturas e também tivessem seus

significados denominados sob a forma de usos ou razões." (Barthes 1964, p. 12)

Nos termos em que foi colocada por Barthes, a ciência geral dos signos passa a ser uma parte da lingüística no sentido de dela depender seu exercício, apesar do semiólogo não necessariamente ocupar-se de substâncias lingüísticas. O encontro com a linguagem natural é considerado desde agora inevitável, pois, como vimos, esta assume a responsabilidade pelo estatuto sistêmico dos fatos não lingüísticos. Por conta disso, a semiologia passa a ser a análise do discurso (escrito, no caso de Sistema da Moda), sob o qual fatos simbólicos significam, isto é, recebem significação.

Com isso, "a matéria da semiologia será o mito, a narrativa, o artigo de imprensa, os objetos de nossa civilização desde que sejam falados...", (Barthes 1964, p. 13), por meio da imprensa, do prospecto, da legenda. O saber semiológico passa a ser um tipo de cópia do saber lingüístico, a reboque deste. Neste sentido é que, para Barthes, a lingüística é que será a ciência geral dos signos e a semiologia uma parte desta, a parte que cuidaria das unidades simbólicas do discurso. Mais tarde, apenas adiantando, Barthes irá decretar o divórcio entre sua semiologia e a lingüística.

Com os argumentos até aqui apresentados, Barthes justificou sua posição de desalinho em relação a Saussure. Também sua observação quanto à dificuldade de um sistema de imagens ou objetos ter seus significantes existindo totalmente

fora do assédio da linguagem natural retira destes sistemas sua condição de autonomia, isto é, de terem do interior de seus próprios sistemas a produção de seus significados ou conceitos. Barthes diria que um conjunto de objetos só alcançaria o estatuto pleno de sistema quando repassado pela mediação da linguagem natural e quando identificando-se com esta enquanto sistema.

Diz ele que "a lingüística não é uma parte, mesmo privilegiada, da ciência geral dos signos mas a semiologia é que é uma parte da lingüística, ou seja, a parte que encarrega-se das grandes unidades significantes do discurso." (Barthes 1964, p. 13)

Ao estender desta forma a lingüística saussuriana aos demais sistemas simbólicos, Barthes estava, parece-nos, querendo encontrar tão somente as condições para que pudesse pensar diferentes sistemas sob a característica de um pensamento científico. Estava, portanto respondendo ao desafio de pensar uma ciência rigorosa dos fatos humanos. Consideremos como motivador desta iniciativa o fato de que o método lingüístico apresentava-se, ou era considerado na época, como rigoroso e científico, provavelmente devido aos avanços que apresentava em relação às demais ciências humanas.

Assim, o pretenso estruturalismo de Barthes na década de sessenta seria como uma forma de analisar artefatos culturais com os métodos e, principalmente, com a terminologia lingüística, o que constitui uma tentativa, como já dissemos, de abordagem de caráter sistemático e rigoroso dos fatos culturais.

Quanto aos fatos culturais analisados, a moda ocupou lugar de destaque por sua importância no contexto da época. Com respeito a isso discorreremos mais detidamente no próximo tópico, sobre o plano de análise elaborado e utilizado por Barthes em Sistema da Moda. Assim, teremos a oportunidade de conhecer mais profundamente uma análise semiológica particular e de melhor analisar seu posicionamento, neste caso, frente à concepção saussuriana de semiologia.

4.5 A moda como semiologia particular

Após 1964 quando publicou Elementos, Barthes deu aos seus estudos um novo rumo; realizou o que chamou de crítica ou desmistificação sistemática das ideologias. O que nos permite reconhecer esta fase como um avanço relativamente à análise empreendida em Mitologias. Muito embora o objetivo de suas análises, todas, guarde sempre equivalências, como a determinação de aspectos ideológicos da cultura. O que está sendo considerado avanço fez de Sistema da Moda uma obra declarada por ele de cunho e inspiração estruturalista.

Sua investigação nesta obra concentrou-se, por opção metodológica, na descrição verbal apresentada em publicações de moda. Nestas circunstâncias é que o vestuário foi determinado como campo de pesquisa semiológica. A empresa consistiu em analisar "estruturalmente" o vestuário feminino a partir das publicações de moda. Com o que já considera o vestuário real, as

roupas enquanto tais, como um sistema de signos impotente para constituir sozinho a sua significação.

Pelas razões já expostas, aplica a análise a um certo número de enunciados verbais, responsabilizados pela significação do vestuário, isto é, o vestuário real só vai adquirir sua significação plena quando traduzido em vestuário descrito. O que na verdade percebe-se é que sua empresa não se ocupa nem mesmo do vestuário, nem mesmo da linguagem natural, mas da tradução que a linguagem natural faz do vestuário.

Ocupou-se assim de publicações de moda, em especial "Elle" e o "Jardin des Modes" entre outras ocasionais como "Vogue" e "Echo de la Mode". Nestas análises percebe-se claramente a circunstância em que é realizada a reversão do postulado saussuriano, pois presencia-se claramente o semiológico como um transbordamento do lingüístico, o que faz da linguagem natural, não somente o modelo do significado, mas também o seu fundamento. É a linguagem natural que vai permitir a reflexão sobre o sentido da moda.

Observa Barthes o fato de que a multiplicação e enraizamento do hábito de leitura das publicações de moda nas sociedades européias contemporâneas modificou o fenômeno da moda, transformou-o em fenômeno cultural provido de uma estrutura original. Lembremos que a moda tornou-se relato por ação da linguagem natural que age sobre ela. O trabalho da linguagem natural é o de interferir nesta estrutura "simples", multiplicando-a em "mil espécies significantes", (Barthes 1967,

p. 262), constituindo o sentido em sua plenitude. Devemos considerar também que este esfacelamento dos significantes não é algo aleatório, antes sabemos que vem acompanhado de uma estruturação que a linguagem natural imprime-lhe.

Para Barthes, a ação das palavras superestima as possibilidades semânticas do vestuário real, principalmente do vestuário fotografado, que é comentado em forma de legendas. Assim é que ocorre uma atuação no intuito de produzir significados, uma vez que o vestuário real não oferece sentidos senão em níveis rudimentares, como exemplifica Barthes: "tecidos leves em relação a tecidos pesados." (Barthes 1967, p. 261) O enunciado encontrado nas publicações constitui um sistema de significações composto de um significante, que é ele próprio e de um significado, que é a moda. Juntos compõem uma unidade de significação.

Ora, Barthes toma assim o vestuário escrito como exemplo sistemático de signos e de regras da moda. Para ele o vestuário escrito é uma língua em estado puro, já que nunca corresponde a uma execução individual das regras da moda, pois "a língua da moda não emana da "massa de falantes", mas de um grupo de decisão, que elabora voluntariamente o código". (Barthes, 1964. p.28)

Assim, tomando por significante do código vestuário todo enunciado que a publicação de moda dedica ao vestuário, Barthes procura neles descobrir uma forma constante e diz: "do contrário, não se saberá nunca como o sentido vestimentário (que

é a moda) será produzido". (Barthes, 1967. p.57)

A análise sobre os enunciados seguiu duas exigências metódicas sugeridas por Barthes: primeiramente "dividir o enunciado em espaços tão reduzidos quanto possível, como se todo enunciado de moda fosse uma cadeia na qual importa localizar os elos", em seguida "comparar entre si estes fragmentos de espaço, de maneira a determinar segundo que oposições eles produzem sentidos diferentes". (Barthes, 1967. p.57)

Depois de termos apresentado as indicações do procedimento de Barthes, passaremos a apresentar, a título de exemplo, a análise (um fragmento dela) que realizou sobre o *corpus* estudado nas publicações de moda. Nesta Barthes elabora uma classificação de sessenta gêneros relativos às espécies levantadas no inventário das publicações. Citaremos apenas alguns para não sobrecarregar a exposição e também por julgarmos suficiente para os comentários posteriores. A seguinte amostragem foi extraída da página 100 de Sistema da Moda.

GÊNEROS	ESPÉCIES
ACESSÓRIOS	(bolsa, luvas, bolsinho etc..)
LIGADURA	(fivelas, gancho, alfinete etc..)
COLAR	(corrente, cordão etc..)
CALÇADOS	(botas, polainas, chinelos etc..)
MOTIVO	(xadrez, mesclado, florido etc..)
VESTIDO	(tubinho, uniforme etc..)
MATERIAL	(couro, tecidos, palha etc..)

Nestes termos, a tarefa do semiólogo é dupla, isto é, deve assumir a lógica da pesquisa que é inventariar e classificar. A etapa posterior, que seria a de elaborar modelos, não foi realizada por Barthes. Contudo, esta questão será mais adiante explicitada.

Em resumo, em Sistema da Moda a descrição lingüística é que vai explicitar a significação dos diferentes sistemas simbólicos. Claro que também aqui, pelo que foi apresentado, diverge da noção saussuriana de sistema, da combinatória autônoma e abstrata concebida por Saussure. Tais observações serão melhor explicitadas no próximo tópico.

4.6 Uma reflexão sobre o que foi dito

Começemos investigando qual a pertinência da dedução da natureza do signo semiológico a partir do signo lingüístico que Barthes opera em Sistema da Moda.

Trata-se de investigações pertinentes, pois, ao termos presenciado o trabalho de Barthes em Mitologias, vimos que considerou a primeira ordem do sistema mítico como de natureza lingüística, isto é, tomou os diferentes sistemas simbólicos que servem ao mito como compartilhando e apresentando "comportamentos" e "esquemas" do signo lingüístico. Nesta concepção, a linguagem-objeto que serve ao mito estaria sendo recoberta pela teoria lingüística do signo lingüístico e não por uma teoria do signo em geral.

A prática barthesiana parece-nos estar assim "mesclando", sob a mesma teoria dos signos, aqueles que são naturalmente imotivados (os lingüísticos) e os motivados (os mitos contemporâneos). Muito provavelmente por ocasião desta mescla, já em Elementos Barthes anuncia e posteriormente em Sistema adota a consideração de que a teoria do signo lingüístico aplica-se à análise semiológica de diferentes sistemas desde que estes estejam repassados pela linguagem natural. Com isso e por isso, passa a realizar análises dos discursos proferidos na descrição lingüística de sistemas simbólicos em geral.

Muito embora permaneça impregnado de inspiração saussuriana, Barthes, com a concepção acima exposta, engendra sua própria e particular teoria semiológica.

Parece procedente inserir aqui uma crítica feita por Giles Gaston Granger no capítulo V da obra Linguagem e Epistemologia, onde considera abusivo a aplicação da noção de língua a propósito de qualquer sistema simbólico, de qualquer fato cultural, pois em verdade, considera que tais fatos possam existir enquanto sistema, mas alerta que seus signos nem por isso podem sempre ser chamados saussurianos. Isto pelo fato de o VALOR dos signos não ser neles só negativo ou opositivo, como no signo lingüístico.

Reconhece Granger que, muitas vezes, as propriedades de uma língua são atribuídas sem problemas a sistemas onde não se aplicam sem problemas, isto pelo simples fato de diferentes sistemas serem tomados como línguas, em função do que

está-se, por equívoco ou precipitação, emprestando a diferentes sistemas a forma de uma língua. Trata-se justamente do alerta que procuramos fazer relativamente à particular concepção e prática semiológica de Barthes.

Por isso, a crítica de Granger parece-nos pertinente, pois realça a impropriedade de se tomar a linguagem natural como protótipo de sistemas simbólicos em geral, ainda que estejamos autorizados a tomá-la como sistema simbólico por excelência, justamente em virtude de sua complexidade estrutural, já apontada por Saussure e não por apresentar traços elementares e fundamentais que compreendam toda ordem simbólica.

Ainda nesta crítica, deixemos claro que Barthes não está fazendo uma descrição da estrutura do "costume-signo", mas, sim, do "costume-discurso". Esta troca de papéis pode levar à confusão ou identificação do sistema simbólico da moda, longe de ser um sistema estruturado como a linguagem natural, com o seu reflexo lingüístico. Contudo, devemos reconhecer que esta transfiguração, desde que consciente e explícita, pode assumir uma certa importância para a descrição e explicação de diferentes fatos simbólicos.

Após termos criticado a intenção de Barthes de extrair da ciência lingüística um instrumental suficientemente válido para o exercício da pesquisa semiológica, reconheçamos que o recurso aos esquemas lingüísticos teve por objetivo permitir análises bem mais sistemáticas. Ainda a propósito do recurso que Barthes fez aos esquemas lingüísticos vale verificar os impasses

e as justificativas de sua proposta de estruturação semiológica a partir do binômio língua/fala.

Nossa intenção nesta investigação é a de saber se a utilização que fez dos conceitos lingüísticos como língua/fala (ao considerar o vestuário descrito, por exemplo, como uma língua em estado puro), não passa de uma ornamentação de sua prática de escrita sobre moda, publicidade e outras coisas.

O binarismo lingüístico foi utilizado como se reproduzisse uma possível estrutura binária do sistema que descreve. Tal conceito reconhecidamente presente na linguagem natural, é apontado por Barthes como igualmente presente na moda, na alimentação, enfim, nos diferentes "sistemas" que a linguagem natural descreve.

Assim podemos criticar Barthes, por ter chamado o vestuário descrito de uma língua em estado puro, por sua impropriedade. Sabemos que um sistema, como o que se referiu, que seja elaborado a partir de um grupo de decisão jamais poderia ser assimilado à noção saussuriana de sistema. A "língua" do vestuário descrito é justamente, como descrita, marcada pelo aspecto da motivação e de um tipo de convencionalismo, características estas que negam todo o princípio de autonomia do sistema, proposto por Saussure.

Contudo, utilizações conceituais deste tipo pareceriam reduções simplórias, da parte de Barthes, se não houvesse o propósito de garantir o rigor, ou seja, a isomorfia dos conceitos transpostos de um sistema para outro. Felizmente,

Barthes refere-se ao par língua/fala, como sendo um instrumento ou uma categoria, que se pensaria ser suficientemente geral para permitir e viabilizar a preparação da pesquisa semiológica em diferentes campos. Com isso, Barthes nos faz ver que a reunião destes conceitos não garante necessariamente sua subsistência no decurso da pesquisa.

De fato, Barthes mostra-nos que nem mesmo a semiologia deve ou deverá sempre seguir estritamente o mesmo modelo, com o que reconhece que um possível "desvio" ou uma possível "adaptação" das prescrições saussurianas, não corresponderia a um abandono da construção da ciência semiológica, nem mesmo motivo para alterar-lhe o nome.

Segundo estas últimas argumentações que aparecem claramente já nos primeiros capítulos dos Elementos, conceitos do tipo língua/fala, significante/significado, seriam apenas um princípio de classificação que permitiria a introdução de uma ordem inicial na massa diversificada dos fatos culturais, podendo tais princípios ordenadores permanecerem sempre provisórios ou substituíveis.

Ao postular a existência de uma categoria geral língua e fala extensiva a todos os sistemas de significação ele também reconhece que "na falta de algo melhor, conservaremos aqui os termos língua e fala, mesmo que não se aplicarem a comunicações cuja substância não seja verbal." (Barthes 1964, p. 28) Presenciamos nesta citação uma nítida declaração de independência intelectual, conceitual e

metodológica. Barthes manteve sempre a marca de quem estava iniciando, criando propriamente uma atividade intelectual.

Continuando com cautela, diz ainda que: "vimos que a separação entre língua e fala constitui o essencial da análise lingüística; seria vão, pois, propor logo de saída esta separação para sistema de objetos, imagens ou comportamentos que ainda não foram estudados sob um ponto de vista semântico. Podemos, somente para alguns dos sistemas propostos, prever que certas classes de fatos pertencerão à categoria língua e outros à categoria fala, dizendo logo que, nesta passagem semiológica, a distinção saussuriana está exposta a modificações, as quais cumprirá precisamente observar." (Barthes 1964, p. 28)

Por enquanto, com vistas nas justificativas acima apresentadas, parece ficar claro que Barthes não estava e nem nunca esteve incorrendo em uma precipitação ou ingenuidade mas, antes, esteve sempre consciente das dificuldades teóricas de postular uma prática semiológica onde conceitos são por hora utilizados e não construídos.

No entanto, não por ignorar as incompatibilidades, mas por acreditar nas possibilidades, manteve, por algum tempo, o "sonho" de poder analisar estruturalmente fatos sociais. Análise que, respaldada na "cientificidade" do método adotado, estaria, por assim dizer, conferida de autenticidade, podendo com segurança explicitar códigos, os códigos que respaldariam as ideologias da sociedade burguesa de sua época, da qual sempre foi

crítico ferrenho.

Por fim, lembremos que tratamos neste tópico do uso que Barthes fez da noção saussuriana de língua. Fica faltando analisar o alcance do resultados das análises de inventário e classificação dos enunciados de moda. Tal análise será desenvolvida no capítulo VI, onde analisaremos, segundo os conceitos de Granger, a produção (ou não) de modelos formais explicativos da moda.

Para concluir, lembremos que o "sonho" a que nos referimos, mantido até Sistema da Moda, acabou por ser deixado de lado por Barthes, recusando o estruturalismo e distanciando-se da lingüística e de seus conceitos. A fase pós-estruturalista de Barthes merece de nossa parte especial atenção por constituir uma nova perspectiva semiológica, por isso lhe dedicaremos o tópico a seguir.

4.7 O pós-estruturalismo de Barthes

Até aqui, presenciemos um Barthes pretensamente estruturalista, desejoso de instituir uma semiologia de cunho científico com métodos e resultados rigorosos. Foi com esta perspectiva que pretendeu extrair sentidos, desmontar significações, atingir códigos que poderiam presidir fatos simbólicos, explicando seu funcionamento. Supôs sempre que a explicitação dos códigos pudesse conferir autenticidade a uma análise, ficando claro que tal concepção de ciência e de rigor

sempre correspondeu, ou pretendeu corresponder, à concepção saussuriana de ciência e de rigor.

Nesta prática incorreu até concluir pela ineficiência de supor códigos e optar por uma hermenêutica ou interpretação dos fatos, abandonando a idéia de pensar uma análise rigorosa sobre as condições de funcionamento dos sistemas simbólicos em geral, ou seja, rejeitando a idéia saussuriana de uma ciência estrutural dos signos.

Por ocasião desta nova postura, isto é, de uma fase onde as fronteiras entre estruturalismo e semiologia começam a ganhar novo aspecto, que é crescente ao longo dos anos e das obras, encontramos um Barthes que considera sistemas simbólicos sob nova ótica. Trata-se de manter a noção de que fatos simbólicos possam constituir sistemas, mas que elaborem sentidos intermináveis.

Esta é uma constatação seminal para sua nova concepção de semiologia, pois além de atenuar a noção de sistema, altera sua expectativa em relação aos sistemas extra-lingüísticos. Claro que alterando igualmente sua concepção (e crença) de ciência e de rigor, o que procuraremos demonstrar procedendo por apresentação de temas como código, sistema, estrutura, meta-linguagem e hermenêutica, que sofrem modificações em seu novo percurso de semiólogo-hermeneuta.

Certamente Barthes avançou em seu percurso consciente e determinado a não mais fazer ciência como um dia pretendeu, contudo sabendo que conduzia a investigação dos signos até onde

esta pudesse estender-se. Começamos por reconhecer que foi por conta de tais mudanças que sua semiologia deixou de ser um ramo da lingüística, pois o fenômeno semiológico, nestas circunstâncias, deixou de ser pensado como sistêmico, ao menos em termos de uma isomorfia com a língua saussuriana.

Rompe com a submissão à lingüística, uma vez que deixa de privilegiar a linguagem natural relativamente a outros fatos simbólicos, como se a estivesse destituindo do alto posto que ocupou na hierarquia dos sistemas simbólicos. É certo que estamos diante do nascedouro de uma nova concepção de semiologia.

Se antes a idéia de uma ciência abrangente desempenhava um papel importante para sua tendência estruturalista, depois de S/Z, quando passou a ser visto como pós-estruturalista, a noção de rigor científico foi substituída pela de "interpretação possível", ou ainda, de um "amplo questionamento". Passou Barthes a praticar um amplo questionamento com o objetivo de produzir análises reveladoras do funcionamento dos fatos simbólicos, fazendo destes leituras interessantes.

Sua nova postura foi mais radical no que diz respeito ao rompimento com o passado do que parece à primeira vista. O fato simbólico passou a ser visto como uma precária arquitetura de figuras sem ordem, ou, para ser menos contundente, de uma ordem fluida, isto é, um conjunto fértil e interminável de ângulos e lugares. Passou a recusar para os fatos simbólicos analisados qualquer redução a fronteiras bem

definidas e delimitadas; recusa a existência de uma causa eficiente, de um sistema subjacente presidindo os fatos humanos.

A partir de S/Z, ou ainda nesta obra, deixou de realizar a quebra do texto em busca de códigos, inaugurando sua fase pós-estruturalista, com a renúncia ao código, onde os diferentes aspectos do sentido passaram a ser explicados aplicando-lhes a hermenêutica, a interpretação como recurso.

Com o que foi dito até agora, relativo ao pós-estruturalismo de Barthes e de sua fase identificando a semiologia com a hermenêutica, cremos ser imprescindível procedermos a uma análise das obras que nos apresentam o novo Barthes, sua nova concepção dos temas propostos como código, estrutura, sistema simbólico e análise semiológica. Trata-se das obras S/Z, Fragmentos de um Discuso Amoroso e Aula. Nestas obras, o abandono do estruturalismo saussuriano, bem como do desígnio de cientificidade prognosticado pelo estruturalismo lingüístico ficam bem representados. Nestas obras recolheremos brevemente as caracterizações desejadas para a exemplificação de sua nova concepção semiológica.

Uma vez percorridas as obras mencionadas, poderemos, de forma mais segura, concluir pela identificação da semiologia com a hermenêutica. Isto será de grande valia para compreendermos sua atual concepção semiológica uma vez que procuramos descrever e analisar sua filiação ao saussurismo. Estaremos, assim, apresentando sua nova concepção semiológica, primeiramente,

para, em seguida, compará-la relativamente ao saussurismo.

Feito isto, estaremos aptos a compreender a própria ruptura ocorrida no interior das práticas semiológicas de Barthes.

4.8 A hermenêutica como nova fase da semiologia

Trataremos aqui inicialmente de uma análise textual da obra Sarracine de Balzac, levada a cabo por Barthes em S/Z, onde o S representa o escultor Sarracine e Z o personagem Zambinella. O próprio título, no que tem de pouco esclarecedor sobre o conteúdo da obra, já é um convite a que se invista em diversas interpretações possíveis em sua leitura. A obra total constitui um exame semiológico de um texto clássico. Trata-se de um tipo de metodologia aberta de leitura de texto que chamaremos de "plural", o que procuraremos explicar nos parágrafos seguintes.

Desta obra, tentaremos retirar e expor a noção de hermenêutica, por isso extrairemos, em forma de citações, não propriamente exemplos da análise que elabora da obra de Balzac, mas as justificativas teóricas de seu novo ponto de vista. Nesta obra, a própria análise é uma leitura e sua operação já é toda a pesquisa do sentido, onde será necessário meios para reconhecer este sentido. Para isso, consideramos que é necessário definir, segundo Barthes, a própria operação de leitura, o que faremos recorrendo a uma

citação: "Ler, com efeito, representa um trabalho de linguagem. Ler é encontrar sentidos e encontrar sentidos é denominá-los; mas estes sentidos denominados são levados a outros nomes; os nomes se atraem, reúnem-se e seu agrupamento leva-nos a mais uma vez se fazer designar...". (Barthes 1970, p.17)

Com isso, não podemos considerar, segundo Barthes, o ato de ler como o de simplesmente colocar o leitor diante de um texto, pois o leitor, colocado diante do texto, já é ele próprio "outro texto", outros e infinitos códigos, novos códigos e discursos. Esta multiplicidade ou pluralidade, segundo a qual o leitor é concebido, permite a Barthes atingir múltiplas possibilidades, isto é, o leitor é enquadrado dentro de uma prática de leitura onde a verdade, o conceito de verdade, é dele suprimido, pois tanto a leitura como a releitura podem e, neste caso, têm por finalidade "multiplicar os significados, e não chegar a um significado final qualquer determinado." (Barthes 1970, p. 17)

Quanto ao texto, Barthes reconhece igualmente seu "plural", ou seja, o texto é tido como uma galáxia de significantes, não é uma estrutura de significados. Entendemos que o texto de leitura é idealmente plural, não tem propriamente começo e além de tudo é reversível, "a ele se tem acesso por diversas portas, nenhuma das quais pode ser com segurança declarada principal." (Barthes 1970, p. 11)

Do ponto de vista metodológico, o plural do texto acarreta uma importante consequência: "nada de construção do

texto, tudo significa constantemente e por diversas vezes, mas sem delegação a um grande conjunto final, a uma estrutura derradeira." (Barthes 1970, p. 18) O leitor, em sua concepção, traça ao longo do texto zonas de leituras a fim de nelas observar a migração dos sentidos e o aflorar dos códigos.

Como se vê, já nesta obra Barthes não mais pretendeu manifestar estruturas, mas produzir, na medida do possível, uma "estruturacão" que só podemos agora conceber como um trançar de códigos envolvidos circunstancialmente na leitura do texto. O que aqui ainda está sendo chamado de código nada mais pode ser do que um algo sem contorno fixo e definido, um algo que desperta interesse justamente por não poder ser assumido por alguém, a não ser pelo leitor que os elabora a partir de sua relação com o texto.

Nesta perspectiva, acaba de romper definitivamente com o modelo lingüístico de análise, uma vez que prioriza o comentário relativo às variações dos elementos do texto, deixando de buscar suas relações constantes. Esta renovação trouxe consigo mudanças na terminologia e no instrumental conceitual empregado, mas verdadeiramente o que caracteriza a mencionada ruptura é a recusa da busca de um significado ou sentido determinado em uma estrutura subjacente.

No que diz respeito à recusa da busca de uma estrutura subjacente, a leitura deixa de ser o resultado de uma postura metodológica visando a um questionamento do sentido intrínseco, obtidos das relações recíprocas entre os elementos de uma

estrutura subjacente. Passa a ser o saber que o leitor ativo pode obter a partir de seu relacionamento com o texto, que, nestas circunstâncias, Barthes o chamou de "implícito e irrecuperável". O legado maior de S/Z foi a compreensão de que o significado de um obra nunca é preenchido pelo próprio texto, antes pelos que o lêem.

A reformulação em sua concepção semiológica que é o que nos interessa, faz-se também presente em Fragmentos de um Discurso Amoroso. Ocupou-se Barthes do discurso amoroso alegando indiferença e abandono que o mundo contemporâneo lhe impôs, ele foi deixado de lado pela ciência, pelas artes e precisa de uma afirmação.

Esta obra não contém uma meta-linguagem, não é propriamente uma análise sobre o discurso amoroso, antes é um discurso apresentado por uma pessoa fundamental que é o "eu", o que enuncia o discurso, o sentimento.

Ao ter reconhecido no prólogo de Fragmentos que o discurso amoroso tem sido excluído de áreas como as artes e a ciência, Barthes propôs, não lhe estender estas áreas, mas dar-lhe uma afirmação, adotando o princípio de que "não é preciso reduzir o enamorado a uma simples coleção de sintomas, mas sim fazer ouvir o que há de inatual na sua voz, quer dizer, de intratável". (Barthes, 1977. p. 1) Também não pretendeu elaborar uma meta-linguagem.

Assim, Barthes substituiu a "descrição do discurso amoroso" por uma simulação que representou um "pôr em cena uma

enunciação e não uma análise". Para isso adotou o que chamou, na obra, de FIGURAS ou frações de discursos captados intuitivamente. A escolha, definição ou destaque destas figuras ou fragmentos do discurso está apoiada no que se pode chamar de *feeling*, um guia que é o sentimento amoroso de cada um.

Por exemplo, na página 22 da obra, apresenta uma figura que chamou ANGÚSTIA, seu título não é uma definição, mas um argumento no sentido de ter sido simplesmente exposto ou inventado. Barthes justifica o título a pretexto de preenchê-lo e destacá-lo. Vejamos como opera: "Angústia: O sujeito apaixonado, do sabor de uma ou outra contingência, se deixa levar pelo medo de algum perigo, de uma mágoa, de um abandono, de uma reviravolta, sentimento que ele exprime sob o nome de angústia." (Barthes, 1977. p. 22)

Ora, este tema (da figura angústia) existe, porque em algum lugar alguém o sente e exclama-o. É, pois, recorrendo a um fragmento da obra O Terror do Aniquilamento de Winnicott, que Barthes ilustra sua figura da angústia, pondo em relevo um fragmento qualquer que sugira o tema.

Para demonstrar o caráter aleatório do que chamou de figura, Barthes define seu arranjo da seguinte maneira: "as figuras surgem na cabeça do apaixonado sem nenhuma ordem, porque dependem cada vez de um acaso, nenhuma lógica os liga nem determina sua contiguidade". (Barthes, 1977. p.4) Por fim reconhece que para compor as diferentes figuras, nomeá-las e escolher fragmentos, recolheu trechos de diversas origens como

leituras regulares, ocasionais, conversas com amigos e das suas próprias vivências.

O discurso amoroso, como Barthes o concebeu nesta obra está longe de ser considerado um aglomerado de sintomas que requeira uma investigação em busca de sua causa eficiente ou motivadora. Trata-se, arriscaremos dizer, de um lugar cujos contornos são imprecisos e, por conta disto, extensivo ao âmbito da *parole* e dotado de uma *langue* (se houver) muito tênue e de apreensão escorregadia. O discurso amoroso é, neste enfoque, a-taxiológico e injustificável relativamente a um ponto fixo que lhe sirva de referência.

O aspecto que fica bastante claro na leitura de Fragmentos é o desinteresse de Barthes em deter ou reter o significado, mas antes em fundá-lo, isto é, não existe nele a preocupação de explicar possíveis sentidos gerados a partir de uma rede abstrata de elementos opositivos, mas apenas de engendrará-los e inaugurá-los relativamente à riqueza que o texto literário, enquanto material significante, apresenta. A formulação de sentidos ou significados, aqui assume ares de subjetividade. Não se trata, pelo que vem sendo dito, de uma meta-linguagem, mas de uma linguagem primeira, ou melhor, uma linguagem adjunta que cria o sentido, pois diante do texto o leitor é também escritor, ou ainda, reescritor do texto.

A análise-comentário, longe de empregar uma linguagem que incide sobre um fato simbólico visando construir (abstrair-lhe) um modelo que o represente é, antes, vista aqui

como uma extensão da própria atividade criadora inicial, como uma prática que visa, ao tomar um fato, incrementar-lhe os sentidos, ampliar suas possibilidades significativas, explorar sua potencialidade simbólica.

Quando concebemos aqui, o movimento de produção de sentidos, como advindo da própria atividade semiológica, acabamos (por obra de Barthes) de apreciar seu movimento de recusa de toda e qualquer pretensão à objetividade, à obtenção de um sentido obtido por abstração.

Reitere-se que a recusa da semiologia como meta-linguagem, já presente nesta obra, é a rejeição de considerá-la como uma linguagem exterior à linguagem que supostamente descreve. Ao assim conceber, retira a possibilidade de uma caracterização científica para a atividade semiológica, como uma atividade distanciada que oferece uma descrição de sistemas simbólicos através de modelos abstratos.

Muito provavelmente, por isto, estejamos em condições bastante satisfatórias para compreender o que foi dito anteriormente da prática semiológica de Barthes, como sendo uma "leitura interessante", uma "interpretação possível", ou ainda, um "amplo questionamento". Uma leitura que antes de tudo deixa de ser meta-linguagem passando a ser uma linguagem produtora de sentidos, o que para Barthes pode representar um "ganho" do hermenauta, que faz uma leitura valorizante do vivido, sobre o semiólogo estruturalista. Registre-se que a recusa da meta-linguagem em benefício da linguagem produtora de sentidos

guarda o ponto de inflexão principal da carreira de Barthes.

4.9 Conclusão

Uma conclusão sempre suscita uma retrospectiva relativamente àquilo que se quer concluir. Assim, lembremos que a semiologia barthesiana nasceu de seu inconformismo diante, digamos, da má fé presente nos mitos contemporâneos, descritos em Mitologias, contra os quais Barthes colocou seus préstimos de semiólogo, entendido naquela ocasião, por ele, como mitoclasta ou semioclasta.

Definida por Saussure como a ciência geral dos signos, estava a semiologia ligada intrinsecamente à lingüística. Tal concepção, aceita por Barthes, conduziu-o ao norteamento de suas pesquisas relativas aos fatos simbólicos, pela via do estruturalismo. Motivação que alimentou em Elementos de Semiologia e Sistema da Moda.

Sua postura inicial, em legitimar-se como saussuriano, logo mostrou-se vacilante. Na célebre exposição oral, uma aula inaugural da cadeira de semiologia literária do *Colégio de França*, pronunciada em 1977, três anos antes de sua morte, posteriormente publicada com o título de Leçon, Barthes reconhece ter relacionado sua pesquisa, desde o início, ao nascimento e desenvolvimento da semiologia estruturalista. Reconhece também que sua tendência a deslocar seus conceitos básicos (da semiologia) retirou-lhe a condição de representante da ciência

saussuriana.

Nesta mesma ocasião, definiu a semiologia que se propunha a lecionar, como uma atividade que, longe de negar o signo, "nega que seja possível atribuir-lhe caracteres positivos, fixos, a-históricos, a-corpóreos, em suma, científicos." (Barthes 1977, p. 37)

Em outras palavras, Barthes define a semiologia negando-lhe a condição de chave de leitura dos fatos simbólicos, isto é, de instrumento que permitiria a apreensão laboriosa destes. Nega-lhe agora a possibilidade ou tarefa de abstratamente construir sobre os fatos simbólicos sistemas de regras que os tornem inteligíveis por esta via. Diz ele que, quanto aos fatos humanos, a semiologia deve buscar "soerguê-los em certos pontos e em certos momentos." (Barthes 1977, p.39) Tratar os fatos humanos desta maneira constitui uma prática longínqua do abstracionismo científico proposto por Saussure.

Ora, a consequência desta concepção é que a semiologia não pode ser ela própria meta-linguagem, pelos motivos já expostos anteriormente e particularmente porque a atividade semiológica remete-se a signos com o auxílio de signos, o que torna inadequado conceber a exterioridade de uma linguagem em relação à outra.

Por fim, podemos dizer que não mais busca estruturas abstratas a serem elaboradas, que não há mais busca de um sentido proveniente de um sistema autônomo. Há a busca de um sentido

que, sem ser convencional, como os postulados pelos Semiólogos da Comunicação, sem se apoiar em códigos explícitos, é definido subjetivamente, circunstancialmente e historicamente. Em função disso, podemos dizer que ocorre igualmente uma recusa da distinção saussuriana de língua/fala.

Assim, a semiologia de Barthes deixa de postular o papel de uma ciência autônoma, como queria Saussure. Antes, deve ela ser auxiliar das demais disciplinas. O semiólogo seria, na última concepção de Barthes, muito mais um artista do que um cientista que compreende a evidência do signo que lhe salta aos olhos.

Diante de sua concepção de semiologia, Barthes recusa-lhe inclusive a denominação de hermenêutica e justifica em Aula, dizendo que "ela pinta mais que perscruta." (Barthes 1977, p. 40) Trata-se da recusa de uma caracterização de sua semiologia como hermenêutica, uma vez que esta seja definida como procedimento de estudo, de sondagem, de indagação ou investigação que vise produzir deciframentos e apresentar resultados sistemáticos. Quer com isso recusar uma identificação de sua semiologia com todo e qualquer método que possa ser considerado heurístico, isto é, um método para o descobrimento de verdades.

Com isto, Barthes quer atribuir à sua semiologia apenas o caráter de uma leitura valorizante do vivido. Assim, apenas na medida em que a hermenêutica possa ser abstraída de qualquer resquício de sistematicidade, disciplina e rigor, pode ser

identificada com sua semiologia considerando que ele tenha abandonado a visão relativamente às obras humanas como algo estruturado cujo código as precedesse. Esta recusa implica abandonar a pretensão estruturalista que visa descobrir estruturas (no caso de um estruturalismo ontológico) ou mesmo construí-las (no caso de um estruturalismo metodológico).

Agindo assim, Barthes, como vimos, substituiu o pólo da permanência pelo pólo do devir, o que não caracterizou uma simples e ingênua negação do estruturalismo. Apenas abandona a pesquisa das formas ou modelos explicativos dos fatos humanos, passando a reconhecer e privilegiar a historicidade da investigação que, na nova perspectiva, coloca-se permanentemente em marcha. Nosso autor afirma com sua atitude a possibilidade de que, por atos de "invenção", significados sejam permanentemente elaborados.

Apresenta Barthes uma nova visão de mundo, assumindo a perspectiva de um pensamento que contém apenas um grau muito tênue de organização. Ténue, no sentido de que cria "a cada vez" os objetos de que carece e os mecanismos ou formas de organizá-los. Queremos dizer que tal perspectiva insere-se no que Umberto Eco chamou de Obra Aberta, isto é, de uma obra que elabora seu código (que não a precede), que o funda a partir de si mesmo, que oferece a chave de sua própria leitura.

Por fim, a perspectiva de Barthes passa a ser a de uma pesquisa que, longe de visar descobrir estruturas, visa construir *ad infinitum* novas realidades, novos simbolismos onde

sua pesquisa, homologamente ao processo de produção, já é atividade produtora de formas e de significados.

Assim, cremos ter apresentado o percurso evolutivo das concepções e práticas semiológicas de Barthes. No próximo tópico ocupar-nos-emos de Jean Molino, onde será apresentada uma nova perspectiva semiológica, com uma concepção do simbólico que conduz a noção saussuriana de língua ou sistema para novos domínios.

5- A PROPOSTA SEMIOLÓGICA DE JEAN MOLINO

5.1 Delimitação do tema

- No artigo *Fato Musical e Semiologia da Música*, Molino procura fundar, sob novas bases, o que se pode chamar de "especificidade do simbólico", ou ainda, "uma teoria do fato simbólico". Tal empresa apresenta a finalidade de especificar o que sem reservas chamaremos de uma nova perspectiva semiológica, fornecendo, assim, critérios para a elaboração de uma ciência dos fatos humanos. Isto nos interessa particularmente, uma vez que sua concepção de ciência dos fatos simbólicos promove um processo de objetivação que visa superar o estágio inicial da percepção, pois trata-se de um processo semiológico de elaboração de estruturas.

Molino vale-se do fato de que toda pergunta relativa à definição de um fato humano, por exemplo: O que é a música?, é respondida pela descrição de suas condições de produção e de seus efeitos produzidos quando da recepção nos ouvintes. Generalizando, diremos que esta observação, que tomou a música como exemplo, aplica-se a todos os fatos humanos que estariam, assim, para ele, explicitados em seus aspectos propriamente semiológicos, tomados em um contexto de inserção social, isto equivale a dizer que os fatos

humanos além da própria "mensagem" que veiculam, que seria um de seus níveis, devem ser considerados em conjunto com o emissor e o receptor, isto é, com o momento da produção e o da recepção.

Neste sentido, a dificuldade das ciências humanas, relativamente às ciências naturais, é precisamente a de trabalhar com a mistura dos três níveis ou momentos do fato simbólico, pois a grande questão que se impõe é a articulação dos três níveis sob a forma de modelos. Consideremos, assim, que a concepção de Molino promove uma definição particular de fato simbólico, bem como de uma semiologia que contém procedimentos científicos de análise de tais fatos. O inédito de sua doutrina justifica nosso interesse.

Apoiando-se nesta concepção de fato simbólico, Molino aponta para a realidade polimorfa que compõe todo fato humano, em particular a música. Assim, também em relação a esta atividade humana Molino dedica uma preocupação semelhante à de Saussure, cuja atenção voltou para a realidade heteróclita dos fatos da linguagem natural. Com tal inspiração Molino aponta a fase "pré-saussuriana" por que passaram ou passam os estudos musicais. Refere-se ao momento em que a musicologia era exercida relativamente aos seus aspectos históricos, estéticos, sociológicos, teoria de harmonias etc..

É, pois, no intuito de reduzir à unidade tal diversidade que Molino concebe e organiza o estudo

de todo fato humano, particularmente da música, em três aspectos, a saber: primeiramente, de "produção do objeto", em seguida, de "objeto propriamente dito" e, por fim, da "recepção deste objeto". Nesta concepção, percebe-se a pretensão de Molino em elaborar uma teoria do objeto semiológico, isto é, uma teoria que apresente o objeto próprio da semiologia em sua natureza mais geral, mais abrangente. São pois, as três dimensões mencionadas, as responsáveis pela fundação do caráter específico de sua perspectiva semiológica.

Ora, esta atitude, organizadora e disciplinadora de Molino, tenta promover um salto qualitativo que conduz, no caso, a "confusão musicológica" a uma análise pretendidamente explícita e rigorosa do fato musical, que possa servir de referência universal, reproduzindo a atitude de Saussure em relação à lingüística. Promove assim, o que cautelosamente pode-se chamar de "revolução saussuriana" no estudo da ciência da música.

Nosso autor pretendeu, com sua atitude, lançar as bases, não de uma psicologia ou sociologia da música, como havia até então, mas de uma semiologia a ser constituída enquanto ciência do fato musical, pois logo se percebe que a definição de uma atuação incidindo sobre fatos humanos, sejam eles musicais ou lingüísticos, advém de um certo objetivo ou programa de conhecimento que prioriza o universal em detrimento do particular, o que justifica ou leva-nos à

compreensão da exigência de uma "pureza", de um "lugar seguro" para executar a análise do fato. Queremos dizer que, a exemplo de Saussure, Molino pretendeu resolver a "confusão musicológica" aderindo a uma análise rigorosa de um campo explícito que possa servir de lugar universal de referência. Este princípio levou Molino a conceber com clareza a postulação de uma "língua" separada da "fala", distinção atribuída a Saussure, que "conduziu-o à construção de um lugar e de um procedimento de análise em direito universalmente válidos para todas as épocas, por todas as formas de música." (Molino 1975, p. 53)

Segue, assim, nosso autor, o caminho conceitual que conduziu Saussure à implantação da "revolução saussuriana", ou seja, partilha da exigência de sistematicidade e universalidade, o que inclui a produção de uma "etapa combinatória", responsável pela tomada dos fatos simbólicos não como coisas em si, mas como objetos relacionados que requerem descrição, classificação e análise.

Por fim, o que vai interessar-nos verdadeiramente em Molino é sua concepção ampliada de fato simbólico, que, não só inclui os dois outros níveis ou domínios do simbólico como estende sobre eles a inspiração saussuriana de um tratamento científico. Nestes termos, nossa atenção volta-se, ao longo deste capítulo, para sua contribuição na pesquisa e elaboração de formas autônomas relativamente aos três níveis do simbólico. Passemos à sua análise.

5.2 A produção de modelos explicativos do fato musical

Com o objetivo de salientar a inspiração saussuriana de Molino, reconheçamos nela a presença da noção de "sistema" quando define fato musical, enquanto fato humano, como dotado de uma organização cuja característica é a inter-dependência e a solidariedade entre suas partes. Assim, entenderemos em que termos um fato musical é ou pode ser definido como sistema simbólico saussuriano. Passemos, assim, a verificar as concepções que culminaram na sugestão de modelos explicativos de tais fatos. Começemos por considerar a etapa propriamente estrutural (sintática) da produção destes modelos.

Molino opera uma distinção que visa à música, por um lado, em um sentido restrito e, por outro, segundo as condições de sua produção e recepção. Com sentido restrito da obra musical, referimo-nos à construção do "objeto propriamente dito", que tem início no movimento de separação das variáveis do fato musical, que devem ser gradativamente destacadas como autônomas. A análise inicia-se, assim, pelo reconhecimento das invariáveis estratégicas como elementos de uma estrutura a ser abstraída ao fato analisado. Queremos dizer que as exigências de universalidade e de sistematicidade concretizam-se a partir do método saussuriano de análise combinatória.

Um "texto musical", por exemplo, é analisado a partir das possibilidades combinatórias de suas unidades. Tal análise deve ser empreendida visando pôr em evidência seqüências possíveis, isto é, buscando regularidades no interior das seqüências de elementos possíveis e aceitas. Esta etapa permitirá tomar os fatos musicais simbólicos, enquanto relacionais. A semiologia dos fatos musicais fica por isso supedita à elaboração de modelos explicativos a partir de uma análise combinatória dos elementos do sistema, que faz intervir o nível neutro ou material (também usaremos esta segunda denominação por indicação de Nattiez na página 17 de P.M.S.).

Sendo esta uma primeira etapa, uma segunda consiste justamente em integrar na primeira análise as dimensões de produção e de recepção da obra. Para Molino, a obtenção das regras de combinação ocupam uma posição introdutória na análise da obra. Quer, com isso, dizer que as regras de combinação obtidas a partir do estudo de qualquer obra ou fato humano, permitem a elaboração de modelos estruturais, mas descrevem apenas "uma parte" destes mesmos fatos ou obras. Em nosso entender, para Molino, a análise estrutural deve ser realizada independentemente das outras duas, uma vez que deve fornecer como que uma base para a descrição posterior das etapas de produção e de recepção do fato simbólico.

Com isso, Molino segue o percurso de Saussure que, na página 28 do CURSO afirma categoricamente que "é ilusório

reunir sob o mesmo ponto de vista língua e fala". Sem levar em conta tal distinção, coloca-se em xeque justamente a possibilidade de se obter um resultado positivo ou satisfatório vindo de uma análise combinatória de um fato cultural que deve ser inicialmente separado da análise de sua produção e de sua recepção.

Em verdade, Molino reconhece em Saussure a atitude de fundador de uma ciência e do procedimento correto de delimitação e restrição dos fenômenos lingüísticos. Nosso autor chega, inclusive, a chamar de "momento da pureza" a atitude inicial de Saussure na formulação da língua.

Contudo, reconhece Molino que é chegado o "momento da mistura", que seria o momento de se renunciar à exclusividade da pureza da língua e retomar a fala. Para ele, a etapa da pureza saussuriana não contempla (distingue) as três dimensões que ele próprio reconhece.

Uma vez tendo pago seu tributo a Saussure, Molino manifesta a intenção de que sejam consideradas as outras duas dimensões (de produção e de recepção) cujas variáveis devem ser tratadas de maneira sistemática. Visando esclarecer sua proposta, introduziremos indicações relativas aos demais níveis, de produção (*poiético*) e de recepção (*estésico*), respectivamente.

Começemos por considerar que se trata dos dois níveis complementares ao neutro ou material. Etimologicamente, o nível

da produção, também chamado *poiético*, é oriundo do grego que significa fazer. Trata-se do nível que, segundo Nattiez, justifica "por que razão a mensagem é o que é e não qualquer outra coisa". Trata-se do nível que envolve determinações das mais diversas ordens como técnicas, circunstanciais, políticas, culturais, entre outras. Trata-se de um processo de criação que dá à luz um produto novo, uma obra de alguma forma nova. Sendo assim, não apresenta um conteúdo explícito, que nos autorize a chamar de uma mensagem determinada, transparente e verbalizável, justamente o que não proporciona um isomorfismo entre uma possível intenção do emissor e a recepção por parte do ouvinte. Trata-se de admitir uma ausência de intercambialidade entre as partes envolvidas, o que é tão caro aos Semiólogos da Comunicação.

Contudo, a postulação de uma análise sistemática para esta fase, a exemplo das demais, parte, a nosso ver, da consideração de que todo fato simbólico, inclusive em seus três níveis, é matéria submetida a uma forma. Por isso, comporta uma descrição, através de uma análise que se funda sobre o conjunto dos fenômenos que constituem o processo de produção, assim como o de recepção.

A conclusão apresentada no parágrafo anterior justifica-se, pois, tanto o processo da produção como o da recepção, enquanto dois domínios simbólicos distintos, mas complementares, constituem domínios que recebem seus estatutos e são reconhecidos enquanto tais dentro de uma sociedade, dentro de uma comunidade culturalmente homogênea, o que lhes

confere uma relativa estabilidade. Podem ser considerados, assim, como constituídos por processos (de alguma forma) organizados, ainda que por regras flexíveis. Com o que vem sendo dito, sentimo-nos autorizados a conceber como legítima a postulação de um tratamento sistemático, quase-formal de tais parcelas do simbolismo. Assim, a noção de estabilidade estrutural passa a ser entendida como a "propriedade que possui uma forma de tolerar pequenas perturbações sem cessar de ser identificável". (Molino 1975, p. 58) Esta postulação de sistematização bem como a noção de estabilidade estrutural serão, ao longo deste capítulo analisadas.

Sobre isto, diz Nattiez, quando se refere ao momento de improvisação na criação da música, que ela é um produto "de regras apreendidas ou não, correspondendo a uma época ou um momento da diacronia musical". (Nattiez 1971, p. 11) Nestes termos, longe de colocá-la como produto de um sistema de regras abstratas e universais, coloca-a como produto de uma codificação normativa, correspondendo a um consenso que emerge de uma comunidade relativamente homogênea de músicos que elaboram e assimilam regras flexíveis e instáveis.

Quanto à análise do momento da recepção da obra simbólica, chamado nível estésico, isto é, da percepção do fato, a referência é feita ao nível da reação verbal que cada ouvinte manifesta ao recebê-la, ouvi-la, no caso de ser uma música. A questão que se pode colocar aqui é justamente de saber como proceder analiticamente uma vez que cada ouvinte tende a

significar e manifestar-se sobre a música que ouve segundo sua bagagem histórica e cultural particular, o que dificulta o estabelecimento de uma unidade num campo tão diverso. Trata-se de adentrar em um campo onde a noção de sistema se enfraquece pela multiplicidade e imprecisão das regras que os articulam.

Sobre as dificuldades apontadas no parágrafo anterior, Nattiez argumenta que "a música conota reações de maneira relativamente precisa por uma população culturalmente homogênea", (Nattiez 1971, p. 9) o que permitiria uma pesquisa que determinasse (estatisticamente) a significação de uma obra em seu momento de recepção. Completa Nattiez, na mesma página, dizendo que "pelo menos em termos de uma música fúnebre ou carnavalesca". Uma afirmação nestes termos evidencia a crença, que é tanto de Molino quanto de Nattiez, na possibilidade de classificações mais sutis e refinadas. Assim, este nível do simbolismo, seria (como o da produção) consequência de uma codificação normativa, correspondendo também ele a um consenso, a um conjunto de interpretações mais ou menos comuns a uma dada comunidade.

Por fim, em ambos casos, a pesquisa aparece-nos como decorrente do recurso a critérios intra-simbólicos, que se funda sobre os conjuntos de fenômenos que constituem os processos de produção e de recepção de um simbolismo. Uma tal busca de objetivação, torna-se possível, graças à aplicação, nestes dois níveis, do procedimento metodológico inspirado em Saussure,

isto é, a instauração de um ponto de vista que, pela eleição de um corte sincrónico, instaure seu objeto.

No próximo tópico, deteremos-nos na apresentação da análise que Molino chamou de "nível neutro de análise"; nível este que promove a delimitação e a descrição do fenómeno cultural assumindo um carácter programático, pois, será justamente, partindo-se da análise neutra, que o fato humano será analisado, integrando os dados obtidos às outras duas dimensões do mesmo fato. Em seguida, realizaremos o mesmo para os dois níveis complementares do simbolismo.

Fica assim evidente que, a própria formalização propugnada no nível neutro, confirma em Molino o reconhecimento da inexistência de um formalismo único que esgote as propriedades de cada aspecto do fato humano, seja ele o neutro, o da produção ou o da recepção. Com isso, estamos diante de uma concepção que manifesta a multiplicidade das formas musicais e, por decorrência, de todas as formas simbólicas.

Queremos, com isso, afirmar que na perspectiva de Molino, o fato cultural deve ser visto como inseparável dos demais processos já mencionados. Todos os três são igualmente indispensáveis para a análise total do fato simbólico.

No tópico seguinte, como prometido, comentaremos análises semiológicas elaboradas por Molino. Pretendemos, ao longo da exposição, explicitar suas concepções semiológicas,

uma vez aplicadas.

5.3 Uma análise semiológica

Para que não fiquemos apenas ao nível da exposição teórica da concepção de Molino, relativa à análise semiológica dos fatos humanos, passemos à apreciação de suas concepções tendo como "pano de fundo", isto é, tomando como exemplo, um trabalho de sua autoria (e equipe), apresentado no biênio de 1968 a 1969 na *Faculdade de Letras da Universidade de Aix*, na França, relativamente aos títulos das obras do romancista francês Jean Bruce. Sua análise dos títulos apresenta uma perspectiva que corresponde à sua própria concepção de análise do fato simbólico. Isto é o que procuraremos demonstrar.

Nesta ocasião, aprendemos com Molino que o ponto de partida de um trabalho de análise de obra deve ser dedicado à descrição: diz ele que "o objetivo a atingir é a descrição", (Molino 1970, p. 143) que, como veremos, faz surgir o já mencionado nível neutro ou material.

A descrição, sugere Molino, não deve ficar restrita a um fato ou uma obra apenas, isto é, não deve ser isolada, antes, deve ser exercida em relação a um conjunto ou uma série de fatos ou obras. A recusa da descrição isolada, isto é, de um único fato, é alegada por Molino ao considerar que a colocação em série amplia o campo de observação e permite abstrair relações mais fecundas e plenas das obras ou fatos arrolados na análise.

A propósito desta questão, Molino, promovendo a defesa da ampliação da análise a um *corpus* de obras, por oposição a uma única isoladamente, faz-nos ver que somente a colocação em série de enunciados (ou títulos das obras de Jean Bruce, no caso) permite (desde que constituam *corpora* relativamente homogêneos) a apreciação e obtenção do que Molino chamou de "traços recorrentes" no *corpus*. Justamente, tais traços, permitirão a descrição, uma vez que para ele "uma descrição isolada liberta apenas uma parte de seus ensinamentos" e, prossegue dizendo que, "quanto mais abundante e variada for a série, tanto mais a descrição será interessante." (Molino 1970, p. 144).

Também não passou despercebido para Molino, a questão relativa aos critérios de composição do *corpus*, isto é, da eleição dos membros a serem postos em série. Estando claro que os fatos ou textos ou obras em geral, devam assemelhar-se, resguardar relativa homogeneidade, ou ainda, no dizer de Molino, "apresentar traços recorrentes". Um critério de composição deve ser o "fiar-se na intuição estilística do especialista do domínio, que sente, de modo mais ou menos explícito, o parentesco de determinados textos, ou grupos de textos". (Molino 1970, p.144) São, pois, tais características parentes, intuitivamente consideradas homogêneas, que o analista se propõe a observar e a classificar.

Assim, o chamado nível neutro, registra uma intenção de superação da subjetividade, pois, enquanto a vontade delibera, não há ciência, uma vez que a deliberação pressupõe uma

simultaneidade e multiplicidade de termos não submetidos a um processo seletivo de exclusão.

Com isso, na busca de uma pretensa objetividade, Molino atribui à capacidade de escolha (o fiar-se na intuição) o poder de distinguir o momento eo limites adequados para o "corte" na massa dos fatos simbólicos, do *corpus* sobre o qual se exercitará. Neste sentido, fica definido o esforço do pensamento objetivo no seu caminhar em direção à contenção da subjetividade, uma vez que o aspecto arbitrário de uma prática que se fia no sentimento intuitivo da riqueza e da fecundidade de um momento de estabilidade na massa heteróclita dos fatos humanos, ainda que caracterizando (se se quiser admitir) uma atitude arbitrária (uma vez que se caracteriza como ponto de vista), é dotada de critérios públicos e verificáveis.

Em função disso, uma classificação dos dados recorrentes é possível e indispensável: deve compor uma lista mais exaustiva possível dos traços recorrentes bem como de suas constantes combinações. Trata-se de uma investigação exaustiva dos elementos constitutivos de uma obra que permitirá a obtenção das regras. Regras obtidas, repita-se, a partir do inventário de traços recorrentes e de suas combinatórias.

Com tal procedimento, "chega-se à constituição de classes mais ou menos finas, detalhadas, no interior das quais todos os enunciados são considerados equivalentes, pois, só se retiveram, para os identificar, as características que

definem a classe." (Molino 1970, p. 145) Como pode-se perceber, não se mostra ingênuo quanto à existência de regras que esclareçam o momento exato da completude da conformação do *corpus*, ou ainda, da completude da caracterização: reconhece ele que "a eficácia empírica dos resultados é a única garantia". (Molino 1970, p. 146).

Aqui a análise combinatória (mencionada no tópico anterior), assume sua função de fazer desprender invariantes abstratos que, enquanto elementos de um sistema estrutural de um modelo explicativo, faz desprender sentidos determinados intra-simbolicamente.

Relativamente a tal concepção e procedimento, retomaremos o argumento de que a pretendida descrição corresponde ao nível neutro, sem poder, entretanto, dar conta de um esgotamento da significação deste *corpus*. Como vimos, para o que Molino chamou de compreensão global do *corpus*, faz-se necessário a intervenção dos níveis suplementares, isto é, faz-se necessário relacioná-lo com os aspectos psicológicos, políticos, culturais, já antes metodologicamente separados do nível neutro.

O que aqui está sendo chamado de compreensão global da obra ou *corpus*, refere-se a uma complementação da primeira análise obtida com suas correspondências com outras realidades, sejam de ordem psicológica, social etc.. Aprendemos finalmente que a compreensão global de um *corpus* é feita pela descrição de sua organização interna (sistêmica) bem como pelas

correspondências com os níveis complementares, que devem igualmente, na medida do possível, serem organizados sistemicamente.

Ora, assim entendido, o nível da descrição que nos interessa por hora, é neutro porque, aquilo que é descrito engendra um sistema de formas, um sistema estrutural autônomo, uma vez que é simples e exclusivamente uma combinatória.

Quanto à realização de tal análise (nível neutro) na obra referida, o propósito de Molino era o de revelar as características dos títulos dos romances de Jean Bruce. No mecanismo da investigação, como sugere Molino, "parte-se de uma escolha intuitiva qualquer, baseada num sentimento de homogeneidade, e, uma vez terminado o levantamento, o trabalho consiste então em analisar e classificar os objetos retidos, a fim de fazer surgir critérios objetivos e algorítmicos de classificação". (Molino 1970, pag. 159)

Assim procedendo, tomou os títulos das obras policiais de Bruce, totalizando 87 títulos, compostos em geral por uma só frase. Deste *corpus* Molino reteve 5 tipos de características recorrentes, constituindo cinco níveis de análise (cada um deles dividido em sub-níveis). Tais classes, desprendidas do *corpus*, correspondem a um número razoável de características recorrentes. Nesta perspectiva é que podemos compreender a afirmação de Molino quando diz que "o *corpus* deve, ele próprio, fornecer os critérios e os níveis de análise" (Molino 1970, p. 151), isto é, ele próprio deve "sugerir" os agrupamentos

por meio das características recorrentes que apresenta.

Por serem (relativamente) autônomas, as 5 séries mencionadas podem ser analisadas sem que se leve em conta a sua relação com as obras. Queremos dizer que as classes devem ser comparadas e relacionadas intrinsecamente, isto é, a partir de seu interior, que é o que realiza Molino nesta análise. Uma análise que envolva as classes com as obras que representam, proporcionaria relações instáveis.

Somente do interior de tal concepção podemos entender como os 5 níveis de análise a que Molino chegou podem apresentar uma (relativa) autonomia. São eles: Nível A: Presença de "OSS 117" no título (ocorreu 30 vezes em relação aos 87 títulos listados). Nível B: Nível idiomático (ocorreu 28 vezes em 87). Nível C: Nível fônico (ocorreu 18 vezes em 87). Nível D: Nível semântico (ocorreu 62 vezes em 87). Nível E: Nível morfossintático.

Após ter promovido tal classificação, em 5 níveis, Molino elaborou quadros (planilhas) onde, para cada título relacionou as informações contidas nos 5 níveis, isto é, cada quadro expõe as situações em que tal título aparece como pertencente aos 5 níveis, realizando um cruzamento de informações, já que, um mesmo título freqüentemente foi incluído em várias classes ao mesmo tempo.

A comparação destas classes fornece uma base mais sólida para a interpretação dos títulos e é um caminho andado para a obtenção de resultados formais rigorosos, que são

perseguidos pela promoção de uma hierarquização e compatibilização dos níveis analisados. Neste plano é que Molino realiza a análise intrínseca dos títulos sem levar em consideração suas relações com as obras de que são títulos.

Por exemplo, o título "OSS 117 TOP SECRET" aparece no Nível B, como título que comporta uma expressão idiomática. Aparece também no Nível D, que é o semântico. Assim, o quadro que relaciona seus níveis permite, como diz Molino "ao mesmo tempo, uma análise detalhada dos títulos; uma explicação do mais ou menos grande ar de família dos títulos". (Molino 1970, p.171) Permite, por exemplo, auferir que "sempre que OSS 117 é mencionado, verifica-se paranomásia (característica do Nível C: fônico) combinada com o tema exotismo (sub-nível do Nível D: semântico).

Tais constantes são suficientes, como disse Molino, "para associarmos tributos desta classe à série "Bruce", o que explica por que razão as pesquisas idiomáticas encontram-se ausentes". (Molino 1970, p. 171) Visa obter classificações objetivas, cujos resultados serão extraídos do inter-relacionamento das classes e de seus membros.

Análises assim concebidas podem trazer contribuições e esclarecimentos, por exemplo, na definição do estilo do escritor (no caso), possibilitando elaborar um "mapa" do estilo do autor conforme as recorrências ou dominâncias dos dados observados. Com isso, cremos ter explicitado a concepção e o procedimento

de análise que faz intervir o que Molino chamou de nível neutro, isto é, o nível estruturalista (saussuriano) de análise.

Dando continuidade ao propósito de demonstrar as possibilidades de análise semiológica, segundo a concepção de Molino, passaremos a investigar J.J. Nattiez com o objetivo de subtrair sua contribuição para nosso trabalho.

Não constitui novidade ou surpresa para leitores familiarizados com a leitura das obras de Molino, sua simpatia pela semiologia desenvolvida por J.J. Nattiez, que toma a música ou fato musical por objeto de aplicação da análise semiológica. Tampouco constitui novidade a farta referência que Nattiez faz às concepções semiológicas de Molino.

Dada tal afinidade, muito tem-se a ganhar recorrendo a alguns textos de Nattiez, proporcionando-nos, assim, uma maior compreensão do relacionamento "concepção x prática", da corrente semiológica aqui representada por tais autores.

O trabalho de Nattiez, em um ponto de vista mais amplo, consiste em um primeiro momento, na investigação da própria possibilidade de uma semiologia da música, isto é, de como introduzir a música ou a musicologia nos quadros característicos da ciência semiológica. Em um artigo de sua autoria, publicado em 1975 intitulado *Situação da Semiologia Musical*, na revista *Musique en Jeu* número 5, Nattiez concorda, não sem ressalvas, em introduzir a música dentro da semiologia geral, de projeto saussuriano, abordando-a sob o ponto de

vista da comparação da estrutura da música com a estrutura da linguagem natural.

Registre-se que, tal comparação não apenas foi aconselhada mas realizada em diversas ocasiões, como exemplo, por William Bright em *Pontos de Contato entre Linguagem e Música* de 1963, publicado em M. en J. número 5, também por R. Jakobson em *Musicologia e Lingüística*, mesma revista, e finalmente pelo próprio Molino, no artigo anteriormente citado.

Tal comparação, paralelismo ou aproximação, lembremos, já "tentada" pelos Semiólogos da Comunicação e também por Barthes, justifica-se, ao menos metodologicamente, pois a elaboração de uma semiologia musical passa pela concepção da música como sistema de signos e, neste sentido, a referência à lingüística faz-se inevitável ou aconselhável. Contudo, os fundamentos de tal procedimento são, por parte de Nattiez, analisados e relativizados, o que mostra a prudência e uma certa reserva em promover tal aproximação.

Mas, desta feita, não se trata de adentrar nesta querela, mesmo porque não é propósito de Nattiez recusar a comparação, uma vez que serve inclusive de argumento para inserção da semiologia musical no interior do programa saussuriano de uma semiologia geral. Além disso, reconhece que, "tal comparação permite conhecer em que um sistema se separa do outro e mesmo conhecer cada um em si mesmo". (Nattiez 1971, p. 5)

Ora, tal comparação permitir-nos-ia, ainda, recorrer à lingüística, não enquanto ciência específica da linguagem natural, mas como paradigma metodológico, isto é, de métodos de análise.

Conhecer cada um deles em si mesmo e o sistema musical em especial é o propósito de Nattiez. Assim, partindo da concepção do simbólico de Molino e reconhecendo que a lingüística saussuriana pode funcionar como modelo de método de análise, reconhece que, se de início estamos autorizados a fazer abstração de toda referência ao mundo vivido, isto é, operar tal redução relativamente a um *corpus* musical, obteremos uma estrutura de signos (musicais), cujos significados apresentam-se "como sendo a descrição do significante". (Nattiez 1971, p. 9)

Está Nattiez, aludindo ao significado de Saussure, na medida em que o concebe como "o reenvio às regras de emprego definidas pela sintaxe formal do sistema musical". (Nattiez 1971, p. 9) Tal descrição, faz intervir, em um conjunto de partituras, um *corpus* que, nada mais é do que o nível neutro de análise, sugerido por Molino. Trata-se de uma primeira etapa que, como vimos, procura dar conta da obra musical em seu funcionamento intrínseco, que pode ser comparada à busca da língua, que é o sistema da linguagem natural.

O que se pretende em seguida, relativamente ao nível complementar da recepção, por exemplo, é enfrentar as dificuldades de formalização impostas em função da reação verbal por parte do ouvinte que manifesta o efeito exercido pela música sobre ele mesmo.

Devemos estar atentos para o fato de que tal pretensão "empurra" a análise para um campo escorregadio, pois, ainda que se possa recorrer a uma pesquisa em uma dada população homogênea (considerada homogênea pelos critérios já expostos), cada membro desta deverá reagir, verbalizar, dar significações diferentes à mesma música, que é recebida e expressa por cada ouvinte de maneira particular e pessoal. Nisto reside a dificuldade e o desafio.

Passaremos no próximo tópico a ocupar-nos do nível da produção, tomando a música como exemplo de sistema simbólico.

5.4 O simbolismo em seu nível da produção

Poder-se-ia objetar a proposta de uma organização sistemática da produção de um simbolismo, argumentando que, é ele, no caso da música por exemplo, somente uma emissão, uma criação que, por fazer intervir uma nova realidade (a obra musical) torna-se irreduzível a uma explicação pela via da redução e da abstração. Contudo, é possível e conveniente, diz Molino, "estudar os caminhos dentro dos quais elas entram e os quase-sistemas que constituem" (Molino 1975, pag. 45) Posto isto, preserva-se, para este nível, a perspectiva de que está submetido ou pode vir a ser, a uma forma.

Quanto à análise da produção, Nattiez assevera, defendendo o ponto de vista de Molino, que, até mesmo a música de improviso está, ao menos em parte, submetida a uma codificação

vista da comparação da estrutura da música com a estrutura da linguagem natural.

Registre-se que, tal comparação não apenas foi aconselhada mas realizada em diversas ocasiões, como exemplo, por William Bright em *Pontos de Contato entre Linguagem e Música* de 1963, publicado em M. en J. número 5, também por R. Jakobson em *Musicologia e Lingüística*, mesma revista, e finalmente pelo próprio Molino, no artigo anteriormente citado.

Tal comparação, paralelismo ou aproximação, lembremos, já "tentada" pelos Semiólogos da Comunicação e também por Barthes, justifica-se, ao menos metodologicamente, pois a elaboração de uma semiologia musical passa pela concepção da música como sistema de signos e, neste sentido, a referência à lingüística faz-se inevitável ou aconselhável. Contudo, os fundamentos de tal procedimento são, por parte de Nattiez, analisados e relativizados, o que mostra a prudência e uma certa reserva em promover tal aproximação.

Mas, desta feita, não se trata de adentrar nesta querela, mesmo porque não é propósito de Nattiez recusar a comparação, uma vez que serve inclusive de argumento para inserção da semiologia musical no interior do programa saussuriano de uma semiologia geral. Além disso, reconhece que, "tal comparação permite conhecer em que um sistema se separa do outro e mesmo conhecer cada um em si mesmo". (Nattiez 1971, p. 5)

Ora, tal comparação permitir-nos-ia, ainda, recorrer à lingüística, não enquanto ciência específica da linguagem natural, mas como paradigma metodológico, isto é, de métodos de análise.

Conhecer cada um deles em si mesmo e o sistema musical em especial é o propósito de Nattiez. Assim, partindo da concepção do simbólico de Molino e reconhecendo que a lingüística saussuriana pode funcionar como modelo de método de análise, reconhece que, se de início estamos autorizados a fazer abstração de toda referência ao mundo vivido, isto é, operar tal redução relativamente a um *corpus* musical, obteremos uma estrutura de signos (musicais), cujos significados apresentam-se "como sendo a descrição do significante". (Nattiez 1971, p. 9)

Está Nattiez, aludindo ao significado de Saussure, na medida em que o concebe como "o reenvio às regras de emprego definidas pela sintaxe formal do sistema musical". (Nattiez 1971, p. 9) Tal descrição, faz intervir, em um conjunto de partituras, um *corpus* que, nada mais é do que o nível neutro de análise, sugerido por Molino. Trata-se de uma primeira etapa que, como vimos, procura dar conta da obra musical em seu funcionamento intrínseco, que pode ser comparada à busca da língua, que é o sistema da linguagem natural.

O que se pretende em seguida, relativamente ao nível complementar da recepção, por exemplo, é enfrentar as dificuldades de formalização impostas em função da reação verbal por parte do ouvinte que manifesta o efeito exercido pela música sobre ele mesmo.

Devemos estar atentos para o fato de que tal pretensão "empurra" a análise para um campo escorregadio, pois, ainda que se possa recorrer a uma pesquisa em uma dada população homogênea (considerada homogênea pelos critérios já expostos), cada membro desta deverá reagir, verbalizar, dar significações diferentes à mesma música, que é recebida e expressa por cada ouvinte de maneira particular e pessoal. Nisto reside a dificuldade e o desafio.

Passaremos no próximo tópico a ocupar-nos do nível da produção, tomando a música como exemplo de sistema simbólico.

5.4 O simbolismo em seu nível da produção

Poder-se-ia objetar a proposta de uma organização sistemática da produção de um simbolismo, argumentando que, é ele, no caso da música por exemplo, somente uma emissão, uma criação que, por fazer intervir uma nova realidade (a obra musical) torna-se irreduzível a uma explicação pela via da redução e da abstração. Contudo, é possível e conveniente, diz Molino, "estudar os caminhos dentro dos quais elas entram e os quase-sistemas que constituem" (Molino 1975, pag. 45) Posto isto, preserva-se, para este nível, a perspectiva de que está submetido ou pode vir a ser, a uma forma.

Quanto à análise da produção, Nattiez assevera, defendendo o ponto de vista de Molino, que, até mesmo a música de improviso está, ao menos em parte, submetida a uma codificação

assimilada pelos compositores, por menos absoluta ou segura que seja.

5.5 O simbolismo em seu nível receptivo

Tomando agora a recepção da música em seu aspecto contingente, circunstancial e, por conseguinte, histórico, impõe-se a seguinte questão: como reter-lhe os elementos constantes? Como abstrair-lhe invariantes?. Nattiez, como já visto, sugere uma possibilidade, ao considerar que, "a música conota as reações de maneira relativamente estrita por uma população relativamente homogênea". (Nattiez 1971, p. 9)

Tal concepção remete-nos ao texto de Molino (*Fato Musical e Semiologia da Música*), onde prescreve o movimento de separação das invariantes do fenômeno musical, isto é, preconiza que "pouco a pouco vão se liberar as invariantes que pertencem às duas dimensões não tematizadas por nossa tradição, a dimensão da produção e a da recepção". (Molino 1975, p. 41)

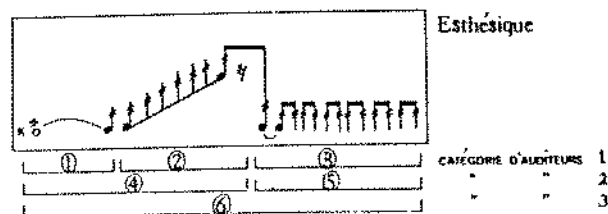
Isto posto, permite-nos reconhecer um procedimento sistemático de determinar o sentido de um fragmento musical por ocasião de sua produção e de sua recepção. Referimo-nos a uma produção de sentidos obtidos a partir do interior do sistema, intra-simbólico portanto, correspondendo, e este é o desafio, ao significado no sentido saussuriano, ao sistema, justamente no que diz respeito à postulação de um certo fechamento.

Explicitamente, reafirmemos que, tanto Molino quanto Nattiez, pretendem dar um tratamento objetivo tanto para a produção quanto para a recepção, criando critérios metodológicos para realizar, nestes dois níveis, o corte sincrônico prognosticado por Saussure, obtendo nestes níveis, estruturas abstratas que os representem.

Claro está que, em tais circunstâncias, o recurso à psicologia vai ser preponderante em relação aos métodos prescritos pela lingüística saussuriana. Assegura-nos Nattiez que, uma tal pesquisa dos fragmentos musicais, no que diz respeito aos níveis da produção e da recepção, pode ocorrer "pelo menos em termos de uma música fúnebre ou carnavalesca." (Nattiez 1971, p. 9)

Cumpre-nos agora apresentar uma tentativa empreendida por Gilles Naud em seu artigo *Aperçus de une Analyse Sémiologique de Nomos Alpha*, publicado na revista *Musique en Jeu* n. 17, de 1975, onde reconhece que o setor menos desenvolvido da pesquisa musicológica é o relativo à explicitação da RECEPÇÃO ou percepção auditiva de uma obra. Para esta análise deixa de lado a evocação musical e assume o nível estésico enquanto percepção sensível. O próprio Naud reconhece que seu trabalho constitui um esboço, uma avaliação por alto, "uma forma elementar e imperfeita" (p.71 do artigo citado), de análise, cujo objetivo foi o de proporcionar ilustração de uma análise semiológica tripartida, isto é, de uma análise que toma por base os princípios teorizados por Molino.

A análise esboçada por Naud consistiu em dar, em 1974, a diversos grupos de estudantes de música, da *Universidade de Montreal*, uma partitura esquematizada dos quarenta e cinco primeiros compassos de uma obra, pedindo-lhes que distingüissem os segmentos musicais que eles considerassem como distintos para, após várias audições, estabelecer entre eles as aproximações ou identificações. Os resultados permitiram a distinção de três categorias de ouvintes: os que assimilaram o trecho ouvido em três segmentos distintos, os que identificaram duas partes apenas e os que, finalmente, não perceberam segmentação no trecho ouvido. Observar os resultados no esquema abaixo.



A classificação representou o estabelecimento de aproximações ou conciliações entre os ouvintes, estabelecendo uma tipologia destes. Segue assim, a orientação de Molino, buscando explicitar as unidades variáveis estratégicas e caracterizar suas organizações.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa que caminha na tentativa de formalização empreendida, pois, seu inventário permite-nos definir quais variáveis estratégicas têm

sido privilegiadas do lado da produção e da recepção, embora, neste exemplo, estejamos fazendo referência apenas ao nível da recepção. Queremos dizer que, determinando explicitamente as variáveis estratégicas, fica possível caracterizar a organização própria de cada um dos níveis, "as relações de coincidência e de não coincidência que se estabelecem entre eles (os ouvintes)", diz Naud, na página 63 do artigo citado anteriormente.

Antes de procedermos aos comentários, recorreremos a mais um exemplo, igualmente para efeito ilustrativo. Trata-se de uma experiência de 1936 de K. Hevner, que Michel Imberty faz referência em seu artigo *Perspectives Nouvelles de la Sémantique Musicale Expérimentale*, publicada na revista *Musique en Jeu* n. 17, de 1975. Comenta Imberty, que, para tratar da questão que ocupamo-nos, Hevner elabora, de início, uma lista finita de 66 adjetivos apresentados em desordem, mas apresentando uma divisão em oito grupos semânticos (cada um variando de 6 a 10 adjetivos), sendo que cada um destes grupos apresentava uma unidade, isto é, uma certa homogeneidade de significados.

Tal lista, deveria ser apresentada para ouvintes amadores que, ao ouvirem cinco partes de obras de compositores, épocas e instrumentações diferentes, teriam que atribuir a cada fragmento ouvido, adjetivos constantes da relação que tomassem por convenientes. As classificações resultantes seriam, depois, analisadas comparativamente com as de Hevner, oferecidas aos alunos.

As obras sugeridas para audição apresentavam, por

exemplo, uma variação de ritmos em seus extratos. Os resultados mostraram que as oposições de ritmos, de harmonia e de modo (gosto estético) são bem percebidas pelos sujeitos ouvintes e correspondem aos adjetivos por eles escolhidos.

Por exemplo, aos ritmos fechados e marcados correspondem adjetivos designando uma certa TENSÃO MUSCULAR como vigoroso, robusto, exaltante, majestoso e também uma certa TENSÃO ESPIRITUAL como digno, sagrado, nobre, inspirado, solene e religioso. Aos ritmos ágeis correspondem os adjetivos que indicam uma certa ligeireza, um humor jovem e uma certa sentimentalidade.

Por fim, Hevner conclui pela existência de uma correspondência entre elementos da linguagem musical (representada pelos extratos musicais) e os conteúdos semânticos (representados pela lista de adjetivos). Contudo, adverte que, a cada forma de ritmo, de harmonia, correspondem vários conteúdos semânticos e, inversamente, a cada conteúdo semântico correspondem vários extratos musicais.

Hevner notou ainda que, a correspondência mencionada, não se dá de grupo a grupo de adjetivos, mas no interior de cada um deles, isto é, um grupo de extratos de harmonia complexa, por exemplo, pode receber adjetivação de diferentes grupos semânticos como os que se referem à TENSÃO MUSCULAR e à TENSÃO ESPIRITUAL. Isto quer dizer que, um mesmo extrato musical, pode ser recoberto por vários grupos de adjetivos diferentes e vice-versa. Há, também aqui, uma tentativa de formalização do nível mencionado.

Contudo, a perspectiva assumida é a da verbalização no nível da percepção. Dos dois exemplos citados conclui-se que as perspectivas de Naud como de Hevner, apontam para uma alternativa que se apresenta metodologicamente objetiva, pois, sem caírem nas possibilidades infinitas da evocação, (o que é conseguido por intermédio de uma atitude metodológica de delimitação de campo) operam uma análise cujo procedimento apresenta-se bem definido. Eles tentam captar a forma da percepção da música segundo um procedimento análogo ao de Saussure que requisita um campo da linguagem natural para ser recortado. Assim, Naud como Hevner, conseguem manter a perspectiva de obtenção e esclarecimento de invariáveis estratégicas.

Uma vez expostos os três níveis de análise semiológica da maneira como são concebidas por Molino e como aparecem em Nattiez, Naud e Hevner, passaremos no próximo tópico a relacioná-los, de acordo com nossos propósitos, com a doutrina tomada nesta dissertação como referencial, que é a de Saussure.

5.6 Molino e o saussurismo

Passemos, agora, a promover uma verificação da possibilidade de que a semiologia, ou a proposta semiológica, de Molino corresponda ou resguarde correspondências aos postulados básicos da semiologia saussuriana, matriz que nos tem servido de

referência, mantendo em vista a pesquisa relativa à sua contribuição na busca da autonomia das formas representativas dos fatos humanos.

Vimos que o fato humano, como a música por exemplo, assume com Molino, o status de fato simbólico semelhante a outros fatos sociais, sendo que sua especificidade é fundada a partir, como já vimos, da consideração de seus três níveis de ocorrência. Por hora, vai ser do nível neutro que nos ocuparemos, buscando relacioná-lo com a concepção saussuriana de sistema, para em seguida ocuparmo-nos dos níveis de produção e de recepção do fato simbólico.

Comecemos pela verificação do fato musical enquanto sistema simbólico semiologizável, à la Saussure. Em Molino, sua concepção de sistema simbólico semiologizável afasta-o dos sistemas de comunicação estrita, como definido pelos semiólogos da comunicação. A divergência transparece quando estes últimos afirmam a associação intencional dos signos e estados de consciência, efetuada pelo uso de códigos que permitem a transmissão de mensagens.

Um código assim concebido não pode ser imputado à música por Molino, tampouco sua caracterização como uma construção convencional visando à transmissão de mensagens. Em verdade, Molino reconhece a presença de regras para a produção de sons e que estes sons devam produzir efeitos sobre os ouvintes, contudo, nada garante o reconhecimento de tais regras por parte do ouvinte, que pode reinterpretá-las,

recriá-las. Não há numa frase musical ou em uma partitura, uma informação ou mensagem que possa ser decodificada e transmitida intencionalmente. Aqui não há a garantia, dada por um código explícito, de uma correspondência direta entre efeito produzido e intenção do emissor, tampouco a associação de um dado significante a um determinado significado, o que marca seu aspecto arbitrário sem ser convencional, a exemplo do signo lingüístico como definido por Saussure.

Tal caracterização parece-nos suficiente para justificar a distinção em relação aos Semiólogos da Comunicação. Não há na música nada que se pareça com um código convencional e nem mesmo a sua mensagem. A música, em Molino, não é vista como um sistema simbólico funcional.

Em verdade, Molino considera o fenômeno musical enquanto objeto, isto é, enquanto substância submetida a uma forma. O fato musical é concebido como um "conjunto" reconhecido por uma certa coletividade, graças a propriedades que se manifestam do interior de tal conjunto. A música é, assim concebida, guardando semelhanças com a linguagem natural.

Construída socialmente e dotada de uma certa estabilidade, a música, enquanto sistema simbólico, permite-nos pensar em uma descrição com inspirações na formalização de tipo saussuriana. Assim, a primeira etapa da análise dos fatos musicais, que faz intervir o nível neutro, é a que visa (como na lingüística saussuriana) obter ou abstrair um conjunto de regras que subjaz-lhe, que torna-os possíveis, que façam de cada fato

individual uma variação prevista pelo conjunto de regras. A identificação e formalização deste princípio é que vai permitir-nos identificar uma obra musical como derivada ou não deste princípio ordenador.

Vai ser, pois, este "lugar abstrato", construído como referência "universal", no sentido de ser objetivo, que sustenta a hipótese de uma língua distinta de uma fala. Temos assim constituído, na concepção de Molino para análise semiológica, o princípio ordenador de toda análise que se pretenda científica. Há aqui uma plena realização da oposição conceitual de sincronia e diacronia.

Busca-se uma análise rigorosa e sistemática, elegendo e delimitando uma esfera pura do fato musical, que se intenciona livre de elementos pragmáticos. Neste nível, onde é concebida a autonomia das formas simbólicas, identificamos o momento em que o sistema ou estrutura a ser construída é passível de uma combinatória saussuriana. Nestes termos, uma análise é realizada pela verificação sistemática das possibilidades combinatórias entre os elementos tomados, que são, nestas circunstâncias, elementos arbitrários, opositivos e relacionais.

Ora, a própria música, tanto quanto a linguagem natural e mais do que os fatos sociais como os sistemas de comunicação, ajuda a perceber esta realidade, os fatos musicais não são fatos positivos, são, na realidade, rede de relações, o que permite que sejam considerados como sendo estruturados como uma

linguagem, inclusive na concepção saussuriana de linguagem.

O aspecto relacional do signo musical, referido no parágrafo anterior, é facilmente compreendido, quando no nível neutro o significado do signo musical apresenta-se como descrição do significante. Para tal demonstração, podemos recorrer a um exemplo do que acontece quando dois elementos ou mais de uma partitura musical são reconhecidos como ré maior, ré menor e sol maior, por exemplo. Tal estágio descreve as notas como sinais cujo sentido é o reenvio às regras de combinação sugeridas pela sintaxe musical. Nestes termos, o sentido é dado segundo sua função dentro do sistema musical.

A produção do significado, no nível descrito, é intra-simbólica, uma vez que o que importa é o sistema, isto é, uma vez que todo signo musical é considerado apenas enquanto valor, apenas em sua função diferencial. O significado é sistêmico.

A análise do nível neutro, quando ocupa-se, por exemplo, de uma partitura musical, refere-se a um sistema simbólico que apresentaremos como dotado de pelo menos três níveis (três articulações), como descrito por Molino em seu artigo *F.M.eS.M.*, são eles: a nota, o bloco elementar de notas e o conjunto de blocos elementares. Com isto, a análise semiológica neste nível passa das unidades irreduzíveis (as notas) às de níveis superiores (o bloco elementar e o conjunto de blocos elementares).

Podemos agora identificar ou postular uma

semelhança funcional entre a nota musical e o fonema, aproximando o léxico finito das notas musicais do sistema fonológico da linguagem natural, no que ambos apresentam uma articulação de base, um sistema suporte que se apresenta formal.

Quisemos dizer que a música, uma partitura por exemplo, apresenta vários níveis de articulação, além do sistema suporte, níveis estes que deixam gradativamente de ser formais, a exemplo dos monemas da linguagem natural, pois, como no caso da linguagem natural, os traços estilísticos que aparecem no uso do sistema suporte, criam novas articulações que veiculam conotações extra-simbólicas, isto é, referências ao exterior do simbolismo. Com isso, após a articulação de base, nenhuma combinatória, por mais sofisticada que seja, poderá manter-se estritamente formal, isto é, gerar um formalismo idêntico ao tematizado, dar conta exhaustivamente de um texto musical. Isto, a exemplo da linguagem natural, onde se vê que a noção de sintaxe é relativa e que a recusa da semântica é apenas um ideal a ser perseguido. É o momento em que a combinatória estritamente formal encontra seus limites.

Quisemos dizer que, apenas relativamente ao sistema de base, ocorre o que pode-se chamar fechamento, ou ainda, um sistema estrito. Tal característica afrouxa-se nos demais (dois) níveis de consideração do fato simbólico, por ocasião do que, diz Molino que "uma análise puramente formal é impossível, uma vez que sua substância, enquanto material sonoro,

apresenta dados semânticos ou pragmáticos".(Molino 1975, p. 56)
Por isto, não pode permitir a constituição de um simbolismo estrito, embora permita um processo organizado e dotado de estabilidade, o que permite falar em formas ou quase-estruturas simbólicas. A língua, aqui concebida, não ocorre enquanto um sistema algorítmico, mas enquanto uma combinatória saussuriana.

Quanto aos demais níveis de análise semiológica, o poiético e o estésico, relativamente à noção saussuriana de sistema, resta-nos verificar se enquanto "sistema" podem ser considerados como dotados de unidades definidas por elementos arbitrários, opositivos e relacionais, o que tornaria possível uma análise combinatória saussuriana. Podemos, a exemplo da língua que enforma a substância fônica, conceber um sistema estável de regras que permita a formação de tais "sistemas"? Mesmo que tenhamos reconhecido que todo fenômeno simbólico "é matéria submetida a uma forma"? (Molino 1975, p.46) Longe de serem retóricas, as questões levantadas supõem o fato de que uma obra musical, no pouco ou quase nada que comporta de sistema de comunicação, "toca" o ouvinte provocando neste uma evocação, por isso, diremos que sua capacidade (ou virtude) maior, não sendo a de estabelecer comunicação, antes, é a de evocar. Esta atitude, que é a de trazer algo à imaginação, permite a cada ouvinte, ainda que do interior de uma comunidade cultural homogênea, reagir (sentir, emocionar-se, alegrar-se etc..) e em seguida verbalizar com liberdade e desembaraço.

Tomando pelo aspecto evocativo da música, por exemplo, a subjetividade ganha asas, tornando escorregadio e ampliando o desafio e as dificuldades de sua formalização. Em vista da diversidade constatada nos níveis de produção e de recepção dos fatos simbólicos, da música, por exemplo, devemos reconhecer que a proposta de Molino para estabelecer limites, fugindo assim da diversidade, corresponde plenamente aos critérios de restritividade sugeridos por Saussure. Lembremos que para Barthes, tal diversidade correspondia justamente ao seu desígnio de elaboração (extração) interminável de significações, relativamente a um fato simbólico.

As últimas considerações podem ser ilustradas com referência ao exemplo dado em páginas anteriores de K. Hevner, onde nos cumpre apontar que a tentativa de formalização, empreendida na análise do momento estésico das obras pesquisadas, isto é, o recurso de delimitação ou fechamento do campo estésico do ouvinte, constitui uma atitude metodológica. Dissemos metodológica no sentido de que se apresenta como uma atitude que, diferentemente do procedimento dos Semiólogos da Comunicação, cria um ponto de vista instaurador de estruturas pretendidas.

Quisemos apontar para o fato de que, na medida em que os adjetivos antecipadamente definidos e estipulados por Hevner criavam um campo possível de pesquisa, desenhavam uma configuração cujo significado acabava sendo dado pela via do corte sincrônico que nada mais é do que um intervalo, uma média

estabelecida através de elementos recortados da experiência. A própria finitude relativa ao campo de interpretações possíveis por parte da recepção, do ouvinte, criava um tema de análise próximo da noção saussuriana de sistema; portanto de um significado dado intra-simbolicamente.

O analista citado, tratou de circunscrever metodologicamente o campo virtualmente infinito de possibilidades semânticas, relativo ao trabalho de recepção do ouvinte. O resultado é um campo artificialmente definido, válido enquanto recurso metodológico, pois é o "preço" pago pelo processo de objetivação.

Preço este, pago e reconhecido pelos autores como Naud, Hevner e Molino que aventuram-se em estender a análise científica para os dois campos (produção e recepção) de apreensão dificultosa.

5.7 Conclusão

Por fim, a música deve fazer parte da semiologia, não por assemelhar-se ou deixar de assemelhar-se com a linguagem natural (mesmo considerando as aproximações e afastamentos), mesmo porque Molino não reconhece a linguagem natural ou a lingüística que a estuda, como padrão geral da semiologia.

Deve fazer parte, não porque Molino usa como critério de exclusão ou inclusão, uma classificação de sistemas que devem ou não fazer parte da ciência semiológica (como

fazem os semiólogos da comunicação), mas porque a música pode, pelas características vistas, ser considerada sistema simbólico, preenche tais condições e, como tal, insere-se no projeto de uma ciência geral do signo.

Não obstante, a proposta semiológica de Molino, de instituição de uma tal ciência, pretende ser vista, não como uma maneira diferente de tratar os sistemas simbólicos, ao ponto de que possa ser chamada de anti-saussuriana, ou qualquer coisa que se lhe oponha. Antes disso, acusaremos Molino, num tratamento bem particular, de pretender ser "mais realista do que o rei", isto é, mais saussuriano do que Saussure.

A ênfase dada no parágrafo anterior tem o objetivo de apontar para sua pretensão de ser, parece-nos, um continuador fiel, não no sentido de reprodutor, mas no sentido de "levar adiante" uma proposta que toma de Saussure, fazendo-a evoluir. Evoluir a partir do interior dos princípios que o próprio Saussure preconizou, fazendo "explodir" os limites da ciência semiológica.

Trata-se como já dissemos anteriormente, de uma tentativa, por parte de Molino e de seus seguidores, de estender o movimento de formalização aos campos da produção e da recepção da obra musical, isto é, estender sobre os demais planos ou níveis complementares o projeto de sistematização de inspiração saussuriana.

Recordemos o dizer de Molino, para quem "a análise sintática combinatória nada mais é do que uma etapa, necessária

mas provisória, de análise do fato musical, a segunda etapa consiste em integrar as outras dimensões da obra dentro da análise que desabrocha novos cortes e novas relações." (Molino 1975, p. 56) Tal concepção é que nos interessa analisar, em termos de que nela encontra-se uma possibilidade de produção de modelos científicos para os níveis de produção e recepção dos fatos simbólicos.

Em nosso entender, a adoção da etapa combinatória com inclusão dos dois níveis suplementares representa a pretensão relativa ao mencionado "avanço" em relação à proposta saussuriana.

Assim, sua contribuição é a de instaurar um ponto de vista (exemplificado em Naud e Hevner) que crie as condições, ainda que restritas, de se organizar sistematicamente, isto é, promover uma unidade em um campo de pesquisa tão diversificado como o dos fatos humanos. Vimos as limitações e a própria contribuição que visa explorar as possibilidades de classificação mais sutil e refinada dos fatos simbólicos. Colocando, assim, a inovação de que, mesmo que se trate da música, da linguagem natural ou ainda de outros sistemas simbólicos, o enfoque deve ser dado para a articulação dos três níveis de análise, prescreve Molino.

Por fim, certo de termos, ao menos tentado, situar a proposta semiológica de Molino na perspectiva saussuriana, damos por encerrado este capítulo. No próximo estaremos realizando uma leitura, relativamente ao capítulo

presente e aos dois anteriores, na perspectiva em que Granger permite-nos analisá-los. Estaremos utilizando o instrumental teórico fornecido por Granger para interpretarmos as práticas semiológicas dos Semiólogos da Comunicação, de Barthes e de Molino.

6. INTERPRETAÇÃO DAS ATIVIDADES SEMIOLÓGICAS DE TRADIÇÃO SAUSSURIANA NA PERSPECTIVA DE GRANGER

6.1 Delimitação do tema

Recapitulemos que, por Saussure a Semiologia foi concebida como um projeto científico visando à elaboração de um estatuto autônomo no campo das ciências aplicadas aos fatos humanos, aos fatos simbólicos. Por isso, não a chamaremos aqui uma ciência, mas um programa regulamentador de uma atividade que se pretenda científica dos fatos mencionados. Isto no sentido de que tal programa visa definir as circunstâncias e procedimentos de uma ciência humana.

Diremos também que Saussure forneceu-nos uma "forma vazia", cuja substância é variável. Deriva disto o fato de que a noção de sistema pode ser aplicada a diferentes substâncias que venham encaixar-se nela, isto é, diferentes substâncias que permitam ou recebam enformação.

Recapitulemos também o que representou Granger quanto ao seu trabalho de sistematização da atividade semiológica. Como vimos, Granger partiu da noção saussuriana de sistema, noção esta que elabora a concepção de estrutura, funcionando como seu prelúdio. Nestes termos, o conceito de Semiologia II, que é grangeriano, constitui, relativamente à noção saussuriana de sistema, uma sistematização, como diz Lahud

"uma formulação precisa e conseqüente". (Lahud 1972, p.130) Entendemos esta formulação como um dispositivo que faz avançar a noção saussuriana de sistema rumo a uma proposta estruturalista autônoma em ciências humanas. Uma formulação que promove "um acabamento daquilo que em Saussure apresentava-se apenas sob uma forma profética". (Lahud 1972, p.130)

Posto isto, analisaremos no presente capítulo, as atividades semiológicas de tradição saussuriana, da maneira como a doutrina de Granger permite-nos pensá-las. Trata-se de fazer uso do instrumental teórico oferecido por Granger para organizar (ou mais adequadamente; promover uma organização à sua luz) as mencionadas atividades semiológicas.

Tal propósito será executado ao longo do presente capítulo, dedicando um tópico aos Semiólogos da Comunicação, o seguinte para Roland Barthes e, finalmente, um para Jean Molino. Pretendemos assim interpretar a contribuição destes relativamente à construção do "domínio" criado por Saussure.

Porém, tendo realizado ao longo do capítulo II dedicado a Granger, apenas algumas indicações relativas à filiação deste ao saussurismo, convimos ser prudente dar início evidenciando na concepção grangeriana de Semiologia II ("cuja estruturação é essencialmente a de uma combinatória saussuriana" (Granger 1968, p.159)) os aspectos ou pressupostos que encontram seus correspondentes em Saussure.

Assim agiremos, considerando que tentaremos identificar

ou localizar em Granger a identificação de sua concepção de Semiologia II com a proposta semiológica de Saussure. Nestes termos, a busca dos pressupostos saussurianos em Granger, não recairá sobre seu conceito geral de Semiologia, que envolve I e III, mas tão somente sobre Semiologia II.

6.2 Saussure na perspectiva de Granger: Semiologia II

Considerando que investigar a possibilidade de uma concepção semiológica ser saussuriana equivale a verificar de início se comporta um aspecto estruturalista, comecemos por reconhecer afirmativamente que a concepção grangeriana é estruturalista.

Granger definiu o objeto de uma ciência humana baseando-se na concepção de sistema, onde a idéia mestra de uma estrutura articulada, que é originalmente lingüística, promove a tentativa de conhecer objetivamente um fato humano por intermédio de uma redução da experiência a um sistema de marcas correlativas. Assim, relativamente ao aspecto estrutural ocorre uma plena identificação entre a proposta saussuriana e a concepção semiológica de Granger.

Contudo, Granger aponta no prefácio da segunda edição de Pensée Formelle et Sciences de L'Homme, para a adequação de outros modelos além do sistema fonológico (proposto pela lingüística), no conhecimento dos fatos humanos. Nestes termos, sua proposta deixa de modelar-se

exclusivamente sobre o modelo lingüístico, reconhecendo que este é apenas "um paradigma admissível de sistematicidade" (Granger 1965, p.5) Para ele, o estruturalismo é metodológico, é o projeto que se põe para a construção de um objeto científico, reconhecendo um pluralismo nos modos de objetivação, segundo uma concepção ampliada de semiologia que admite, como vimos, uma formalização estrita (Semiologia I) e outra, construção de sistemas significantes (Semiologia II).

Resta-nos analisar em que termos a noção saussuriana de sistema que respaldou a concepção grangeriana de modelo, guarda correspondências com esta última, ou ainda, explicitar os aspectos unívocos que apresentam. Muito embora deva ficar claro que a *langue* é o sistema da linguagem natural, por isso tema de estudo da lingüística, enquanto a concepção de objetivação dos fatos humanos presente em Granger aplica-se a todo procedimento científico que vise construir modelos abstratos de um vivido qualquer.

Procedendo a tal análise, recordemos que em Saussure o centro de gravidade do conhecimento propriamente científico é o sistema, onde a língua é sincronicamente considerada em sua imanência. Queremos dizer que tal concepção, presente em Saussure e igualmente em Granger, assevera como princípio regulador da atividade científica o exercício de um procedimento que promova progressivamente a separação ou isolamento da noção de tempo, uma redução da historicidade

das experiências humanas.

A mencionada redução respalda o estabelecimento de bases sincrônicas, que constitui o primeiro plano de interesse científico. Procede Granger discernindo os elementos (as constantes invariáveis) de um conjunto de fatos, descrevendo suas ligações sintáticas.

Resta-nos verificar os aspectos básicos de tais ligações na concepção grangeriana. Sabemos que a noção de estrutura, segundo Granger, prevê elementos regidos por relações internas, portando sem a presença de motivações a partir de seu exterior. Esta concepção de estrutura atesta o aspecto anti-convencionalista que comunga com Saussure, aspecto este que também é anti-psicologista.

Tais aspectos oferecem maior segurança para situar o trabalho de Granger na linha de evolução do projeto saussuriano, uma vez explicitado que Granger vislumbrou no movimento de formalização da lingüística estrutural de Saussure, a inauguração de uma vigorosa perspectiva de procedimento científico.

Podemos também reconhecer que, na doutrina grangeriana, o que ocupa um espaço majoritário é o movimento de formalização, a constituição de uma concepção de pensamento formal. Compreendemos assim que o pensamento formal em Granger é, como um todo, concebido como um trabalho que permite a objetivação do vivido. Nesta busca, Granger encontra a figura histórica do estruturalismo lingüístico, que é, lembremos, uma de

suas manifestações nas ciências humanas. Atribuindo aqui maior importância ao conceito de pensamento formal, concluímos que a intenção de Granger é a de esclarecer, pela via do estruturalismo, o papel que este pode desempenhar em favor de um pretenso movimento de formalização, em especial no que diz respeito às ciências humanas.

Por fim, a compatibilização entre estruturalismo e formalização como método de conhecimento científico permite-nos promover a filiação de Granger a Saussure. Esta filiação autoriza-nos, nos próximos tópicos, a promover a prometida interpretação dos trabalhos produzidos por autores de tradição saussuriana, utilizando como instrumental os conceitos grangerianos de Semiologia II (científica) e III (filosófica), já apresentados no capítulo anterior.

Servir-nos-emos da teoria semiológica de Granger no exame dos problemas e dificuldades encontradas nas obras dos mencionados pós-saussurianos, sempre lembrando que a distinção entre uma semiologia científica e outra filosófica ocorre (sempre) relativamente ao nível das análises a que se referem, sendo um abstrato, visando objetivação e outro no nível da organização e interpretação do vivido, respectivamente.

6.3 Leituras dos Semiólogos da Comunicação na perspectiva de Granger

Começemos por asseverar que a chamada Semiologia da Comunicação encontra-se distante do que aqui chamamos de uma semiologia científica (Semiologia II) como a concebe Granger. Isto é o que procuraremos demonstrar.

A corrente semiológica em análise, sabemos, assumiu os fatos simbólicos de comunicação como campo e limite de uma atividade semiológica que se pretendia científica. Tal escolha feita pelos Semiólogos da Comunicação corresponde justamente à interpretação que os representantes desta corrente realizam da doutrina saussuriana. Inclusive, por tal escolha, jamais puderam alcançar o nível de abstração requisitado pela análise científica, como a definimos com Granger.

Quisemos dizer no parágrafo anterior que, tendo eles posto como critério de atuação e seleção, relativamente aos diferentes sistemas simbólicos, a oposição índice/sinal, instituíram uma realidade que chamaremos de psico-social, uma vez que, como já descrito, é signo o sinal que remete a um significado que é estado de consciência e cujo reenvio apresenta-se motivado.

Ora, nada mais anti-grangeriano do que a realidade ou o campo que criaram com tal critério, uma vez que para Granger a legítima realidade da qual se ocuparia o semiólogo é o sistema, isto é, a rede de elementos relacionados por uma valorização opositiva e interna ao sistema, isto é, ao modelo explicativo que deveriam elaborar relativamente ao fato tematizado.

Em verdade, a própria elaboração do critério seletivo (índice/sinal) já corresponde a uma etapa não considerada necessária por Granger, uma vez que, para ele, o importante no procedimento científico é a organização da meta-linguagem a ser aplicada sobre os sistemas simbólicos, isto é, para Granger, o que importa, independentemente do fato que se toma por tema de análise, ou de critérios que o distingua, é o tratamento que vai ser atribuído ou aplicado. Importa a produção de modelos abstratos explicativos do fato tematizado. Isto, uma vez que não encontramos na obra de Granger critérios *a priori* para distinguir com precisão se um sistema simbólico é composto de índice ou de sinal. A distinção realizada pelos Semiólogos da Comunicação é de caráter metodológico e, na prática, nem sempre pode ser realizada com sucesso.

Estamos considerando e procuraremos demonstrar com exemplos, que a análise semiológica empreendida pelos Semiólogos da Comunicação não realiza a passagem dos fatos que tomam por tema, que aqui tomaremos a iniciativa de chamar de proto-objeto, a um nível superior de modelo estrutural.

Prieto realiza uma classificação dos diferentes códigos de comunicação, como ele mesmo reconhece no exemplo que será dado a seguir. Sua classificação não toma como critério distintivo a função dos códigos, uma vez que já reconhecemos ser a mesma em todos os códigos desta natureza: transmitir mensagens, possibilitando a comunicação. Para efeito de exemplificação da

prática semiológica de Prieto escolheremos uma classificação de códigos que toma por critério os "mecanismos de economia" apresentado na página 143 de Mensagens e Sinais.

A apresentação, ainda que sumária, de tal classificação tem o objetivo de ilustrar um trabalho de análise que procuramos desvincular de um procedimento semiológico como prescrito por Semiologia II de Granger. Reproduziremos aqui a detecção de um interessante "mecanismo de economia" que é a presença na conformação dos códigos da primeira e ou segunda articulação uma vez que, para Prieto "um código pode apresentar ou não a primeira articulação independentemente do fato de apresentar ou não a segunda e vice-versa, é preciso distinguir, neste particular, quatro tipos de códigos". (Prieto 1966, p.143) Destes, apresentaremos dois.

Há por exemplo, um tipo de código que apresenta a segunda articulação (uma vez que apresenta apenas um conjunto fechado de sinais, composto por um léxico finito e regido por regras definidas convencionalmente), mas não a primeira, deste tipo podemos destacar os "sinais de braços dos marinheiros" (já apresentado no capítulo 2).

Neste tipo de código (perceba-se que a intenção de Prieto é a de estabelecer uma tipologia dos códigos), o sema, que é definido como entidade bi-facial que designa os elementos convencionais pertencentes a sistemas convencionais, é composto por um número finito de sinais que são as vinte e seis diferentes posições das bandeiras e por suas

vinte e seis letras do alfabeto latino postas em correspondência, estas letras assumem neste sistema a condição de mensagem. A produção dos semas dá-se em decorrência da associação que o código promove das duas partes envolvidas, determinando um número finito deles, o que acaba por constituir um conjunto ou sistema formal, artificialmente (fechado) delimitado.

Assim, diferentemente do código que subjaz a linguagem natural, nele só há possibilidade de articulações sintáticas e formais, não há possibilidade para articulações de níveis superiores, onde o uso específico e particular do sistema de base não faz introduzir novas referências, novas articulações semânticas. Trata-se, portanto, de um tipo específico de código que Prieto identifica em sistemas de comunicação como os mencionados sinais de braços utilizados pelos marinheiros e que, por sua análise, fica descritivamente identificado e explicitado.

Um outro tipo de código, onde se constata a dupla articulação, seus semas, diz ele na página 148 da mesma obra, "são analisáveis em signos, e, por sua vez, os significantes dos signos são analisados em figuras." Um sistema com esta característica é muito bem exemplificado na linguagem natural (lembrando que para eles a linguagem natural é um sistema simbólico de comunicação), que apresenta uma articulação formal de base fonemática, cujo léxico de significantes elementares é finito possuindo regras sintáticas que os concatenam. Apresenta

também uma articulação superior, que é a monemática, igualmente regida por códigos que os concatenam. Neste nível, dada a introdução de elementos referenciais, tais códigos apresentam, sem dúvida, maior complexidade.

Cremos poder reconhecer que, por intermédio de uma tal classificação, o trabalho de Prieto realiza, relativamente a um sistema simbólico tematizado, primeiramente, um realce da função de tal sistema, da sua utilização, da sua ocorrência em diferentes modalidades de comunicação, da sua produção e de seus elementos. Promove assim um comentário relativamente a sistemas (motivados) fechados situando-os em um contexto mais amplo que vai do seu modo de elaboração ao seu modo de reenvio.

Podemos por fim dizer que ele não realiza um recenseamento que tome os fatos simbólicos como elementos quaisquer para, ao relacioná-los, obter um sentido proveniente de seu interior, intra-simbólico, portanto, antes, realiza o comentário da associação de um significante a um significado que é dado extra-simbolicamente pela intencionalidade do código, com o que não se trata de um significado no sentido de Saussure. Não ultrapassa, pela pesquisa estrutural, o caráter individualizado da observação, antes, realiza apenas a etapa onde os fatos são observados e descritos. Não promove assim uma análise de sentido, não pode, pois, ser assimilado a Semiologia II.

Permanecem, assim, em uma fase que tomaremos a liberdade de chamar de "ciência do concreto" - onde os fatos

tematizados são submetidos a um estudo individualizado, enquanto sistemas particulares e submetidos a classificações e inventários. Tal prática, enquanto atividade preliminar de "reconhecimento de campo" pode funcionar como estágio preparatório, propedêutico, embora seja indispensável o salto qualitativo propugnado pelo pensamento objetivo em direção a uma atividade de abstração, de produção de modelos abstratos.

O salto qualitativo a que nos referimos no parágrafo anterior, corresponde ao que se propõe Lévi-Strauss na abertura de sua obra O Cru e o Cozido, de ultrapassar a etnografia, que trabalha com categorias empíricas, em direção à etnologia ou análise estrutural que supera o sensível em direção ao inteligível, ao formalmente inteligível. Neste sentido, cremos ser possível aproximar o trabalho de Prieto ao de uma etnografia segundo L. Strauss, na perspectiva que o conceito de Semiologia II de Granger nos permite pensá-lo, residindo nesta prática a contribuição de tais autores na pesquisa de obtenção de formas autônomas relativa aos fatos humanos.

6.4 Leituras de Barthes na perspectiva de Granger

6.4.1 Delimitação do tema

Iniciaremos a interpretação da prática semiológica de Roland Barthes respeitando a ordem de apresentação de suas obras, como foram expostas no capítulo a ele dedicado. Contudo, desta

feita aplicaremos a análise apenas sobre Mitologias e Sistema da Moda por serem estratégicas e suficientes para ilustrar a caracterização em termos de Semiologia II e Semiologia III que pretendemos realizar.

6.4.2 Mitologias: ciência ou interpretação?

Procuraremos reconhecer se em suas análises Barthes ofereceu-nos relativamente a cada fato (ou conjunto de fatos) estudado, um sentido (como definido por Granger). Assim estaremos interpretando seu trabalho em termos do conceito grangeriano de Semiologia II, isto é, de uma determinada concepção de atitude científica.

Barthes, como já demonstrado no capítulo três desta dissertação, insiste sobre as possibilidades múltiplas do conceito, sobre seu caráter aberto e circunstancial. Podemos assim dizer que em Mitologias, do ponto de vista de Semiologia II, Barthes não realiza uma organização objetivante dos fatos tematizados. Rememorando o exemplo citado, da análise da publicidade do sabão em pó, no capítulo IV, concluímos que o que promove de fato é um desmascaramento de uma significação embutida de abusos ideológicos. Realiza uma recuperação, um trazer à luz as tais ideologias, já que o mito contemporâneo foi por ele apresentado como um modo de promover significações, isto é, associações de um significante a um significado sobrecarregadas de ideologias,

justamente o que é permitido pelo aspecto arbitrário-motivado da significação mítica. Seu desmascaramento consiste, assim, em evidenciar, mostrando o processo de construção do mito, seu aspecto anti-natural de significação, mostrando por exemplo, como a ação abrasiva dos detergentes pode ser encoberta pela transparência e suavidade da espuma de Omo.

Com este trabalho, aponta, pela via da desconstrução do sistema mítico de significação, para o tipo de código que associou intencionalmente o que era signo em um sistema primitivo, transformando-o em significante de um novo sistema (por isso de segunda ordem) que recebe a coordenação de um novo significado (o desejado), instituindo por este mecanismo o signo mítico ou de segunda ordem.

Realiza, nestes termos, um comentário relativamente aos componentes do signo mítico e ao sistema de regras que os relaciona procurando desmistificar, desarticular tal sistema de segunda ordem. Desarticula um sistema significativo (como o de campanhas publicitárias), relacionando-o com contextos mais amplos, que seriam os interesses comerciais, políticos, ideológicos, entre outros. Relaciona o sistema com sua produção, com os métodos de produção e com os interesses em produzi-lo.

Podemos, por isso, atribuir para Barthes a prática de interpretação dos processos de significação, segundo Granger, no sentido de que interpreta a obra apontando para o trabalho de articulação do sistema de propaganda, por

exemplo, que é simbolização, atribuindo, segundo sua interpretação pessoal, significados que correspondem ou poderiam corresponder aos pretendidos pelos publicitários.

Tal prática manteve seu trabalho no nível do sensível, da interpretação do vivido, sem promover o salto qualitativo da abstração de um conceito que subjaz ao sistema. Nestes termos, a obra de Barthes segue sem elaborar modelos abstratos dos mitos contemporâneos, isto é, sem realizar, semelhantemente aos Semiólogos da Comunicação, o salto qualitativo da formalização, que é pré-requisito do pensamento objetivo segundo a concepção científica-semiológica (Semiologia II) de Granger.

Sua Semiologia realiza, pela via do esclarecimento de um significado determinado por uma rede conceitual extra-simbólica, uma semiologia hermenêutica, pois refere-se a um significado, que é, segundo Granger, uma significação. Realiza o que bem diz Lahud: "uma interpretação de significações, filosofia dos mitos da burguesia dos anos cinquenta." (Lahud 1972, p.121)

6.4.3 Sistema da Moda como análise estrutural

Sabemos que sua meta em Sistema da Moda era o de promover uma análise sistemática e estrutural do vestuário feminino, tal como descrito pelas revistas especializadas. Assim, por questões metodológicas ocupou-se do que chamou vestuário-descrito.

A vantagem desta opção, dita metodológica no parágrafo anterior, apóia-se no fato por Barthes reconhecido de que a estrutura plástica do vestuário real é, por intermédio de sua descrição lingüística, alçado à condição de "estrutura verbal" (por isso sem apresentar uma função de uso ou estética). A estrutura verbal é constituída visando promover uma significação (no sentido de Barthes; como terceiro termo de um signo de segunda ordem), isto é, visando estabelecer um significado que é a própria moda. Além disso, por instituir uma moda, fornece ou cria um período de estabilidade de pelo menos um ano, o que dura um modismo. Isto fornece como que uma sincronia, um intervalo cujos significados devem manter-se estáveis.

A opção pelo vestuário descrito é bem explicitada quando nos diz (contrapondo ao vestuário fotografado o descrito) que "a imagem coagula uma infinidade de possíveis; a palavra fixa um único e certo sentido." (Barthes 1967, p.26) Assim, está considerando que o vestuário descrito dispõe de uma pureza estrutural, inclusive quando diz que "ele não comporta qualquer ruído, isto é, nada que perturbe o sentido puro que transmite.", (Barthes 1967, p. 31) isto é, cria uma organização de nível superior ao descrever o vestuário fotografado.

Podemos agora entender em que termos a descrição lingüística realça o vestuário fotografado a um sistema mais

seguro e estável de significação. Fica assim esclarecido, cremos, o simbolismo tematizado por Barthes em sua análise pretendidamente estrutural. Ora, o vestuário descrito promove uma significação, é portanto um simbolismo sobre qual Barthes deveria incidir uma análise estrutural. De fato, o que queremos comentar é a maneira como Barthes opera esta estruturação.

Na perspectiva de Barthes o semiólogo deve, diante do sistema simbólico que procura operar, tão somente reconstituí-lo. Assim procedendo, o analista acaba sobrepondo uma linguagem, uma nomenclatura, ao sistema tematizado. Sua função é a de pôr em evidência os significados latentes, escorregadios e de difícil controle que o sistema tematizado pode comportar.

Neste nível fundamentalmente a meta-linguagem do analista não visa elaborar sentidos (pela via da construção de modelos abstratos), mas simplesmente operar uma análise que reconstitua, descreva e compreenda o sistema tematizado, como vimos no exemplo citado no capítulo IV.

Queremos dizer que sua análise limita-se a expor a construção da linguagem do vestuário descrito, expor seu processo de produção de significação. Sua análise organiza na própria estrutura do vestimento descrito significações "latentes", não obtendo sentidos (como entende Granger) a partir de uma estrutura que supere, que sobreponha o sistema de base; permanece neste nível, comenta-o. Sua visão de sistema é impregnada pela exterioridade do vivido, por sua motivação (ideológica), o que o afasta tanto de Saussure como de Granger.

Seu trabalho de inventariar e classificar os elementos do vestuário descrito (definindo-os segundo gêneros e espécies) que aparecem nas legendas de publicações de moda não superam a fase preliminar que é justamente a de expor os mecanismos de produção de significações do sistema simbólico tematizado.

Embora Barthes declare tencionar uma estruturação (saussuriana) do vestuário-descrito, realiza o que na perspectiva de Granger chamaríamos de comentário sistemático da moda, uma vez que aponta para a presença político-ideológica na descrição da moda feita pelas publicações.

Indiquemos aqui, brevemente, a crítica que Granger fez a Barthes nas páginas 150 e 151 de seu artigo "Língua e Sistemas Formais", publicado em Filosofia da Linguagem, onde aponta para os problemas decorrentes da conversão em linguagem natural de um sistema como o vestuário, ou outro qualquer, que não se encontre estruturado como esta. Assim, reconhece Granger que a tomada, que realiza Barthes, do vestuário-discurso para análise, tem valor metodológico para quem quer descrever e explicar fatos humanos, mas adverte que para que seja feita uma determinação correta do objeto científico a distinção deve ser feita. Isto quer dizer que, para Granger, nem todo fato humano pode ser assimilado a uma língua, uma vez que não apresentam necessariamente a estruturação desta. Nestes termos, analisar o "costume-discurso" é diferente de analisar o "costume-coisa", como também o "costuma-sinal" (são expressões de Granger na página 151 do artigo) o que, contudo, mantém seu valor de

análise desde que seja uma decisão metodológica explícita.

Continuando, a conclusão que Barthes chega é que a descrição do vestuário pelos modistas visa obscurecer a consciência do comprador, impondo ao vestuário, pelas significações que cria, novas motivações para comprar, renovando o ímpeto consumista na medida em que a moda é renovada anualmente. Sobre este processo de criar significações, Barthes comenta que "a moda domestica o imprevisto sem todavia lhe retirar seu caráter de imprevisto." (Barthes 1967, p.318)

Sua análise visa esclarecer as persuasões que um sistema de prescrição de valores e condutas (anualmente renovadas) impõe ao consumidor. Realiza nesta obra, mais uma vez, seu objetivo de Mitologias, de denunciar ideologias desarticulando a "farsa" dos sistemas simbólicos, realizando uma desconstrução do sistema simbólico tematizado, evidenciando seus propósitos, seu processo de construção etc.. Realiza uma exposição sistemática do processo de significação elaborado pelas publicações de moda.

Enfim, integra de forma sistemática o sistema tematizado ao seu contexto mais amplo. Aponta, por exemplo, para o fato de que a moda esconde a relação arbitrária da significação que promove, fazendo com que significante e significado pareçam associados por causa (ou direito) natural. Mais uma vez, atua apontando para o caráter artificial de tal sistema simbólico, mostrando como ocorre seu processo

de significação, no caso, da produção da moda, onde o enunciado descrito constitui um sistema que associa ou articula o próprio vestuário com a moda, ou ainda, o significante ao seu significado, o que evidencia um tipo de significação muito propensa à subjetividade e dotada de pouca autonomia enquanto sistema; trata-se de um processo de significação motivado e intencional, embora diferentemente dos sistemas de comunicação que partilham destas características ainda que constituam sistemas simbólicos distintos, cujo significado é uma comunicação explícita.

Ao apontar para o caráter motivado e arbitrário do processo de significação da moda, mostra a ausência de naturalidade da associação de, por exemplo, panos leves e floridos para noites de verão, ou então, chapéu com flores na aba para passeios dominicais no campo, ou ainda tantas outras associações que um estilista pode promover. Sua análise desfaz a visão naturalista, isto é, de naturalidade nas combinações de tecidos, cores, chapéus etc., almejada pelas revistas de moda. Quanto a isto, diz Barthes que "há um paradoxo semiológico, onde uma sociedade pratica um trabalho de conversão do sensível em significante, convertendo as coisas em signos, constituindo sistemas semiológicos." (Barthes 1965, p. 313)

Assim, não obstante sua contribuição, Barthes também nesta obra, como na anterior, não ultrapassa pela pesquisa estrutural, a primeira etapa da pesquisa que corresponde à

observação e descrição do sistema tematizado. Assim, mais uma vez, não poderemos identificar sua análise semiológica aos padrões de uma semiologia científica, de uma Semiologia II de Granger. Contudo, pelo aspecto interpretativo que apresenta, ousamos mais uma vez atribuir-lhe a prática de uma descrição e interpretação do processo _de significação que tematiza. Uma semiologia hermenêutica portanto do costume-discurso, isto é, da moda descrita.

Sua contribuição reside, por fim, em disciplinar a análise recorrendo ao costume-discurso que assume, em sua perspectiva o fundamento do significado. Metodologicamente o campo tematizado é usado como sustentação da relação semiótica na produção do significado, que é a moda. Assim, não deixa de ser uma perspectiva valiosa para o conhecimento dos fatos humanos.

6.5 Leituras de Molino na perspectiva de Granger

6.5.1 Delimitação do tema

Como visto no capítulo dedicado a Molino, sua concepção semiológica foi constituída em termos de um projeto de análise científica dos sistemas simbólicos em geral. Vimos seu projeto, que identificamos de inspiração saussuriana, sendo decomposto em três níveis de análise: o da produção da obra musical, da

obra musical e da sua recepção.

Diante de tal quadro procuraremos, nos termos em que os conceitos grangerianos de Semiologia II e Semiologia III nos permitem, interpretar os três níveis de análise. Procuraremos uma identificação destas três etapas de análise em termos de procedimento científico nos padrões de Semiologia II e em termos de interpretação nos padrões de Semiologia III.

Para efeito de organização do presente tópico, designaremos primeiramente a identificação da análise da obra musical em seus três níveis, em termos de Semiologia II. Tal identificação é o que procuraremos justificar ao longo deste tópico.

6.5.2 Nível neutro ou semiologia científica

Tomando o exemplo da música, partamos do princípio de que uma obra musical ou um conjunto (homogêneo) delas, é no nível mencionado, algo organizável em termos de linguagem. Tal organização já discutida no capítulo dedicado a Molino onde foram feitas aproximações com a linguagem natural, pode ser vista em termos de uma construção social, interpessoal e arbitrária, mas não tacitamente convencionalizada que pudesse visar a uma função específica como a de comunicar uma mensagem. Por ocasião disto, o fato musical (posto como simbólico) é compreendido como uma substância sob a qual subjaz uma forma.

Pode-se assim, aplicar-lhe uma meta-linguagem perseguindo a possibilidade de uma descrição formal. A pretendida descrição, sugerida por Molino, dos fatos musicais (nestes termos tomados como proto-objeto) pretende atingir uma classificação e caracterização objetiva do que tematiza. As dificuldades inerentes a tal empresa, como já foi visto, decorrem do fato de que o sistema a ser objetivado comporta traços do vivido, apresenta-se contaminado de elementos pragmáticos, o que dificulta o processo de formalização.

Para explorarmos tais questões relativas às possibilidades de formalização do fato musical em seu nível neutro, comecemos por explicitar as características do sistema simbólico que é a música (tonal) ocidental. Consideremos que ela caracteriza-se por ser um sistema simbólico que, a exemplo da linguagem natural, apresenta vários níveis de articulação, sendo um deles um sistema formal de base que chamaremos (usando a terminologia de Granger) de sistema suporte.

Esta articulação suporte (o conjunto das notas musicais) apresenta segundo Granger, apenas relações opositivas e relativas, isto é, "um conjunto de elementos relativos e opositivos". (Granger 1979, p.112) Contudo, em seus níveis de articulação superiores (o bloco elementar de notas e o conjunto de blocos elementares, esta é a divisão feita por Molino e exposta no capítulo a ele dedicado), os traços estilísticos começam a aparecer no uso que o compositor faz do sistema suporte. Começam assim, a exemplo da linguagem

natural, a aparecer nas articulações superiores, conotações extra-simbólicas ou referências semânticas.

Vai ser, pois, justamente pela existência de articulações que funcionam para além do sistema suporte e pela metodologia empregada em organizá-las, que o projeto de objetivação de Molino assume o aspecto de um modelo "aproximadamente" formal que chamaremos semi-formal. Assim, a música, enquanto sistema semi-formalizável, pode acolher um projeto de objetivação.

Consciente disto, Molino sugere e estimula uma possibilidade de análise objetiva. Dentro desta perspectiva passa a ser possível e legítimo a objetivação dos fatos musicais, desde que lhe apliquemos a qualificação de semi-formal.

Ora, a organização de um corpus de fatos musicais, ou ainda, de títulos de obras de Jean Bruce, como no exemplo dado, visa à construção de um modelo explicativo que seja uma estrutura autônoma, visando igualmente a um certo fechamento de tal estrutura, do interior da qual obter-se-á significados, ou sentidos na terminologia de Granger.

Em sua mais recente obra, Formes, Operations, Objets, Granger reconhece o sucesso de Molino nesta análise, embora atribua o êxito à simplicidade do sistema analisado. Quer com isso, apontar para a dificuldade de emprego do método quando utilizado em situações humanas mais complexas. Reconhece Granger que "*la méthode est exemplaire*" (Granger 1994, p.281)

Por fim, tal procedimento que, como vimos, partilha do ideal de formalização, pode ser identificado em termos de Semiologia II de Granger, já que realiza a busca de um lugar universal de descrição, procedendo ao ideal de formalização.

6.5.3 Níveis de produção e de recepção

Quanto a estes dois níveis complementares, interessa-nos investigar se Molino, Nattiez, ou mesmo Naud e Hevner (dos quais retiramos exemplos) vislumbram alguma possibilidade de objetivação ou sistematização. Se for afirmativa, quais os limites para tal empresa?

Já vimos que as dimensões de produção e de recepção devem, para Molino, ser tematizadas em um processo em que "semelhantemente" ao realizado no nível neutro, obtenha-se a liberação de traços recorrentes, de invariantes estratégicos. Com isso, propõe a redução destes níveis a modelos.

Sendo assim, perguntamos: como reter os elementos constantes de uma reação em um grupo (dito) homogêneo de receptores? Como reconhecer traços recorrentes de reação entre ouvintes que só metodologicamente podem ser considerados homogêneos?

Tais questões são respondidas por Nattiez, ao considerar que uma música pode conotar reações de maneira relativamente precisa, desde que no interior de uma população homogênea. Está assim apontando para a possibilidade de que uma

análise das significações dadas pelos ouvintes a uma obra musical, possam ser identificadas pelo menos em termos de ser fúnebre ou carnavalesca (argumento já citada anteriormente).

Uma indicação tão genérica como esta, poderia basear a elaboração objetiva de modelos abstratos, do interior dos quais seriam extraídos significados (sentidos na concepção de Granger)? Pode-se vislumbrar, num campo tão escorregadio, a possibilidade de identificação de uma tal análise em termos de Semiologia II de Granger? Há, por fim, quanto à tematização dos dois níveis suplementares, uma possibilidade de visar a descrição de seu funcionamento intrínseco?

Diremos, apoiados nos exemplos examinados no capítulo dedicado a Molino e nas justificativas teóricas, que sim, pois na perspectiva Molino e Nattiez, não se deve resignar diante das evocações quando se busca uma análise objetiva. Está claro que são cômicos da dificuldade de objetivação diante da aparição de uma série de interpretantes ligados às experiências individuais dos ouvintes.

Contudo, fica a questão de como organizar do ponto de vista de Saussure e Granger, o fato musical? Como também conceber-lhe sistematicidade, em termos de objetivação, se suas significações são obtidas (ou produzidas) a partir de associações subjetivas evocadas pelo som da música, no ouvinte, compondo um sistema aberto *ad infinitum*? O mesmo valendo para o compositor que instaura "livremente"

oposições e valores que manipula exprimindo visões pessoais segundo critérios que não provêm de uma "convenção" homogeneamente estabelecida por uma comunidade. Estamos, assim, diante de um sistema simbólico, a música, que não se funda na possibilidade ou necessidade de troca de informações.

Respondemos com a pesquisa de Naud, onde é apontada uma possibilidade de semi-formalização pela priorização do caráter perceptivo (estésico) da recepção musical e não pelo evocativo. Tal procedimento, como já vimos anteriormente, visa atender aos desígnios saussurianos na medida em que promove um corte no objeto estudado, isto é, na medida em que cria metodologicamente um ponto de vista instaurador de um programa científico. Tal procedimento pode ser caracterizado como uma variação de grau em relação ao corte sincrônico proposto por Saussure e não como algo que se lhe opõe conceitualmente. Concebemos, assim, um vislumbre, apesar da restritividade do campo tematizado, de semi-formalização dos fatos humanos.

Refiramo-nos também às pesquisas de K. Hevner, comentadas no artigo de Michel Imberty, na página 88 da mesma revista. Trata-se, como vimos, de pesquisas que visavam à produção do nível da recepção, sugerido por Molino, desta vez, através da adjetivação da sensação musical, o que dificulta ainda mais a pesquisa. Contudo, impôs orientações aos sujeitos ouvintes nas escolhas das respostas, gerando uma escolha programaticamente induzida na

medida em que apresentou uma lista finita de 66 adjetivos para classificar as audições.

A referida imposição, presente no exemplo citado, longe de contrariar o objetivo científico que é o de caracterizar a organização própria de cada um dos níveis, visa, nos termos saussurianos, à busca do sistema autônomo que represente abstratamente o período ou intervalo enfocado.

Da maneira como foram elaboradas as pesquisas, as respostas dos ouvintes enquadram-se dentro de orientações prévias, promovendo um fechamento metodológico evitando a propalada seqüência de interpretantes na significação musical.

Reconhecemos, assim, a tentativa de semi-formalização empreendida por tais análises, pois, como diz Naud na página 72 de seu artigo, "seu inventário nos permite definir quais variáveis estratégicas tem sido privilegiadas do lado da produção e da recepção", o que constitui um caminho andado em direção à construção de uma ciência positiva do homem.

Assumindo agora o ponto de vista de Granger, elegemos como atitude sistematizante o trabalho de Hevner de pôr em evidência e organizar as impressões dos ouvintes.

Acrescentemos que as referências de Molino a procedimentos em termos de análise rigorosa e objetiva, tem na perspectiva aberta por Naud e Hevner de tomar o estésico enquanto percepção sensível, uma atitude que faz-nos vislumbrar uma possibilidade de semi-formalização para estes níveis.

Sentimo-nos agora confortáveis para encerrar a presente análise certos da apresentação das possibilidades e das propriedades de semi-formalização em sua totalidade tripartida, o que caracteriza igualmente todo fato simbólico, na perspectiva de Molino. Assim, nos níveis complementares também podemos vislumbrar uma possibilidade de semi-formalização, na medida em que reconhecemos o procedimento metodológico apresentado por Naud e Hevner, o que pode ser de grande valia para nosso intuito, bem como para o da ciência dos fatos humanos que busca a autonomia das formas representativas dos fenômenos, em termos de uma estruturação visando um certo fechamento do sistema nos níveis de recepção e produção. Pois, para além disso, identificamos que as significações atribuídas pelos ouvintes a uma obra musical, só podem receber uma organização que seja obra de uma semiologia filosófica.

CONCLUSÃO

Para concluir, pretendemos apontar para a natureza das concepções e das metodologias aqui apresentadas como pretendidamente científicas pela via do estruturalismo, que visa descrever fenômenos diferentes com instrumentos homogêneos.

A amplitude da pretensão em apontar para a natureza das concepções e metodologias estruturalistas resume-se aqui em discutir suas intenções de superação da subjetividade em direção à objetividade nas pesquisas. Trata-se de verificar as vicissitudes que o estruturalismo, que aqui identificamos como metodológico em oposição ao ontológico, enfrenta por se caracterizar como instrumento operacional que determina suas estruturas "sob ângulos".

Quisemos dizer que nosso estruturalismo considera a prática imediata e sensível como experiência confusa e desorganizada, em função do que só sua colocação em perspectiva (a de uma estrutura formal) pode alçar tal experiência ao nível do inteligível. Podemos também explicitar suas intenções evidenciando que, independentemente da quantificação e ou qualificação da ordem do mundo, sua regularidade não é aprioristicamente suposta. Assim sendo, a validade das proposições metodológicas, buscadas e obtidas no interior de um recorte determinado, não apresentam o aspecto necessário e

universal propugnado, por exemplo, pelo apriorismo kantiano, para quem as formas universais e necessárias estão na sensibilidade e, por isso, as formas da objetivação científica são concebidas como homogêneas às formas da percepção.

Nosso estruturalismo, sem recorrer ao mentalismo-essencialismo dos juízos kantianos, ou mesmo ao projeto ontológico aristotélico, permanece no nível das estruturas propostas e revisáveis, como esperamos ter demonstrado ao longo dos capítulos desta dissertação. Nestes termos, não pode ser promovida a confusão da produção de objetos (que não são pensados como substância) com uma suposta estruturação real do mundo.

Posto isto, passemos a considerar que a teoria saussuriana, como demonstramos, enquadra-se nos limites traçados pelo positivismo, isto é, a estruturação que nele identificamos, bem como em Granger, configura-se como uma abordagem positiva dos fatos humanos, que é caracterizada, repita-se, pela aplicação de um método determinado onde apenas a estrutura dos objetos pode ser considerada como conhecimento científico, pois decorre da crença de que nas formas estruturais se apresenta o conteúdo do conhecimento científico.

Procuramos demonstrar que tal característica de ação não incorpora uma perspectiva ou um componente subjetivo, uma vez que não comporta decisões subjetivas e arbitrárias mas decisões metodológicas e justificadas. Está claro que um sujeito, enquanto cientista, é posto como legislador da objetivação, o que

poderia denunciar uma relativa arbitrariedade em suas decisões metodológicas. Tal não procede, na medida em que suas decisões são justificadas publicamente, isto é, justificadas por critérios obtidos (e consentidos) do interior de uma comunidade científica que elabora e oferece os quadros de um projeto e de uma perspectiva científica.

Referimo-nos, como isento de contaminação pela subjetividade nos processos de objetivação, por exemplo, a própria noção de corte sincrônico proposta por Saussure, à de nível neutro em Molino e Nattiez, a própria escolha do mito de referência em Lévi-Strauss, ou ainda, a própria noção de modelo em Granger. Todos apontados como "pontos de vista" que instauram a perspectiva estruturalista no estudo científico dos fenômenos.

O que entendemos por "ponto de vista" estrutural? Entendemos a condição formal de conhecimento que determina *a priori* (no sentido de posto metodologicamente como anterior) um tipo de objetividade, que desempenha um plano de organização ou um projeto de objetivação. Apesar de ser anterior (*a priori*) à experiência, não se identifica com uma atividade de estruturação, conforme as normas íntimas de uma subjetividade. O ponto de vista é, num dado momento do desenvolvimento da história humana, como um sistema de formas segundo as quais um sujeito constitui seu objeto.

Quanto aos objetos mencionados, que consideramos (com Granger) da perspectiva estrutural, tomemos em Saussure, sua concepção de estabilidade temporal. Esta

refere-se ou solicita um corte na massa heteróclita dos fenômenos (lingüísticos ou não) que pode corresponder a um intervalo qualquer, seja ele de um ano, uma década, ou cem anos, contanto que funcione como algo tematizável. Assim, parte o cientista de uma realidade que seja sua própria disposição, seu próprio estilo de pôr em funcionamento uma concepção estruturalista-objetivante. Saussure, na elaboração da noção de sistematicidade da língua, onde todas as partes devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica, toma o signo lingüístico como a união de duas partes, concebendo-o e representando-o isolado do seu contexto. Há, nesta atitude, uma opção metodológica em começar pelas partes para constituir o sistema, que seria a soma destes. Evita, assim, de tomar o todo sistemático e solidário para se chegar aos elementos que encerra. O impasse, a possibilidade de partir do todo como da parte, lhe impôs uma decisão prática que desse início ao processo de definição tanto do signo como do sistema de signos, uma vez que ao final deveriam estar meticulosamente definidos. Ora, diremos mais uma vez que houve aqui uma decisão metodológica que, embora aparentemente arbitrária, justifica-se do ponto de vista estruturalista que a preside.

Assim, o ponto de vista, em nosso caso, é a própria atividade estruturalista-objetivante. Com isso, queremos dizer, com Granger, que o emprego de um simbolismo qualquer dá lugar a fatos de estilo que são, nestas circunstâncias, a realização prática das estruturas. Neste sentido, os fatos de estilo são

determináveis em relação ou referência a um simbolismo tomado como ponto de vista, como ponto de partida.

Igualmente estilística é a escolha da forma de determinação de um *corpus* sobre o qual deve ser aplicada a análise chamada por Molino de nível neutro. Vimos, quando dele tratamos, que é a intuição do analista que deve interceder para oferecer matéria-prima à análise metódica e sistemática.

Trata-se, como visto, de um material eleito da suspeição do analista relativamente à sua homogeneidade e fecundidade, que aqui significa identificar características recorrentes e parentescos sensivelmente identificáveis.

A arbitrariedade, que aqui evitamos chamar subjetividade, na escolha do ponto de partida de uma análise científica-estrutural faz-se particularmente interessante quando Lévi-Strauss diz na abertura de O Cru e o Cozido que o ponto de partida da análise pode ser escolhido ao acaso. Contudo, quando se trata de Lévi-Strauss, sua indicação tem uma fundamentação que se apóia em supostas estruturas ontológicas, nos princípios de organização contidos na matéria mítica e que só se revelam progressivamente, isto é, na medida em que a pesquisa avança e descobre a estrutura ativa subjacente aos fenômenos.

Devemos esclarecer, em tempo, que o recurso que está sendo feito a um estruturalista ontológico, bem como aos conceitos do estruturalismo ontológico, aqui apresentado como contra-ponto do metodológico, justifica-se pela necessidade de

situar melhor o estruturalismo metodológico analisado nos capítulos desta dissertação.

Retomando, trata-se de uma concepção em que a estrutura é sugerida pelos fenômenos a serem estudados, o que torna indiferente a partida situar-se por este ou aquele ângulo. Como pode-se ver, trata-se de uma solução muito "delicada" para resolver a questão da subjetividade, ou do etnocentrismo em ciências do homem, por isso daremos-lhe atenção especial nos próximos parágrafos.

Assim, verifiquemos como o estruturalismo ontológico de Lévi-Strauss lida com a dificuldade de propor estruturas. Neste, a objetividade da pesquisa é afirmada pela postulação de uma homologia estrutural entre pensamento e fenômeno. Ao proceder assim, resolve um problema criando outro, pois admite que aquilo que permite o funcionamento do modelo tem a mesma forma do modelo. Ora, supor mecanismos universais do pensamento pode, ao mesmo tempo, em que funciona como ponto de apoio, como princípio ativo de articulação, funcionar também como "armadilha" depositária de embaraços conceituais, já que se apresenta impregnado de elementos metafísicos.

Lévi-Strauss partilha de uma ontologia que considera a existência material ou a experiência histórica como trazendo em si os recursos de sua compreensão pela via da ordem que nela está expressa. Estabelece uma relação da mente com seus objetos ou temas que, nesta perspectiva, assumem a condição de

fatos existentes por si mesmos cuja presença e ordem apresenta-se em si, original e autônoma, isto é, a ordem dos fatos culturais não é recebida de nenhuma outra instância que ela mesma, devendo ser apreendida e revelada por uma mente que desta ordem natural compartilha. Seus modelos não são, por esta concepção, nem secreções da consciência nem objetos estratégicos propostos como representantes abstratos da experiência. São, em última análise, descrições de uma ordem que é descrita por ocasião de uma consciência naturalmente identificada com a experiência vivida. Apresenta assim um aspecto "frágil" na medida em que confia na estabilidade das leis do pensamento como das leis históricos-culturais.

Tal postulação introduz na querela científica um elemento que pertence ao universo da filosofia especulativa: o espírito humano, que passa a ser o elemento que funciona como raiz determinante de todo comportamento cultural. Apoiado neste elemento, Lévi-Strauss traduz ou converte o universo da cultura em universo da natureza, colocando uma estrutura natural por baixo e ao lado de toda evolução histórica.

Quisemos apontar para o que chamamos lado frágil de tal concepção, no sentido de que uma estrutura ontologicamente pensada assume, enquanto evita o etnocentrismo ou subjetivismo, o pressuposto de que algo (enquanto princípio de organização) existe anteriormente a nós e revela-se pensando em nós. Trata-se portanto, de uma pesquisa que revela, que encontra, estruturas próprias do conjunto de fenômenos. Um programa científico

alicerçado em pressupostos desta ordem, reconhece que as leis naturais do (ou no) pensamento constituem as leis culturais, por ordem do que são também naturalizadas. Em suma, opera como que um determinismo onde a questão da liberdade e da subjetividade fica submetida à rede estrutural que paira sobre nossas cabeças, que se revela em nossas consciências.

Por fim, queremos dizer que, postular que a ordem e conexão das idéias é igual à ordem e conexão das coisas foi possível, em Lévi-Strauss, por via de uma regularidade observada nos fenômenos que passam a ser alicerçados na hipótese de regularidade dos mecanismos de funcionamento da mente humana; isto quer dizer que os mitos, como as demais obras humanas, significam o espírito humano e que as leis do espírito se reproduzem nos comportamentos sociais.

O próprio Lévi-Strauss, em (recente) entrevista (03/10/93) dada ao jornal *Folha de São Paulo*, evidenciando a marca estilística de sua teoria objetivante, declara que "Para fazer ciência é preciso fazer como se o mundo exterior tivesse uma regularidade e como se a razão humana fosse capaz de compreendê-lo. Mas é "como se" ". Assim, com suas próprias palavras, reafirmamos nossa concepção de que um programa científico, seja ele de ordem ontológica ou metodológica, comporta sempre um componente de estilo no sentido de criar ou admitir teses (que se julgue suficientemente claras) sobre as quais se construirá o edifício científico.

Igualmente, o estruturalismo metodológico, de que

retomaremos agora o comentário, permite-nos defini-lo como um programa científico, ou ainda, como um recurso ou instrumento posto por hipótese com o qual nos é dado ou permitido experimentar e manipular conjuntos de fenômenos visando estabelecer entre eles, ou a partir deles, correlações cada vez mais vastas e abrangentes. Trata-se de um procedimento de predicação de estruturas, de proposição de ordens. Caracteriza-se como instrumento para determinar, de um ângulo assumido, modos de aproximação a alguns aspectos dos fenômenos.

Conforma-se como ciência que visa ao sensível, os temas que apresentam-se no interior do fluxo histórico; uma ciência do vivido, como quer Granger. É, pois, a consideração do devir, da historicidade, que levou à concepção do corte sincrônico (de Saussure) como um momento de estabilidade provisória e não essencial. Trata-se, como vimos, de uma busca de estabilidade realizada pela via do "corte" e não da "dobra" ou duplicidade metafísica que opõe ao sensível o inteligível, que visa extrair do sensível sua imobilidade dando-lhe um estatuto ontológico. Trata-se, portanto, de uma estrutura tomada como meio de investigação sincrônica sobre fenômenos afetados pela historicidade, propondo constantes mas permitindo revisão de tais propostas.

Sobre isto, Granger reconhece que, por suas peculiaridades, os quadros de um projeto não se constituem como formas originais ou puras, mas podem e comportam modificações e alterações, não de forma arbitrária ou

subjetiva, mas porque a prática assim o exigiu.

Propor um código, nesta ótica, é adiantar uma pergunta e experimentá-la sobre o resultado. Pensemos, por exemplo, em um código fonológico, este opera escolhendo um número limitado de propriedades que passam a ser "imobilizadas" num sistema abstrato de oposições que lhes confere significados. Nestes termos, tudo o que for anterior a essa operação é indiferenciado, são ruídos possíveis mas sem sentido. O código intervém justamente para dar sentido a algo que na origem não o tinha.

O exercício de tal código, contrariamente a ser concebido como algo essencial subjazendo o sistema fonológico, é algo que tem sua existência depositada no sujeito pela prática da fala e cristalizado por uma prática contínua, por um adestramento do falante. Um sistema assim concebido mantém as características saussurianas de um sentido dado intra-sistemicamente e perde a condição de ser estabelecido naturalmente, ou ontologicamente, ou essencialmente, mas por intermédio de uma média de atos isolados de exercício da linguagem, onde cada falante, sem ser individualmente determinante do sistema, o é em relação à função relativa que ocupa no interior de sua comunidade lingüística.

Por fim, não obstante as oscilações, admitamos que há objetivação toda vez que um conjunto de fenômenos for reduzido a modelos, toda vez que a experiência plural for reduzida a discursos homogêneos que falam, enquanto sistema

de signos, enquanto linguagem, de ordens de fenômenos distintos. A estrutura, como quisemos demonstrar, pode ser vista como instrumento operacional ou como realidade ontológica, sendo que ambas preservam o "como se" aludido por Lévi-Strauss na entrevista. Os dois estruturalismos, enquanto procedimento científico, assumem a inteligibilidade da forma realizando assim uma opção, quer pela estrutura como instrumento operacinal, quer como realidade ontológica. A diferença entre estruturalismo ontológico e estruturalismo metodológico é vista por Granger e é o que queremos aqui demonstrar, em termos de diferença estilística, como diferentes concepções filosóficas que subjazem a toda teoria objetivante.

Isto aponta para a possibilidade de um solo comum de toda ciência objetiva. O importante, nestes termos, do ponto de vista da ciência é que estes diferentes estilos possam conduzir para um mesma estrutura, independentemente dos fundamentos filosóficos alegados pelos cientistas e possam, igualmente caracterizar e materializar a prática científica de objetivação. Esta é também uma concepção de semiologia -Semiologia II- dentro da tradição que nos propusemos estudar.

Ora, nosso propósito foi o de mostrar que a questão aristotélica, de uma ciência ontológica, pode ser resolvida modernamente. No capítulo IV do Livro 3 da Metafísica, Aristóteles pergunta: "Se não existe nada fora dos seres particulares e o número dos seres particulares e o número das

coisas particulares é indefinido, como é possível a ciência de uma série indefinida de objetos?" Para ele, a identidade, unidade ou universalidade, requisitada para o conhecimento científico, seja da natureza, seja dos fatos humanos, comporta a idéia de algo permanente frente ao variável, o que cria a concepção de um ser em si.

Divergindo desta solução, mas partilhando do ideal científico, - Saussure (mais tarde acompanhado por Granger) substitui o "em si" pelo "em relação". Percebe-se assim que, ainda que mantendo a noção de sistema (ou forma) como associada (de alguma forma) ao devir, esta é apresentada não como o princípio fundamental e viabilizador de todo devir mas enquanto algo que o explique e o represente abstratamente.

Finalmente, uma questão se coloca: o projeto ou programa científico elaborado por Granger é uma utopia ou trata-se de um projeto inexecutável? Antes de responder esclareçamos os termos da questão: utopia tem aqui a função de designar algo que atinja satisfatoriamente o propósito de produzir e oferecer conhecimento científico dos fatos humanos. Já o termo inexecutável refere-se à questão da relação de proporcionalidade entre as formas estruturais e seus resíduos; seu projeto tornar-se-ia inexecutável se considerarmos (e isto é possível) que o resíduo assuma maior importância que as estruturas na compreensão dos fatos humanos. Se levarmos em conta esta última aceção, o projeto de formalização de Granger pode

ser considerado inexecuível no sentido de apresentar pouca eficiência para o que se propõe; conhecer os fatos humanos ou simbólicos.

Uma vez definido os termos da questão, resta-nos, antes de respondê-la, definir o "tema" que esta mesma questão suscita, o que faremos elaborando nova questão: é a ciência a atividade final e hierarquicamente superior na compreensão dos fatos humanos? Tomar afirmativamente tal questão equivaleria a reconhecer uma espécie de privilégio ou monopólio da ciência (forma!) na compreensão da cultura.

Esboçando agora uma resposta, diríamos que Granger reconhece a importância das formas estruturais bem como dos resíduos decorrentes da elaboração e uso delas. Longe de estabelecer primados, Granger estabeleceu e disciplinou uma composição mais ampla e mais abrangente do que a própria atividade científica e a própria atividade filosófica. Estabeleceu os programas que chamou de Semiologia II e Semiologia III que, juntos, compõem um abrangente projeto de conhecimento dos fatos humanos.

Neste sentido, diremos que o projeto de Granger é exequível porque é utópico (como definimos anteriormente), isto é, designa algo que atinge, ou deve atingir, satisfatoriamente o propósito de produzir e oferecer um conhecimento abrangente dos fatos humanos. Podemos assim reconhecer que, segundo nossa interpretação, Semiologia II e Semiologia III completam a utopia.

Creemos, por fim, ter apresentado uma perspectiva

científica, saussure-grangeriana que, como vimos, oferece-nos uma alternativa de apreensão e intelecção do mundo sensível.

BIBLIOGRAFIA

- BARTHES, R.(1957), *Mitologias*. São Paulo, Difel.
- _____. (1964), *Elementos de Semiologia*. São Paulo, Cultrix.
- _____. (1967), *O Sistema da Moda*. São Paulo. Edusp.
- _____. (1970), *S/Z*. Paris, Seuil.
- _____. (1977), *Fragmentos de um discurso amoroso*. São Paulo, Francisco Alves.
- _____. (1977), *Aula*. São Paulo, Cultrix.
- _____. (1980), *A câmara clara*. São Paulo, Nova fronteira.
- BENVENISTE, E. (1974), *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo, Pontes Editores.
- BRIGHT, W.(1963), "Points de Contact entre langage et musique.
In:MUSIQUE EN JEU, n.5, p.57-60. Paris.
- BUYSSENS, E.(1967), *Semiologia e comunicação lingüística*. São Paulo, Cultrix.
- COELHO NETO, J.T.(1983), *Semiótica, informação e comunicação*. São Paulo, Perspectiva.
- CULLER, J.(1976), *As idéias de Saussure*. São Paulo, Cultrix.
- _____. (1983), *As idéias de Barthes*. São Paulo, Cultrix.
- DE SAUSSURE, F.(1915), *Curso de lingüística geral*. São Paulo, Cultrix.
- DE MAURO, T.(1972), *Cours de linguistique générale*. Paris, Payot.
- ECO, U.(1976), *A estrutura ausente*. São Paulo, Perspectiva.
- _____. (1980), *Tratado de semiótica geral*. São Paulo,

Perspectiva.

- _____. (1968), *Obra aberta*. São Paulo, Perspectiva.
- GRANGER, G.G. (1950), *Lógica e filosofia das ciências*. São Paulo, Melhoramentos.
- _____. (1965), *Pensée formelle et sciences de l'homme*. Paris, Aubier-Montaigne.
- _____. (1968), *Filosofia do estilo*. São Paulo, Perspectiva.
- _____. (1969), "Proposições para um positivismo" In: DISCURSO, São Paulo, n.1, p.27-49.
- _____. (1979), *Langage et epistemologie*. Paris, Klincksieck.
- _____. (1973), "Língua e sistemas formais". In: SUMPF, J., GRANGER, G.G., BOUVERESSE, J., GAUVIN, J.. *Filosofia da linguagem*. Coimbra, Livraria Almeida.
- _____. (1988), *Por um conhecimento filosófico*. São Paulo, Papirus.
- _____. (1994), *Formes, opérations, objets*. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin.
- JAKOBSON, R. (1932), "Musicologie et linguistique". In: MUSIQUE EN JEU, Paris, n.5, p.57-60.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1962), *O pensamento selvagem*. São Paulo, Edusp.
- _____. (1964), *Le cru et le cuit*. Paris.
- _____. (1985), "A noção de estrutura em etnologia". In: OS PENSADORES, São Paulo, Abril Cultural.
- LAHUD, M. (1972), "A semiologia segundo Granger". In: DISCURSO, São Paulo, n.6, p.105-131.
- MALLAC, G. (1977), *Barthes*. São Paulo, Edusp.

- MARTINET, E.(1967), *Elementos de lingüística geral*. Lisboa, Sá da Costa.
- MOLINO, J.(1970), "Sobre os títulos dos romances de Jean Bruce".
In: NATTIEZ, J.J., *Problemas e métodos de semiologia*.
Lisboa, Edições 70, p.143-188.
- _____.(1975), "Fait musical et sémiologie de la musique".
In: **MUSIQUE EN JEU**, Paris, n.17, p.37-62.
- _____.(1982), *Introduction à l'analyse linguistique de la poésie*. Paris, PUF.
- MOUNIN, G.(1968), *Introdução à lingüística*. Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- _____.(1968), *Ferdinand de Saussure*. Paris, Editions Seghers.
- _____.(1970), *Introduction à la semiologie*. Paris, Les Editions de Minuit.
- NATTIEZ, J.J.(1970), *Problemas e métodos de semiologia*. Lisboa, Edições 70.
- _____.(1971), "Situacion de la sémiologie musicale". In: **MUSIQUE EN JEU**, Paris, n.5, p.3-18.
- _____.(1975), "De la sémiologie à la semantique musicales". In: **MUSIQUE EN JEU**, Paris, n.17, p.3-11.
- PEIRCE, C.S.(1977), *Semiótica*. São Paulo, Perspectiva.
- PRIETO, L.J.(1966), *Mensagens e sinais*. São Paulo, Cultrix.
- SEIXO, M.A.(1982), *Leituras de Roland Barthes*. Lisboa, Dom Quixote.